



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1 Em 04 de dezembro de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência, conforme
4 condições estabelecidas pela Deliberação Conjunta COPAM/CERH-MG nº
5 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros
6 titulares e suplentes: Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral,
7 Superintendente da Supram Norte de Minas. Representantes do Poder
8 Público: Wagner Vicente Rodrigues Almeida, da Secretaria de Estado de
9 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Janaína Mendes dos
10 Santos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE);
11 Rodrigo da Silva Góes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ellen
12 Dayene Cordeiro Sousa, da Secretária de Estado de Infraestrutura e
13 Mobilidade (Seinfra); Thiago Costa Ferreira, Empresa de Pesquisa e
14 Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); Dalmo Gonçalves Costa, do
15 Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), 2º Sgt. PM Antônio Nogueira
16 Lopes, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Jairo
17 Rodrigues da Silva, Conselho Regional de Biologia 4ª Região (CRBio-04);
18 Henrique Moreira de Melo Silva, do Ministério Público do Estado de Minas
19 Gerais (MPMG); Carla Fernanda de Araújo, da Prefeitura de Diamantina.
20 Representantes da Sociedade Civil: Denise Bernardes Couto, Federação
21 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Roberto de Castro
22 Teixeira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
23 Gerais (FAEMG); Ricardo Hirofumi Yoshimatsu, da Federação das
24 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
25 (FEDERAMINAS); Roberto Vial Costa, do Sindicato dos Produtores Rurais
26 de Diamantina; José Nelson Pereira dos Santos, da Cáritas Diocesana de
27 Araçuaí; Felipe Xavier, do Instituto Espinhaço de Biodiversidade, Cultura e
28 Desenvolvimento Socioambiental; João Otávio Mariz Barbosa, da
29 Associação Regional de Proteção Ambiental da Comarca de Curvelo –
30 Arpa de Curvelo; Sérgio Leandro Sousa Neves, do Instituto Federal de
31 Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas (IFNMG); Ronaldo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

32 Rajão Santiago, da Sociedade Mineira de Cultura – SMC / Pontifícia
33 Universidade Católica de MG (PUCMinas); Pedro Antônio de Andrade
34 Júnior, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). **1. EXECUÇÃO DO**
35 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Boa
36 tarde a todos. A gente já tem quórum para a reunião. A gente vai dar início
37 à pauta da 114ª Reunião Extraordinária da URC Jequitinhonha, do dia 4 de
38 dezembro de 2020, às 13h30. Vamos primeiramente para a execução do
39 Hino Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA.** Presidente Clésio Cândido
40 Amaral: “Dando continuidade à pauta da reunião, eu vou ler para vocês o
41 memorando SEMAD, gabinete SE COPAM, número 190/2020. Belo
42 Horizonte, 3 de dezembro de 2020. Para os Conselheiros da Unidade
43 Regional Colegiada Jequitinhonha e do Conselho Estadual de Política
44 Ambiental. Assunto: Presidência da 114ª Reunião Extraordinária da
45 Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, e o Conselho Estadual de
46 Política Ambiental, a ser realizada no dia 4 de dezembro de 2020.
47 Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do
48 titular e primeiro suplente, representantes do Sistema Estadual de Meio
49 Ambiente e Recursos Hídricos, SISEMA, junto à Unidade Regional
50 Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ), conforme composição estabelecida
51 pela deliberação COPAM nº 1557, de 6 de abril de 2020, indico o senhor
52 Clésio Cândido Amaral para presidir a 114ª Reunião Extraordinária da
53 Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, que será realizada no dia 4 de
54 dezembro de 2020, às 13:30 horas, inteiramente digital, seguindo as
55 deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, além das demais normas
56 relacionadas às ações de combate à pandemia gerada pelo novo
57 Coronavírus. Atenciosamente, Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida.
58 Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e
59 Presidente da URC Jequitinhonha. Eu tenho também outro comunicado
60 para ler para os Conselheiros, da Comissão de Ética da SEMAD.
61 Comunicado sobre a Comissão de Ética da SEMAD: Recentemente, por
62 meio da Resolução SEMAD 2971, de 16 de junho de 2020, foi alterada a
63 composição da Comissão de Ética da SEMAD. Como novos membros da



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

64 comissão, gostaríamos de nos apresentar e colocar a Comissão de Ética
65 da SEMAD à disposição dos senhores Conselheiros para orientações,
66 esclarecimentos de dúvidas, recebimento de denúncias, ou qualquer
67 demanda relativa à nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los de
68 que, como membros deste Conselho, os senhores exercem a função de
69 agente público, e como tal, devem observar o Código de Ética do Agente
70 Público do Estado, estabelecido pelo Decreto Estadual 46.644, de 6 de
71 novembro de 2014. Deve ser sempre respeitada a liberdade de expressão
72 de todos os Conselheiros, que, por sua vez, devem representar suas
73 entidades com diligência e honestidade, sendo sua atuação pautada pelo
74 respeito com os servidores do órgão ambiental e demais colegas na
75 atividade deste conceito. E pelos princípios éticos que regem o nosso
76 trabalho no Estado de Minas Gerais. Recomendamos, para isso, a leitura
77 do Código de Conduta de Ética, disponível nos *sites* do governo.”

3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.

79 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Item 3: Comunicado dos Conselheiros
80 e assuntos gerais. Alguém quer fazer algum comunicado? Ninguém quer
81 fazer nenhum comunicado?”

82 **4. EXAME DA ATA DA 113ª RO DE 12/11/2020.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Já que não há nenhum
83 comunicado a ser feito, vamos passar para o item 4: Exame da Ata da
84 113ª Reunião Ordinária, de 12/11/2020. Vamos colocar em votação a ata.”

85 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor Presidente, boa tarde.
86 Queria pedir uma alteração na ata. Nas linhas 320, 331 e 332, é porque...”

87 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só um minutinho, Denise. Problemas
88 técnicos aqui.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Tudo bem. Se vocês

89 quiserem só anotar, porque é muito simples o que eu vou pedir. Nas linhas
90 320, 331 e 332, é só porque está aí o nome do Conselheiro da FIEMG,
91 Felipe Mol. É só corrigir o nome dele, porque o sobrenome dele,
92 escreveram Mol com acento, e não tem. É só isso.”

93 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só um pouquinho, Denise. Linha 320, só a gente

94 localizar aqui.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Tá bom. 320. É
95 retirar o acento do nome dele. Felipe Mol. É sem acento. Na linha 331, e



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

96 332, mesma coisa. Tá? Aliás, 332, não. 382. Aqui, olha, na 331 tem, e na
97 382. Perdão.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só um minutinho,
98 Denise.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Pronto, só isso. Da minha
99 parte, só isso.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Algum outro
100 Conselheiro tem alguma retificação?” Conselheiro José Nelson Pereira dos
101 Santos: “Boa tarde. Com relação à ata, na linha 25, só uma correção
102 pequena. José Nelson Pereira dos Santos, da Cáritas. Está escrito “do”. É
103 um termo, uma terminologia. Feminino para o masculino. É José Nelson,
104 da Cáritas. Obrigado.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Repete, por
105 favor? Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “É só mudança do
106 “do” pelo “da”. José Nelson Pereira dos Santos, da Cáritas Diocesano de
107 Araçuaí. Isso, ok.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mais alguma
108 alteração por parte de algum Conselheiro? Se ninguém tem mais nenhuma
109 alteração, nós vamos colocar em votação. Então vamos lá. Wagner
110 Vicente? Janaína Mendes dos Santos?” Conselheira Janaína Mendes dos
111 Santos: “Favorável.” Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Não estou
112 escutando o áudio do Presidente. Alguém mais com o mesmo problema?”
113 Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Boa tarde, Conselheiros. Boa tarde a
114 todos àqueles que nos escutam pelo *YouTube*. A gente está com um
115 problema técnico aqui, mas já estamos resolvendo. Um instante, por favor.
116 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Está chegando? Estão me ouvindo
117 agora?” Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Eu sugiro que a gente
118 desabilite os vídeos por um momento, para liberar banda. Pode ser esse
119 problema.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Estão me escutando
120 agora? Gente, me desculpa. Tecnologia é assim mesmo. Ainda mais para
121 quem não entende de tecnologia, faz parte. Vocês nem sofrem com isso
122 não porque eu já parei de sofrer. Então vamos retomar a votação da ata de
123 reunião. Wagner Vicente Rodrigues Almeida, está presente? Parece que
124 não. Rodrigo da Silva Góes?” Conselheiro Rodrigo da Silva Góes:
125 “Presente e favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Marcelo
126 Jorge? Marcelo Jorge está presente? Vamos passar. Thiago, agora você
127 está me escutando? A gente não está te escutando, Thiago. Não estamos



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

128 lhe ouvindo, Thiago.” Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Presente e
129 favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Favorável, Thiago?”
130 Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Sim, favorável.” Presidente Clésio
131 Cândido Amaral: “Ok. 2º Sgt. PM Antônio Nogueira Lopes?” Conselheiro 2º
132 Sgt. PM Antônio Nogueira Lopes: “Presente e favorável.” Presidente Clésio
133 Cândido Amaral: “Jairo Rodrigues da Silva?” Conselheiro Jairo Rodrigues
134 da Silva: “Presente e favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
135 “Henrique Moreira de Melo Silva?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
136 Silva: “Presente e favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Carla
137 Fernanda de Araújo?” Conselheira Carla Fernanda de Araújo: “Presente e
138 favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Denise Bernardes Couto?”
139 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Denise, FIEMG. Favorável.”
140 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Roberto de Castro Teixeira?”
141 Conselheiro Roberto de Castro Teixeira: “Favorável.” Presidente Clésio
142 Cândido Amaral: “Ricardo Hirofumi Yoshimatsu”. Conselheiro Ricardo
143 Hirofumi Yoshimatsu: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Se
144 eu errei, você me desculpa, tá, Ricardo?” Conselheiro Ricardo Hirofumi
145 Yoshimatsu: “Corretíssimo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Roberto
146 Vial Costa?” Conselheiro Roberto Vial Costa: “Favorável.” Presidente
147 Clésio Cândido Amaral: “José Nelson Pereira dos Santos?” Conselheiro
148 José Nelson Pereira dos Santos: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido
149 Amaral: “Felipe Xavier?” Conselheiro Felipe Xavier: “Presente e favorável.”
150 Presidente Clésio Cândido Amaral: “João Otávio Mariz Barbosa?”
151 Conselheiro João Otávio Mariz Barbosa: “Favorável.” Presidente Clésio
152 Cândido Amaral: “Sérgio Leandro Souza Neves?” Conselheiro Sérgio
153 Leandro Sousa Neves: “Boa tarde. Eu não estava presente na última
154 reunião. Vou abster do meu voto.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
155 “Ronaldo Rajão Santiago?” Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Pelo
156 mesmo motivo apontado pelo Conselheiro anterior, eu me abstenho nessa
157 votação.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente. Só para
158 deixar os Conselheiros cientes. Eu estava verificando aqui, na reunião
159 passada nós tivemos 100% de quórum de entidades, e a



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

160 representatividade é da entidade. Cada entidade tem direito a um titular e
161 dois suplentes. Eu estou vendo que os Conselheiros estão inseguros em
162 relação a um voto, que a entidade se fez presente na reunião passada.
163 Então a gente vai solicitar que, se for titular, primeiro ou segundo suplente,
164 que antes da reunião entre em contato com aquele representante da
165 entidade que se fez presente para que eles possam ter segurança na
166 votação, ok? Então é só para deixar registrado. Essa apresentação foi feita
167 na reunião passada, em relação ao Regimento Interno. Então é isso. Tem
168 um titular e dois suplentes. Então, muito obrigada, senhor Presidente.”
169 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tá. Obrigado, Vânia. Ata aprovada. 14
170 favoráveis, duas abstenções e três ausentes. Bem, vamos à continuidade
171 da pauta de reunião. Eu vou fazer a leitura completa, primeiro, da pauta da
172 reunião. Se houver algum destaque por parte de algum Conselheiro, que
173 ele se manifeste assim que eu terminar de ler o item de pauta. Tem essa
174 apresentação aqui, as Unidades Regionais Colegiadas.” Vânia Sarmiento,
175 ASSOC/SEMAD: “Senhor Presidente., o Mauro já está na sala para a
176 apresentação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Conselheiros, eu só
177 vou fazer a leitura da ata, e depois nós retomamos a apresentação no item
178 5. Item 5: As Unidades Regionais Colegiadas, URCs, e a política pública
179 ambiental regionalizada. Apresentação SEMAD.” Conselheiro Wagner
180 Vicente Rodrigues Almeida: “Clésio, boa tarde. É Wagner, representante
181 da SEAPA. Eu queria dizer o seguinte: eu estava tentando a conexão, mas
182 eu estava usando o meu *tablet* aqui, e precisava de alguém me aceitar. Aí
183 agora eu estou no computador, e queria manifestar que eu estou presente,
184 e a questão do meu voto era favorável.” Presidente Clésio Cândido
185 Amaral: “Tá. Wagner, eu vou pedir para retificar. É possível retificar a
186 aprovação na pauta da reunião? O Wagner estava sem o áudio, eu queria
187 registrar isso, e que o voto dele é favorável.” Conselheiro Wagner Vicente
188 Rodrigues Almeida: “É que eu havia começado, até com o Maravilha e
189 tudo, mas caiu a minha conexão toda.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
190 “Está certo. Está registrado, Wagner. Item 6 de pauta: Processo
191 administrativo para exame de requerimento para intervenção ambiental e



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

192 aprovação de compensação decorrente da supressão de vegetação
193 secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do bioma Mata
194 Atlântica, localizados em áreas prioritárias para a conservação da
195 biodiversidade não vinculados ao licenciamento ambiental. 6.1: Anglo
196 América, Minério de Ferro Brasil S/A, supressão de cobertura vegetal
197 nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo. Intervenção com
198 supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação
199 permanente, APP. Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa
200 em áreas de preservação permanente, APP. E corte ou aproveitamento de
201 árvores isoladas nativas, vivas/intervenção emergencial. Conceição do
202 Mato Dentro, Minas Gerais. PA N° 14030000279/20. Apresentação
203 UFRBio, Jequitinhonha. Retorno de vistas pelos Conselheiros Henrique
204 Moreira de Melo Silva, Ministério Público de Minas Gerais, e Felipe Mol
205 Pessoa de Carvalho, FIEMG. Item 7: Processos administrativos para
206 exame de recursos ao indeferimento de intervenção ambiental. 7.1:
207 Marcelo Fernandes Araújo, supressão de cobertura vegetal nativa com
208 destoca para uso alternativo do solo, atividades agrossilvipastoris,
209 Itamarandiba, Minas Gerais. PA N° 14020000613/19. Apresentação:
210 SUPRAM UFRBio, Jequitinhonha. Algum destaque? Tem algum destaque
211 por parte dos Conselheiros? 7.2: Geraldo Norberto Vila Real. Supressão
212 de cobertura vegetal nativa, sem destoca, para uso alternativo do solo,
213 pastagem. Itamarandiba, Minas Gerais. PA N° 14020000561/19.
214 Apresentação: UFRBio, Jequitinhonha. Algum destaque? 7.3:
215 Agropecuária São Sebastião do Peri Peri LTDA. Supressão de cobertura
216 vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo. Intervenção em
217 APP, com supressão de cobertura vegetal nativa, e intervenção em APP
218 sem supressão de cobertura vegetal nativa. Mineração Gouveia, Minas
219 Gerais. PA N° 14030000319/19. Apresentação: UFRBio, Jequitinhonha.
220 Algum, destaque? Item 7.4: RC3 Agropecuária LTDA. Supressão de
221 cobertura de vegetação nativa, com destoca para uso alternativo do solo.
222 Rio Vermelho, Minas Gerais. PA N° 14030000199/18. Apresentação,
223 UFRBio, Jequitinhonha. Algum destaque? Item 8: Processo administrativo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

224 para exame de recurso ao arquivamento de intervenção ambiental. 8.1:
225 Ricardo Clementino Nunes. Supressão de cobertura vegetal, com ou sem
226 destoca para uso alternativo do solo. Atividades agrossilvipastoris. Serro,
227 Minas Gerais. PA N° 14030000229/16. Apresentação: UFRBio,
228 Jequitinhonha. Algum destaque? Processo administrativo para exame de
229 recursos de autos de infração. 9.1: Joaquim Roberto de Sá. Supressão de
230 vegetação nativa em área comum, e de reserva legal, com destoca, e
231 queimada para uso alternativo do solo. Silvicultura. Sem autorização do
232 órgão competente. Itinga, Minas Gerais. PA N° 549740/18. Autos de
233 infração N° 43666/2012. Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização,
234 SUFIS. Algum destaque?” Conselheira Denise Bernardes Couto:
235 “Destaque.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Item 9.2: Joaquim
236 Roberto de Sá. Supressão de vegetação nativa em área comum, com
237 destoca, para uso alternativo do solo. Silvicultura. Sem autorização do
238 órgão competente, e supressão de três árvores imunes de corte.
239 Pequizeiros, Itinga, Minas Gerais. PA N° 459317/16. Auto de infração N°
240 167969/2013. Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização, SUFIS. Algum
241 destaque?” Conselheira Denise Bernardes Couto “Destaque.” Presidente
242 Clésio Cândido Amaral: “Item 10: Proposta de agenda anual das reuniões
243 da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, do COPAM, para o ano de
244 2021. Apresentação: SUPRAM JEQ.” **5. AS UNIDADES REGIONAIS**
245 **COLEGIADAS (URCS) E A POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL**
246 **REGIONALIZADA. APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Presidente Clésio
247 Cândido Amaral: “Então nós vamos retornar ao item 5: as Unidades
248 Regionais Colegiadas, URCs, e a política ambiental regionalizada.
249 Apresentação: SEMAD.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD:
250 “Boa tarde, Clésio. Está me ouvindo? Boa tarde, senhores Conselheiros,
251 senhoras Conselheiras, membros da sociedade civil, servidores que estão
252 acompanhando a reunião. Nós vamos aqui, hoje, apresentar um tema que
253 é muito relevante, porque é uma das atribuições, competências dos
254 senhores Conselheiros perante a Regional Jequitinhonha. Meu nome é
255 Mauro Manzari. Eu trabalho junto a uma das assessorias vinculadas ao



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

256 gabinete da SEMAD, que é a Assessoria de Gestão Regional. Então, a
257 assessoria de gestão regional trabalha em três frentes. A primeira, em
258 relação às regionais. Elas fazem todo esse apoio e atendimentos de
259 demandas, de controles das AGEs. Já estão carregados os *slides*, gente?”
260 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ainda não, Mauro.” Mauro Manzali
261 Bonaccorsi, ASGER/SEMAD: “Apareceu? Ótimo. Vocês me desculpem a
262 falha. Vou colocar como “apresentação”. Retomando, a assessoria
263 trabalha em três frentes junto às regionais da SEMAD. Uma delas é
264 justamente fazendo esse apoio para atendimento de demandas da AGE
265 para eventuais defesas do estado, e também junto à ouvidoria, para colher
266 um posicionamento institucional em face de reclamações. Temos um
267 segundo trabalho principal na ASGER, que seria na parte de
268 desenvolvimento de processos. Estão me ouvindo? Houve uma
269 interferência. Retomando, o segundo questionamento seria justamente
270 esse trabalho que se faz de revisão de procedimentos e de processos
271 internos, visando um aprimoramento e otimização. E nós temos, por
272 exemplo, a própria organização das reuniões de URC, que foi um trabalho
273 que foi desenvolvido para fins de padronização. Temos também, como
274 exemplo, o acompanhamento do Sistema de Licenciamento Digital. E
275 temos o terceiro trabalho que é feito junto das ASGER, junto às regionais,
276 que é exatamente esse de prestar apoio e desenvolver ferramentas para
277 auxílio na implementação e formulação de políticas públicas. Então, vamos
278 começar aqui a apresentação, e eu já vou adiantar vocês, a todos os
279 senhores, desculpa. Que essa apresentação, assim como um documento
280 do *Word*, no qual vão estar todos os *links* para servir de apoio, e a gente
281 recomenda a leitura, para a gente poder dar um pontapé e formar uma
282 agenda ambiental para a região do Jequitinhonha. Nós estamos fazendo
283 esse trabalho com todas as SUPRAMs e Unidades Regionais Colegiadas.
284 Então, é esse o propósito da nossa reunião aqui, hoje. Então, vamos
285 iniciar. Nesse documento do *Word*, friso, ele tem um *link* para um
286 questionário, assim como tem todos os contatos da ASGER para o caso
287 de eventuais dúvidas dos senhores na questão do preenchimento desse



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

288 questionário, e esse questionário é justamente para colher a opinião de
289 cada um dos senhores para a gente poder analisar e fazer um trabalho de
290 formulação de políticas públicas junto com os senhores. Então vamos
291 começar. O papel, a importância do papel dos Conselheiros como
292 membros de órgãos colegiados do COPAM. Na última reunião dos
293 senhores, foi apresentado um Diálogos com o SISEMA. Isso é resultante
294 de uma derivação de um programa que já teve nos anos de 2007, que
295 iniciou um ciclo de palestras. Chamava Bate-papo com o SISEMA. E foi
296 escolhido como tema para a primeira reunião, o primeiro evento destes, foi
297 justamente as políticas públicas ambientais. E foram convidados, e
298 participaram o famoso e renomeado sociólogo, Rudá Ricci, e também a
299 Telma Menicucci, que é da Fundação Joao Pinheiro, e também é
300 professora da UFMG. Então, eles destacaram que para se fazer políticas
301 públicas, que é um processo de construção e reconstrução, é necessária a
302 participação de todos. E não basta somente participar sem o exercício da
303 cidadania. Então, o Rudá recomenda, ele realçou a questão da educação,
304 que é imanente, a educação é imbricada com o exercício da cidadania. E a
305 Telma foi na mesma sequência, falando sobre a questão da gestão
306 participativa. E o que seria a gestão participativa? É a questão de
307 representatividade. Os senhores, aqui na própria Constituição da URC,
308 têm representações do segmento público, do segmento privado, de ONGs.
309 E a mesma é o idealizado para as políticas públicas, com a participação de
310 todos, oitiva de todos, para ter sucesso em uma política pública. Como os
311 senhores já foram apresentados na reunião anterior, existe a questão das
312 competências das URCs. E uma delas é justamente, está permeado em
313 vários incisos aí, o Decreto 46.953/2016, as modalidades, formas de se
314 fazer política pública ambiental, que é atribuição dos senhores. Então, nós
315 centralizamos em três sustentáculos. Vocês podem fazer a política pública
316 através de estabelecimento de normas secundárias complementares às já
317 produzidas da legislação ambiental, e para atendimento das
318 especificidades da sua região. Pode se fazer também políticas públicas
319 através de arranjos institucionais, buscando sinergia, reunião de esforços



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

320 para o desenvolvimento de políticas integradas, comuns. Isso pode-se
321 fazer junto com municípios, junto com as universidades, usina de ideias. E
322 também uma terceira forma de fazer política pública é através do estudo
323 dos cenários ambientais, através dos instrumentos, e, deles, reverter em
324 ações estratégicas de políticas públicas. Tendo, depois, o monitoramento
325 dessas políticas que foram implementadas. Então é algo cíclico, que vai
326 sendo aprimorado constantemente, e visando a melhoria da qualidade
327 ambiental. Quando se fala em políticas públicas, senhores Conselheiros,
328 nós temos que também ter em mente que para o sucesso dela, é
329 necessário elas terem uma sintonia fina com o que o estado pensa, o que
330 o estado planeja, o que é um objetivo estratégico para o estado. Então, os
331 senhores vão ter no documento que vai ser encaminhado para os
332 senhores, os *links* para os senhores terem acesso ao plano, o PNDI, que é
333 aquele plano que inicia agora em 2017, 2018, e vai até 2030. O plano
334 plurianual, que é, na verdade, uma definição dos primeiros quatro anos
335 dos objetivos que estão no PNDI para serem trabalhados, e aí vai se
336 fazendo um fatiamento. E também é necessário saber de onde virão os
337 recursos para a implementação da política pública. Então é interessante a
338 leitura das diretrizes orçamentárias, e também da Lei Orçamentária Anual,
339 a LOA. O SISEMA, senhores, eles também têm os seus objetivos
340 estratégicos desenhados no mapa do caminho. Então, ele é estruturado
341 em quatro pilares. Na base lá temos aprendizagem e conhecimento, que
342 são os objetivos voltados internamente para os servidores públicos,
343 aprimoramento. Temos os processos internos, onde estão definidos os
344 principais objetivos das áreas finalísticas de cada uma das casas. Temos
345 também outro pilar, que é o público-alvo, onde estão os objetivos
346 estratégicos para se trabalhar com empreendedores, com o governo, com
347 o cidadão, com as ONGs, entidades representativas. E temos o último
348 pilar, que é o que está acima, que é a qualidade ambiental e
349 sustentabilidade, onde estão objetivados a proteção dos recursos naturais,
350 e também o objetivo de se promover a melhoria da qualidade e
351 sustentabilidade ambiental em Minas Gerais. E como são esses objetivos,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

352 eles são implementados? Então nós temos os mapas de processos
353 finalísticos, é uma cadeia de valores do SISEMA. São três
354 macroprocessos finalísticos, que eu vou explicar rapidamente para os
355 senhores, e temos também um macroprocesso que é da atividade meio,
356 de suporte, sem a qual é difícil, seria inviável fazer a implementação das
357 finalísticas sem ter esse apoio. Então os senhores Conselheiros, junto com
358 os dirigentes de cada uma das casas do SISEMA, atuam no primeiro
359 processo finalístico, que são justamente as estratégias traçadas e políticas
360 ambientais. Os órgãos finalísticos das casas, FEAM, IEF, SEMAD e IGAM,
361 eles têm também os seus objetivos finalísticos executados através desse
362 segundo macroprocesso, que é de conservação, preservação e
363 recuperação dos recursos naturais. Sendo que as casas tratam das
364 agendas, azul, verde e marrom. E a SEMAD faz todo um trabalho de
365 fiscalização e regularização, estabelecendo as normas e as formas de
366 atuação. E temos, por fim, o terceiro macroprocesso finalístico, que é a
367 pesquisa, desenvolvimento e inovação. Que são, na verdade, ele não está
368 espalhado, ele não tem definição no setor próprio dentro do SISEMA. Mas
369 nele é que estão os trabalhos desenvolvidos, como a Revista Mineira de
370 Recursos Hídricos do IGAM, e também o Sistema Digital de
371 Licenciamento, que foi lançado há pouco tempo. Os senhores também,
372 para executar essas políticas públicas, implementá-las e fecundá-las, é
373 interessante ter também um exame das ferramentas de apoio, que são
374 essas que estão aqui. Não se preocupem, porque no documento do *Word*
375 vai estar com o *link* para acesso para cada um desses itens. Recomendo a
376 leitura. E eu destaco entre esses aqui, é o primeiro, que é a IDE, a
377 Infraestrutura de Dados Espaciais, que é, na verdade, um *site* onde se tem
378 várias camadas, me parece que são mais de 100. Não sei bem ao certo a
379 quantidade. Mas em cada uma dessas camadas vêm todas as
380 informações, inclusive pode selecionar para o Jequitinhonha. Então vão
381 ver os recursos naturais, a questão das fiscalizações, como está sendo
382 feito o diagnóstico ambiental. Todas essas informações estão reunidas
383 dentro da IDE, que é de uma forma bem interativa. Outra forma de os



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

384 senhores formularem e apoiarem as políticas públicas é abraçando
385 projetos que já estão em curso. Atualmente, dentro da SEMAD, foi
386 incumbido a uma diretoria da Subsecretaria de Gestão Ambiental, a
387 reunião de todos os projetos que estão curso, e o que vai nos facilitar a ter
388 acesso para observar o que está em curso, o que é pertinente de ser
389 aplicado ou replicado na região do Jequitinhonha, se seria importante.
390 Essas formas de apoio também, além dos projetos, é auxiliando. Como se
391 pode fazer esse apoio: auxiliando na captação de recursos, de projetos
392 ambientais. Não necessariamente financeiros. Recursos até de mão de
393 obra, para a participação na implementação da política pública. Pode se
394 dar também através do relacionamento próximo com *stakeholders*, das
395 partes interessadas, líderes da comunidade, e buscar com isso um
396 engajamento, divulgando os projetos e ações. E tendo essa adesão e
397 apoio da população local para o sucesso da política pública. Então,
398 senhores, como disse antes, uma das atribuições da ASGER é justamente
399 prestar esse apoio, e elaborar, desenvolver ferramentas para se fazer
400 formulação e implementação de políticas públicas. Então aqui estão as
401 atribuições também, decorrentes do decreto 47.787/2019, para a nossa
402 assessoria. A assessoria, como ela tem feito até então? Ela vinha
403 desenvolvendo ferramentas para poder servir como um apoio dessa
404 implementação de políticas públicas regionais. A primeira ferramenta que
405 foi concluída, e já tem mais de um ano, de um ano a dois anos, é o Índice
406 de Regularização Ambiental. Como ele funciona? Seria da seguinte forma:
407 há um trabalho de concatenação de dois bancos de dados: o da
408 fiscalização e o da regularização, no caso de licenciamento. Então, faz-se
409 um trabalho de verificação de todos àqueles empreendimentos que foram
410 fiscalizados, se eles, posteriormente à alguma autuação fiscal, se eles
411 buscaram regularização, ou se eles permaneceram irregulares. E esse
412 índice é importante para se dar direcionamentos de ações dentro,
413 inclusive, da própria regional. Então, nós aqui o índice, que foi um
414 levantamento 2016, 2017, e depois em 2018, 2019. E o que se constatou?
415 Que as atividades que permaneceram irregulares, as principais, seriam



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

416 essas. Lavra a céu aberto, extração de areia e cascalho para a utilização
417 em construção civil, e estação de tratamento de esgoto sanitário, ausência
418 dessas estações. Essas três modalidades são importantes dos senhores
419 terem conhecimento para, na hora de se pensar em desenvolver algum
420 projeto, “poxa, olha o que temos aqui com mais gravidade, com mais
421 problema”. Seria isso. Seriam essas três atividades. Mas, eu friso aos
422 senhores que o questionário não é só para identificar problemas
423 ambientais. Estamos com a expectativa de recebermos dos senhores
424 também apontamentos de oportunidades, coisas que se podem fazer que
425 pode promover o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável da região,
426 e de coisas que o estado, até então, não tinha percebido. Esse é o
427 propósito, também, do questionário. Voltando aqui, mostrando para os
428 senhores, quando se fez o licenciamento, depois se faz a especialização, e
429 com isso a gente identifica quais, dentro da região do Jequitinhonha, quais
430 são os locais, através dessas manchas, onde há maior quantidade de
431 infrações ambientais e também de permanência de irregularidade. Não
432 quero assustar os senhores, mas é só para os senhores terem um
433 exemplo de como funcionam essas ferramentas, o que com ela os
434 senhores vão poder trabalhar. Está em vias, já estamos concluindo
435 também o IRA Hídrico, que é o Índice de Regularização Ambiental Hídrico,
436 voltado para a mesma metodologia de identificar aqueles
437 empreendimentos que foram autuados por uso irregular de recursos
438 hídricos, e que foram, posteriormente, buscar a regularização, ou
439 permaneceram irregulares. É essa mesma metodologia. Outro projeto que
440 estamos desenvolvendo, justamente foi implementado após a
441 implementação do licenciamento ambiental digital. Por quê? Porque existe
442 uma modalidade lá, que chama LAS Cadastro, na qual parte-se das
443 declarações do próprio empreendedor. Esse trabalho visa verificar se o
444 empreendedor está preenchendo corretamente, fazendo a declaração
445 correta para a regularização do seu empreendimento. Os senhores podem
446 ver que o LAS Cadastro nesse quadro aí, ele é o que tem uma
447 representação maior. Em 2018 eram 66,3% dos licenciamentos; em 2019,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

448 61,8%. Então é importante a gente desenvolver esse trabalho que a gente
449 está desenvolvendo para futuras ações, o que pode ser modificado. Não
450 estamos aqui com um propósito de “ah, vamos fazer uma fiscalização mais
451 rigorosa”. Não. Às vezes é uma questão de se desenvolver *workshops*, às
452 vezes há pessoas também que estão até imbuídas de boa-fé, mas acaba
453 que elas, não tendo toda a expertise e conhecimento, acabam
454 preenchendo de forma incorreta o LAS Cadastro. Outro projeto que é
455 interessante dar notícias para os senhores, porque esse inclusive já tem
456 provisionado verba, verba carimbada, que é do FUNDIF, esse projeto de
457 ordenamento territorial dinâmico. Ele abrange, ele é um guarda-chuva, ele
458 abrange várias ações. Os senhores podem ver que é aprimorar a
459 capacidade do SISEMA, promover, inclusive, a política ambiental
460 regionalizada, é uma delas. Nós temos aqui outros propósitos, por
461 exemplo, uma articulação com a comunidade acadêmica, com as usinas
462 de ideias. Temos o desenvolvimento de instrumentos para gestão
463 ambiental e recursos hídricos. E essas metas de qualidade ambiental
464 também, que são objetivadas. Eu acho que é o último exemplo que nós
465 temos aqui da ASGER, é o painel de monitoramento, que ele já tem
466 ferramentas disponibilizadas para os senhores acessarem, como os
467 senhores pode ver aí nesse *print* de tela. E estão sendo desenvolvidas
468 outras ferramentas para buscar justamente isso: trazer uma informação de
469 forma facilitada. Então, por exemplo, na ouvidoria ambiental nós teremos
470 ali a quantidade de entradas, processos de entradas e saídas de
471 atendimento das demandas de ouvidoria. E assim para todas as outras
472 coisas. Por exemplo, a Advocacia Geral do Estado, mesma coisa. Como a
473 ASGER desenvolve esse trabalho, ele também está colocando de forma
474 transparente, todas as entradas e saídas, a forma de atendimento, os
475 assuntos. Bom, como eu disse para os senhores, já estamos terminando a
476 nossa apresentação, teremos, junto com um material que vai ser
477 encaminhado, essa apresentação e esse documento *Word*, vai ser
478 também disponibilizado esse *link*. Não precisam preocupar de anotar não
479 porque no documento escrito vai estar lá para os senhores acessarem.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

480 Então vai ser um questionário que nós solicitamos aos senhores para
481 responder num prazo de 20 dias, é o ideal, para a gente poder começar a
482 dar o pontapé e formar uma agenda ambiental para a região do
483 Jequitinhonha a partir dos apontamentos dos senhores. Eu acredito que
484 tenha sido claro, mas eu coloco a minha palavra aqui à disposição para
485 esclarecimentos eventuais que possam vir a necessitar, e devolvo a
486 palavra para o senhor Presidente Clésio Amaral. Obrigado.” Presidente
487 Clésio Cândido Amaral: “Mauro, obrigado pela apresentação. Se alguém
488 tiver alguma dúvida, pode perguntar para o Mauro, ele está à disposição
489 para os Conselheiros, para responder às dúvidas dos Conselheiros. Se
490 quiser perguntar, tiver qualquer dúvida, ou quiser qualquer informação, é
491 só mandar um e-mail para a ASGER, e aí eles respondem aos
492 questionamentos por e-mail. Certo, Mauro?” Mauro Manzali Bonaccorsi,
493 ASGER/SEMAD: “Sim. Isso mesmo. Alguma dúvida, senhores?”
494 Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Boa tarde, Mauro. Gostaria
495 de fazer uso da palavra, Senhor Presidente. Mauro, parabéns pela
496 apresentação, primeiramente. Só algumas questões, assim, que eu
497 gostaria de fazer o meu comentário, e depois tirar uma dúvida. Foi muito
498 bem pautado o objetivo, a ação, e você pontuou algumas questões que
499 nos incomodam, principalmente que a gente está situado no Médio
500 Jequitinhonha, Vale do Jequitinhonha, na Região do Vale. Quando você
501 fala da questão do plano, MDI, e você faz apontamento na questão de
502 lavras a céu aberto, estação de tratamento de esgoto sanitário, que são
503 questões, desafios estruturantes para os municípios locais, e a gente
504 sempre tem pontuado aqui no Médio Jequitinhonha, especificamente no
505 Rio Araçuaí, Jequitinhonha, essa questão da mineração, e dragas. São
506 questões recorrentes que nos fazem reforçar essa agenda. Mas, por outro
507 lado, assim, não só reforçando, mas talvez alinhar essa questão de
508 quando você fala da questão de que não basta só fiscalização rigorosa. E
509 aí nós temos um desafio estruturante nessa dinâmica da política do
510 estado, que eu diria que não é só a questão da fiscalização, mas o próprio
511 monitoramento por parte do estado. Porque às vezes, quando você tem lá,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

512 no Rio Araçuaí, nós temos, na região de Virgem da Lapa, uma questão
513 que é crucial, e ela já caminha há longos tempos, passa uma gestão, vem
514 outra. Agora nós estamos na mudança dos gestores municipais. E você
515 faz o processo de investigação, leva o processo para as instâncias de
516 fiscalização, e as coisas continuam da mesma maneira. Então assim,
517 quando você fala dessa agenda, eu acho também que a gente tem que
518 criar algumas ferramentas na questão, porque o monitoramento do estado
519 é falho. Isso é uma realidade para a nossa região. Não sei se as outras
520 regiões caminham dentro dessa linha ou não. Mas as estruturas do estado
521 não conseguem fazer a fiscalização efetiva. Por falta, talvez, de pessoas,
522 corpo técnico, talvez um investimento nessa linha. E acaba que os
523 processos não dão continuidade. Então isso é um ponto a se observar
524 sobre essa questão, quando você pontua, eu creio que talvez um
525 questionário tenha alguma questão ligada à essa ação, que a gente possa
526 também dar uma colaborada nesse sentido. Que também não se faz
527 sentido questionário. Porque o questionário também, eu vejo que ele tem
528 que pensar nessa questão da gestão, principalmente quando você coloca
529 na questão das questões ambientais. E aí, a minha pergunta é o
530 questionário, e as próprias agendas. O questionário vai ser virtual, mas
531 como é que vocês pensam essa dinâmica de construir essa agenda, essas
532 agendas nas microrregiões.” Mauro Manzali Bonaccorsi, ASGER/SEMAD:
533 “Sim. Na verdade, como eu disse no início da reunião... Estão todos
534 ouvindo? Eu disse no início da apresentação que nós fazemos um trabalho
535 que é, do questionário, da agenda, que seria como? A partir da oitiva de
536 cada um dos senhores Conselheiros, porque cada Conselheiro, acredito
537 eu, que possa vir de uma determinada cidade, ou determinadas cidades da
538 Região do Jequitinhonha. Nós vamos fazer ali um filtro, nós vamos fazer
539 primeiro a tabulação das respostas, todas, verificar quais aquelas em que
540 há uma maior manifestação naquele sentido, e vamos buscar,
541 internamente, dentro do SISEMA, os órgãos finalísticos que eu falei com o
542 senhor. Para quê? Para verificar também projetos que eles estão
543 desenvolvendo, e o que pode ser utilizado, voltar para os senhores



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

544 Conselheiros. Nós teremos como trabalhar neste e neste ponto aqui. Para
545 este ponto, nós não temos nada, mas isso não impede de começar a
546 desenvolver um novo projeto. Mas, eu não sei se eu estou respondendo
547 bem ao senhor, mas todos esses trabalhos, o senhor apontou a questão
548 da fiscalização. A nossa fiscalização, a proposta da ASGER, não é
549 aumentar a fiscalização. Nós queremos é justamente eliminar o foco do
550 problema. O senhor disse aí, sobre a questão da mineração, que
551 mineração não é só minério de ferro, extração de pedras, etc. Tudo isso se
552 chama mineração. Esse trabalho com as minerações, nós vamos fazer
553 como? Trabalhando, chamando essas pessoas. Vamos ouvir. “Por que
554 vocês estão permanecendo regulares? O que está faltando?”. A ideia é
555 justamente essa: fazer um trabalho de educação ambiental, ou *workshops*
556 para conscientizar as pessoas. E, na medida do possível, dentro de um
557 projeto de política ambiental, prover redes de formulas, mecanismos,
558 instrumentos para evitar a continuidade na regularidade, na forma errada
559 de se fazer, por exemplo, uma extração mineral. Atendi a resposta do
560 senhor com essa resposta?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mais
561 alguma questão? Mauro, obrigado pelos esclarecimentos, obrigado pela
562 apresentação. Vamos passar para o outro item de pauta. Obrigado, Mauro.
563 Tchau.” Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa: “Clésio. Boa tarde. A
564 princípio eu não quis interromper a apresentação. Só manifestar aqui a
565 presença e a concordância com a pauta da reunião.” Presidente Clésio
566 Cândido Amaral: “Ok, Dalmo. Vou deixar registrado. Você é favorável à
567 ata, é isso?” Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa: “Ok. Obrigado. Isso, à
568 ata.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “O Dalmo é favorável à ata. Ele
569 estava presente, mas não conseguiu fazer a votação. Então já está
570 registrado, Dalmo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Senhores
571 Conselheiros, vamos passar para o item 6.1: Processo Anglo American
572 Minério de Ferro SA. Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem
573 destoca, para o uso alternativo do solo. Intervenção com supressão de
574 cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente, APP.
575 Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

576 preservação permanente, APP. E corte ou aproveitamento de árvores
577 isoladas nativas vivas/intervenção emergencial. Conceição do Mato
578 Dentro, Minas Gerais. PA N° 14030000279/20. Apresentação, UFRBio,
579 Jequitinhonha. Retorno de vistas. Eu vou passar, primeiramente, a palavra
580 para o representante, o doutor Henrique Moreira de Melo Silva,
581 representante do MP, para discorrer sobre o parecer de vistas.”
582 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Boa tarde aos Conselheiros,
583 Conselheiras, quem nos assiste. Eu queria começar cumprimentando os
584 Conselheiros, e retomar a última reunião.” Presidente Clésio Cândido
585 Amaral: “Doutor Henrique. O Wesley, que é o nosso assessor jurídico, ele
586 está perguntando se os itens que não houve destaque da pauta, se a
587 gente poderia inverter essa pauta e fazer a votação em bloco, agora,
588 desses itens, para depois voltar nessa discussão do retorno de vista. Será
589 que é possível?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “À vontade.
590 Não me oponho.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Senhores
591 Conselheiros, os senhores se opõem à gente fazer isso? Votar os itens
592 que não houve destaque, da pauta? A gente faz uma votação em bloco, e
593 depois retorna ao item 6.1 com o doutor Henrique.” Conselheiro Ronaldo
594 Rajão Santiago: “Senhor Presidente, eu tenho uma questão de ordem,
595 uma dúvida. Em um dos itens da pauta, que serão votados em bloco, eu
596 tenho que me abster por questões pessoais, em relação ao requerente,
597 por conhecê-lo. Então, por questão ética, eu tento me abster. Eu não sei
598 se eu faço isso individualmente, já indico qual é o item da pauta, se posso
599 fazê-lo. A minha dúvida é essa.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Qual
600 seria o item da pauta?” Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “O processo
601 é o item 8.1.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Está ok. Nós vamos
602 colocar em votação em bloco, e na hora de o senhor votar, o senhor vota,
603 faz a ressalva em relação ao processo 8.1. Tá? Então vamos lá, senhores
604 Conselheiros.” **7. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
605 **RECURSOS AO INDEFERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL: 8.**
606 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**
607 **ARQUIVAMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL: Presidente Clésio**



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

608 Cândido Amaral: “Para os itens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e item 8.1, nós vamos
609 colocar em votação a concordância com o parecer de indeferimento de
610 recurso que é a UFRBio, Jequitinhonha. Quem está falando, por favor?”
611 Conselheira Ellen Dayene Cordeiro Sousa: “Pedir desculpas pelo atraso.”
612 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tá. Ok. Então vamos colocar em
613 votação em bloco. Senhor Wagner Vicente? Wagner, está ouvindo?
614 Wagner, se você não estiver ouvindo, vota pelo *chat*.” Conselheiro Wagner
615 Vicente Rodrigues Almeida: “Estou ouvindo. Está falhando um pouco, mas
616 estou ouvindo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tá. Qual é seu voto
617 para os itens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 8.1? O que está em votação é o parecer
618 de indeferimento do recurso dos processos. Seu voto.” Conselheiro
619 Wagner Vicente Rodrigues Almeida: “Eu sigo o parecer do SUPRAM.”
620 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Registrado, Wagner. Janaína
621 Mendes dos Santos?” Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Senhor
622 Presidente, a respeito do item 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 8.1, eu sigo favorável ao
623 parecer.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Janaína. Rodrigo
624 da Silva Góes?” Conselheiro Rodrigo da Silva Góes: “Sou favorável ao
625 parecer da SUPRAM.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. Ellen
626 Dayene Cordeiro de Sousa, você está nos ouvindo? Favorável ao parecer,
627 gente. Obrigado, Ellen. Thiago Costa Ferreira.” Conselheiro Thiago Costa
628 Ferreira: “Favorável ao parecer.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
629 “Obrigado, Thiago. Dalmo Gonçalves Costa?” Conselheiro Dalmo
630 Gonçalves Costa: “Favorável ao parecer.” Presidente Clésio Cândido
631 Amaral: “2º Sgt. PM Antônio Nogueira Lopes?” Conselheiro 2º Sgt. PM
632 Antônio Nogueira Lopes: “Favorável ao parecer.” Presidente Clésio
633 Cândido Amaral: “Jairo Rodrigues da Silva?” Conselheiro Jairo Rodrigues
634 da Silva: “Favorável ao parecer.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
635 “Henrique Moreira de Melo Silva?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
636 Silva: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. Carla
637 Fernanda de Araújo?” Conselheira Carla Fernanda de Araújo: “Favorável
638 ao parecer.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Denise Bernardes
639 Couto?” Conselheira Denise Bernardes Couto “Acompanho os pareceres.”



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

640 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Roberto de Castro Teixeira?”
641 Conselheiro Roberto de Castro Teixeira: “Favorável.” Presidente Clésio
642 Cândido Amaral: “Ricardo Hirofumi Yoshimatsu”. Conselheiro Ricardo
643 Hirofumi Yoshimatsu: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
644 “Roberto Vial Costa votou pelo *chat* favorável ao parecer. José Nelson
645 Pereira dos Santos?” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Como
646 é análise coletiva de todos, eu vou me abster porque eu não fiz a leitura de
647 todos os pareceres. Como fui o terceiro suplente da instituição, eu não tive
648 acesso a todos, e quando tive, não dei conta de ler todos os pareceres.
649 Então vou me abster.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok, José
650 Nelson abstenção porque não teve tempo de ler todos os pareceres. Felipe
651 Xavier?” Conselheiro Felipe Xavier: “Favorável.” Presidente Clésio
652 Cândido Amaral: “João Otávio Mariz Barbosa?” Conselheiro João Otávio
653 Mariz Barbosa: “Favorável ao parecer.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
654 “Sérgio Leandro Souza Neves? Ele votou pelo *chat*? Sérgio está
655 presente?” Conselheiro Sérgio Leandro Sousa Neves: “Favorável.”
656 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ronaldo Rajão Santiago?”
657 Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Favorável aos pareceres, com a
658 exceção do item 8.1, no qual eu me abstenho.” Presidente Clésio Cândido
659 Amaral: “O Ronaldo é favorável aos pareceres até o item 7.4. Ele se
660 abstém no item 8.1.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Senhor
661 Presidente. Nesse caso, o Ronaldo não teria que aparecer como
662 impedido?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Nesse item você está
663 impedido, Ronaldo?” Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Sim, sim. Eu
664 me considero suspeito.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Você se
665 considera suspeito? Qual é o motivo?” Conselheiro Ronaldo Rajão
666 Santiago: “Afinidade pessoal com o requerente.” Presidente Clésio
667 Cândido Amaral: “Está certo. Registrado no item 8.1. Ronaldo. Só um
668 minutinho, Ronaldo. Registrado, gente? Registrado, Ronaldo. Pedro
669 Antônio de Andrade Júnior?” Conselheiro Roberto Vial Costa: “Senhor
670 Presidente, eu queria a palavra. Roberto, do Sindicato dos Produtores
671 Rurais de Diamantina.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Roberto, o seu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

672 áudio está baixo.” Conselheiro Roberto Vial Costa: “Está ouvindo melhor
673 agora?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Agora sim.” Conselheiro
674 Roberto Vial Costa: “É porque o senhor falou que eu votei pelo *chat*. Eu
675 não votei.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ah, tá. Não, tudo bem. Mas
676 o seu voto está favorável. É isso mesmo, Roberto?” Conselheiro Roberto
677 Vial Costa: “Não. Não é isso não. Eu queria pedir vistas ao processo, em
678 especial do Joaquim. A gente aprofundou um pouco mais nesse processo
679 de supressão...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Olha, o processo do
680 Joaquim não está em votação, Roberto. O processo do Joaquim não está
681 em votação. É o item 9.1 e 9.2.” Conselheiro Roberto Vial Costa: “Ok.
682 Então eu sou favorável. Pode confirmar, por favor.” Presidente Clésio
683 Cândido Amaral: “Está certo. Obrigado. Pedro Antônio de Andrade
684 Júnior?” Conselheiro Pedro Antônio de Andrade Júnior: “Favorável, senhor
685 Presidente.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Pedro. Então
686 nós temos aprovado o parecer da UFRBio por quantos votos favoráveis?
687 Só um minutinho, gente. 19 votos favoráveis. Com 19 votos favoráveis,
688 abstenção... Então, votação em bloco. 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4. Favoráveis, 19
689 votos. Abstenção, um voto. No item 8.1. Favoráveis, 18 no item 8.1. Uma
690 abstenção pelo Cáritas. Impedido, um. Terminada essa votação, vamos
691 retomar ao item 6.1. Eu vou passar a palavra para o Conselheiro, doutor
692 Henrique Moreira de Melo Silva, representante do Ministério Público de
693 Minas Gerais. Com a palavra, doutor Henrique.” Conselheiro Henrique
694 Moreira de Melo Silva: “Obrigado, Presidente. Na última reunião, esse
695 ponto de pauta, ele entrou na reunião após mais de quatro horas de
696 reunião, então a gente já estava, todo mundo cansado dessa reunião
697 *online*. Então eu gostaria de cumprimentar os novos, principalmente os
698 Conselheiros que tomaram posse.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
699 “Doutor Henrique, sua *internet*, parece que travou. Doutor Henrique, nós
700 não estamos compreendendo o que o senhor está falando. Gente, vamos
701 aguardar um minuto a tecnologia? Eu acho que o doutor Henrique saiu,
702 certo? Ele deve entrar novamente. Ele deve estar tentando conectar.
703 Vamos aguardar um pouquinho. Se ele não conseguir se conectar, eu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

704 passo para outro Conselheiro que pediu as vistas, que é o representante
705 da FIEMG. Vamos só aguardar, gente. Tecnologia tem dessas coisas. Não
706 adianta. O nosso mundo não está preparado para isso. Gente, vamos
707 fazer o seguinte? Enquanto o doutor Henrique não entra, eu vou passar
708 para o representante da FIEMG sobre o parecer de vistas do item 6.1.”
709 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor Presidente. Na verdade, eu
710 preferiria esperar o Henrique entrar e fazer a apresentação dele primeiro.
711 Posso dar uma ideia?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Claro. Você
712 quer juntar os itens 9.1 e 9.2?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Isso.
713 Vamos primeiro nele? Que aí a gente já faz isso, e depois a gente volta.”
714 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ele voltou. Doutor Henrique, tudo bem
715 agora? Seu áudio está fechado, doutor Henrique.” Conselheiro Henrique
716 Moreira de Melo Silva: “Senhor Presidente, eu posso pedir a inversão de...
717 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Inversão de pauta, é isso? Manda pelo
718 *chat*, doutor Henrique, o que o senhor está querendo.” Conselheiro
719 Henrique Moreira de Melo Silva: “Para a FIEMG falar primeiro enquanto eu
720 verifico a instabilidade?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Doutor
721 Henrique, nós vamos inverter o ponto de pauta, e aí eu vou passar para o
722 item 9.1 e 9.2, que nós temos destaque, e depois nós retomamos para
723 esse ponto. Tudo bem? Então vamos lá, gente.” Conselheiro Henrique
724 Moreira de Melo Silva: “Pode ser. Eu ia sugerir que a FIEMG pudesse falar
725 primeiro.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Nós votamos os outros itens
726 que têm destaque. E aí a gente retoma nesse item. Obrigado, doutor
727 Henrique. Então vamos lá.” **9. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
728 **EXAME DE RECURSOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO:** Presidente Clésio
729 Cândido Amaral: “Por questões tecnológicas, como eu já havia dito, nós
730 vamos retomar a discussão agora para o item **9.1** e **9.2**. Nós o temos
731 destaque da Conselheira Denise, da FIEMG.” Conselheiro Ronaldo Rajão
732 Santiago: “Senhor Presidente, parece que há um pedido de vista de um
733 Conselheiro anteriormente a esses dois itens.” Presidente Clésio Cândido
734 Amaral: “Qual foi o Conselheiro que pediu? Foi o Roberto. Você está
735 pedindo vistas dos dois processos, 9.1 e 9.2, é isso?” Conselheira Denise



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

736 Bernardes Couto: “Senhor Presidente, em que pese o pedido de vista do
737 Conselheiro, que é muito, pode ser muito válido, até, mas eu gostaria de
738 fazer o destaque pela seguinte situação, e aí, se ele quiser realmente
739 continuar com a vista, ficar à vontade. Por quê? Porque eu acho que pode
740 até ajudar também a elucidar essa situação. Analisando os dois processos,
741 um pouco a fundo, os itens 9.1 e 9.2.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
742 “Um minutinho, Denise. Roberto, nós vamos permitir o destaque da
743 FIEMG, da Denise. Se ainda o senhor quiser pedir vistas nos processos
744 depois da manifestação da FIEMG, aí o senhor comunica e a gente dá
745 vistas aos dois processos, está certo? Vamos lá, Denise.” Conselheira
746 Denise Bernardes Couto: “Na verdade, é um destaque que eu tinha que
747 fazer, que é o seguinte: com a análise dos dois processos, a gente viu que,
748 quando foi fazer a análise, que o que estava sendo exposto não se referia
749 apenas aos dois processos. Tem um conteúdo que se refere a mais outros
750 três processos de autos de infração que foram lavrados, parece, pela
751 mesma razão. Tem alguma correlação entre eles. Sendo que os próprios
752 pareceres jurídicos dizem que esses outros três autos de infração, eles
753 estão até com um parecer, uma opinião pelo cancelamento. Então eu
754 achei um pouco estranho esses autos virem aqui, apenas esses dois
755 autos, e não virem os outros três. Por essa razão, então, o meu destaque
756 seria ver se é possível baixar os dois processos em diligência, porque se
757 tem mais três processos de autos de infração, nos quais parece que todos
758 possuem algum tipo de relação, e ainda, nesses três autos de infração,
759 estão pedindo ainda cancelamento, deveriam vir todos juntos para
760 julgamento da Unidade Regional Colegiada. Então, por isso, eu estou
761 pedindo a baixa em diligência. Eu gostaria de solicitar a baixa em
762 diligência deles, sabendo que ela é, óbvio, prerrogativa do Presidente.”
763 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Denise, eu vou pedir para a Vanessa,
764 que é a representante da Subsecretaria de Fiscalização, esclarecer para a
765 gente, está certo, se existem, realmente, por que não veio os outros três
766 processos, se tratam do mesmo assunto ou não. Vanessa, você está
767 presente?” Diogo Ribas, DAINF/SEMAD: “Clésio, boa tarde. Eu trabalho lá



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

768 com a Vanessa. Boa tarde, Conselheiros, boa tarde todo mundo. Parece
769 que a Vanessa está tendo um problema para entrar na sala, que ela
770 estava tentando entrar agora. Mas, se for possível, eu posso fazer esse
771 esclarecimento para a Conselheira, esclarecendo porque estamos levando
772 apenas os dois processos para julgamento, e não todos os cinco, é uma
773 questão de competências. Os autos de infração de 2011, que são os três
774 autos de infração que não estão na pauta da reunião, eles têm uma
775 competência decisória distinta dos outros dois autos de infração. Então,
776 por força das competências decisórias, apenas os últimos dois autos, 2012
777 e o 2013, que foram pautados nessa reunião, é que são de competência
778 de julgamento desse Conselho. E o fato de a gente ter abordado todos em
779 único parecer, é exatamente por serem situações que ocorreram na
780 mesma propriedade, e são situações em que houve uma supressão de
781 vegetação dentro de uma área, e houve, por parte dos representantes do
782 autuado, a alegação de que havia sobreposição de áreas autuadas, e nós,
783 como estávamos fazendo uma análise conjunta de todos esses autos de
784 infração, a gente submeteu todos eles à análise técnica, e por isso a gente
785 fez um parecer de todos os casos juntos, porque não fazia sentido a gente
786 fazer a análise separada de um caso em que os cinco processos foram na
787 mesma fazenda. Mas o fato de estarem sendo pautados somente dois
788 nessa reunião é uma questão de competência decisória, que os outros
789 autos de infração, a competência é da Subsecretaria, e um deles da chefia
790 de gabinete da SEMAD.” Vanessa Hilário, DAINF/SEMAD: “Clésio, boa
791 tarde. Boa tarde a todos. Eu estava com um pouco de dificuldade para
792 entrar, mas eu acho que o Diogo já deixou bem claro essa questão, a
793 necessidade de elaborar um parecer só sobre tudo foi porque os casos
794 estão completamente correlacionados. E as próprias manifestações em
795 recurso, depois em alegações que foram feitas no final, trouxeram para a
796 gente a necessidade de fazer a correlação entre tudo de forma harmônica,
797 tendo em vista inclusive a manifestação técnica. Então por isso, como o
798 Diogo bem colocou, foi emitido um parecer só. Mas, de fato, a
799 competência desse conselho é apenas em relação a dois processos. Mas



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

800 que foi indispensável, acho que não teria como ser diferente, tendo em
801 vista até a relação e a ocorrência dos fatos ao longo do tempo, fazer
802 coisas dissociadas, separadas. Então, só justificando aqui o motivo.”
803 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Vanessa. Denise, você
804 entendeu por que só esses dois processos virão para o julgamento na
805 URC?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Ok, Clésio.” Presidente
806 Clésio Cândido Amaral: “Ok? Entendido? Então, os outros autos não virão.
807 Nós temos ainda sobre esses processos, o Conselheiro Roberto, que ele
808 tinha pedido vistas no momento em que esses processos não estavam em
809 julgamento.” Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Senhor
810 Presidente. Eu não pedi vista, mas eu poderia... Eu não pedi vista quando
811 você citou os processos. Pedir vista, não, desculpa, destaque. Mas eu
812 queria tirar uma dúvida aqui, que eu vi agora, porque, na ata, está citando,
813 no 9.2, o auto de infração 167969, de 2013. Para o nosso julgamento. No
814 parecer, está escrito 147969. Eu queria saber se é um erro material, um
815 erro de digitação. É do parecer ou é a da ata? Para a gente ter certeza de
816 que é o mesmo processo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Vanessa,
817 você pode esclarecer essa dúvida, por favor?” VANESSA, DAINF/SEMAD:
818 Qual é o processo mesmo, desculpa?” Conselheira Janaína Mendes dos
819 Santos: “167969, que está na ata. 167969, de 2013. No parecer está
820 escrito 147969.” Diogo Ribas, DAINF/SEMAD: “É, eu acredito que tenha
821 sido um erro material do parecer, sim, porque eu estou com uma cópia do
822 auto de infração em mãos aqui, e ele é 167969, de 2013.” Conselheira
823 Janaína Mendes dos Santos: “Ah, obrigada. É porque eu não consegui
824 baixar o auto de infração para eu conferir. Por isso que eu estou pedindo
825 aqui. Tá?” Vanessa Hilário, DAINF/SEMAD: “A gente vai corrigir a falha,
826 Clésio.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tá. A falha vai ser corrigida,
827 Janaína. Agora eu queria saber do Roberto se ele ainda tem alguma
828 dúvida em relação aos processos. Roberto, eu quase não estou escutando
829 você.” Conselheiro Roberto Vial Costa: “Senhor Presidente, escuta agora?”
830 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sim, Roberto, agora eu escuto.”
831 Conselheiro Roberto Vial Costa: “Eu queria me desculpar pelo equívoco



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

832 com relação ao número do processo, por conta da votação em bloco, que
833 envolvem vários processos favoráveis ao parecer da SUPRAM, que indica
834 a autuação. Pedir aos nobres Conselheiros que são decisões importantes,
835 independente do processo ou não, que essa votação, e essa decisão seja
836 com bastante segurança, que envolvem volumes vultuosos de infrações, e
837 a gente sabe do desafio (ÁUDIO RUIM) Presidente do Sindicato dos
838 Produtores Rurais de Diamantina, pelos agricultores, independente deles
839 serem pequenos, médios ou grandes. De a gente fazer essa reflexão.
840 Porque nesse caso específico que a gente vai solicitar à vista, existem
841 várias infrações, vários técnicos, a subjetividade, e o direito de defesa
842 também, onde os senhores Conselheiros podem intervir. E, num momento
843 grave que a gente vive, vale a pena a gente esmiuçar isso bem, porque
844 determinados valores comprometem, às vezes, a empresa, uma empresa
845 que gera emprego e renda. E é isso. Eu queria me desculpar. E
846 manifestar. Futuramente eu vou intervir no momento correto do caso seu
847 Joaquim. Obrigado.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Já fez a
848 justificativa o Roberto. Então, conforme solicitação do Conselheiro
849 Roberto, pedido de vistas no item 9.1 e 9.2.” Conselheiro Roberto de
850 Castro Teixeira: “Vistas também eu peço.” Presidente Clésio Cândido
851 Amaral: “O Roberto, da FAEMG, está pedindo vistas conjuntas.” **10.**
852 **PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA UNIDADE**
853 **REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA DO COPAM, PARA O ANO**
854 **DE 2021. APRESENTAÇÃO: SUPRAM JEQ.** Presidente Clésio Cândido
855 Amaral: “Findado esses itens, eu queria passar para o item 10 da pauta,
856 que é a proposta de agenda das reuniões da URC Jequitinhonha. Você
857 pode colocar na tela? Só um minutinho, Conselheiros. Nós estamos
858 disponibilizando a proposta de agenda. Prezados Conselheiros, a proposta
859 da SUPRAM Jequitinhonha é que tenhamos três reuniões ordinárias no
860 ano de 2021, sendo que, a qualquer momento, pode ser solicitada uma
861 reunião extraordinária. Então, a proposta da SUPRAM Jequitinhonha é:
862 uma reunião em março, no dia 11/03/2021; em julho, no dia 08/07/2021; e
863 em novembro, no dia 11/11/2021. Se os Conselheiros estiverem de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

864 acordo, nós vamos passar. E o horário da reunião será à tarde, às 13h30,
865 como sempre vem sendo realizada.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
866 “Presidente, essas reuniões, a proposta é permanecer reuniões virtuais?”
867 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Quadrimestrais. Olha, a gente ainda
868 não sabe se a reunião vai ser virtual. A gente não sabe como vai ser. Mas,
869 se tudo continuar como agora, nós devemos manter as reuniões virtuais.”
870 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Está bom, obrigado.” Presidente
871 Clésio Cândido Amaral: “Os Conselheiros entenderam? Podemos passar
872 para a votação? Mais alguma consideração? Olha, segundo o pessoal da
873 SECEX, respondendo se a reunião será virtual ou presencial, enquanto se
874 mantiver a pandemia, até a chegada da vacina, a gente continuará
875 fazendo as reuniões virtuais. Então vamos lá, vamos para a votação?
876 Senhor Wagner Vicente Rodrigues Almeida?” Conselheiro Wagner Vicente
877 Rodrigues Almeida: “Senhor Presidente, eu concordo com esse
878 cronograma.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado, Wagner.
879 Janaína Mendes dos Santos?” Conselheira Janaína Mendes dos Santos:
880 “Favorável ao cronograma.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado,
881 Janaína. Rodrigo da Silva Góes?” Conselheiro Rodrigo da Silva Góes:
882 “Sou favorável ao cronograma.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
883 “Obrigado. Ellen Dayene Cordeiro de Sousa. Ellen, favorável. Thiago
884 Costa Ferreira.” Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Favorável ao
885 cronograma.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Thiago.
886 Dalmo Gonçalves Costa?” Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa:
887 “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. 2º Sgt. PM
888 Antônio Nogueira Lopes?” Conselheiro 2º Sgt. PM Antônio Nogueira
889 Lopes: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Jairo Rodrigues
890 da Silva?” Conselheiro Jairo Rodrigues da Silva: “Favorável.” Presidente
891 Clésio Cândido Amaral: “Henrique Moreira de Melo Silva?” Conselheiro
892 Henrique Moreira de Melo Silva: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido
893 Amaral: “Obrigado. Carla Fernanda de Araújo?” Conselheira Carla
894 Fernanda de Araújo: “Favorável ao cronograma.” Presidente Clésio
895 Cândido Amaral: “Denise Bernardes Couto?” Conselheira Denise



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

896 Bernardes Couto “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Roberto
897 de Castro Teixeira?” Conselheiro Roberto de Castro Teixeira: “Favorável.”
898 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ricardo Hirofumi Yoshimatsu”.
899 Conselheiro Ricardo Hirofumi Yoshimatsu: “Favorável.” Presidente Clésio
900 Cândido Amaral: “Roberto Vial Costa.” Conselheiro Roberto Vial Costa:
901 “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “José Nelson Pereira dos
902 Santos?” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Eu voto favorável
903 à agenda. Eu gostaria de fazer uma observação sobre as reuniões virtuais.
904 Se as reuniões prosseguirem de forma virtual, quando se tem a questão da
905 transmissão pelo *YouTube*, é que a opção de comentários fosse aberta,
906 tivesse opção de quem deseja fazer algum comentário, alguma
907 consideração, porque essa situação parece que se torna fechada.”
908 Presidente Clésio Cândido Amaral: “José, a reunião não é fechada.
909 Qualquer um que queira se manifestar, e qualquer processo ou qualquer
910 item da ata, ele tem uma hora para se inscrever naquele item. A partir do
911 momento em que a gente abre a reunião, a gente abre para inscrição uma
912 hora antes da reunião. Então, todo e qualquer cidadão tem o direito de
913 participar da reunião, de se expressar em qualquer item da reunião. Ela é
914 aberta, continua sendo aberta, da mesma forma que era antigamente, na
915 forma presencial.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Sim, mas
916 só me tira uma dúvida. Na questão da versão *YouTube*, a questão dos
917 comentários, a opção que eu estou falando. Eu entendi o procedimento.”
918 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Não, mas aí a pessoa tem que entrar
919 na sala e se inscrever.” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Presidente, só
920 para esclarecer ao Conselheiro que o manual de orientações, tanto para a
921 sociedade civil acessar a reunião quanto para o Conselheiro, ela fica
922 disponível na reunião, e a reunião virtual, a reunião remota, ela segue os
923 mesmos padrões de uma reunião física. Ou seja, o representante, o
924 interessado chega no auditório, no plenário, ele se inscreve no livro e fica
925 aguardando. Aqueles que não tem interesse, só acompanham a reunião.
926 Da mesma forma, hoje. Aqueles que têm interesse em só acompanhar a
927 reunião, eles vão assistir pelo *YouTube*. Aqueles que têm interesse de se



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

928 manifestar, a reunião fica aberta, a gente abre uma hora antes. Lá tem um
929 *link* que pode ser acessado, ou também pelo *QR Code*. Ele se inscreve em
930 um formulário, e como várias pessoas que se inscreveram e estão
931 presentes, tinham inscritos para os itens 9.2, tinham inscritos para os
932 demais itens, como tem inscritos para o item da Anglo. Então assim, essas
933 pessoas entram, tem um técnico nosso que fica 40 minutos antes da
934 reunião iniciar para esclarecimento de todas as dúvidas, também *online*, e
935 logo após, essas pessoas ficam numa sala de espera, na sala do Zoom,
936 onde todos os Conselheiros estavam presentes. E isso já vem sendo
937 adotado desde o mês de abril, com grande sucesso em todas as unidades
938 colegiadas, tanto do Conselho Estadual de Política Ambiental quanto do
939 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Era isso o que eu tinha para
940 falar, senhor Presidente.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado,
941 Vânia. Esclarecido, Conselheiro? Cáritas Diocesana de Araçuaí, favorável.
942 Felipe Xavier?” Conselheiro Felipe Xavier: “Favorável.” Presidente Clésio
943 Cândido Amaral: “João Otávio Mariz Barbosa?” Conselheiro João Otávio
944 Mariz Barbosa: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sérgio
945 Leandro Souza Neves?” Conselheiro Sérgio Leandro Sousa Neves:
946 “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ronaldo Rajão
947 Santiago?” Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Favorável.” Presidente
948 Clésio Cândido Amaral: “OAB-MG.” Conselheiro Pedro Antônio de
949 Andrade Júnior: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
950 “Obrigado, Pedro. Então nós temos, com 20 votos, aprovado o calendário
951 das reuniões da URC Jequitinhonha.” **6. PROCESSO ADMINISTRATIVO**
952 **PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO**
953 **AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA**
954 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU**
955 **AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**
956 **LOCALIZADOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO**
957 **DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO**
958 **AMBIENTAL:** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pronto, dessa forma,
959 nós vamos retomar a nossa discussão do item **6.1**. Doutor Henrique, o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

960 senhor pode se manifestar quanto ao parecer de vistas do senhor.”
961 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Espero que agora corra tudo
962 bem. Bom, vou começar, vou atalhar os cumprimentos agora, já foram
963 feitos. Os Conselheiros, os Conselheiros que tomaram posse na última
964 reunião, e desejar agora boa sorte para esse mandato. Na última reunião,
965 nós tivemos apresentações muito importantes, mas quando a gente entrou
966 no ponto de pauta, a reunião já se transcorria há mais de quatro horas,
967 então todos estávamos cansados já da reunião virtual. Um sistema ainda
968 mais cansativo do que as reuniões presenciais. Então, nesse sentido,
969 queria resgatar a última reunião, até no sentido do que a gente aprovou.
970 Na 113ª, que foi a última reunião, nós aprovamos a ata da 112ª. E aí, os
971 senhores, mesmo os Conselheiros novos, já devem ter lido a ata, e aí eu
972 queria aproveitar para agradecer, para destacar e agradecer a participação
973 do Conselheiro Alex, do Caminhos da Serra. Sempre atento,
974 acompanhava e questionava os empreendimentos, como é de esperar de
975 um representante da sociedade civil nesse Conselho. E nessa ata que foi
976 aprovada, foi tratado também de autuações sobre impactos ambientais
977 provocados pelo empreendimento agora em debate, ainda em 2008, na
978 Serra do Sapo, quando foi da execução dos fundos de sondagem. Então o
979 Alex voltou, descreveu o que ele tinha presenciado, e na ata chama a
980 atenção que a empresa ainda não reconheça esses danos. Chama a
981 atenção, mas não surpreende ninguém que acompanha esse
982 empreendimento. Em 2008, foram os danos associados às sondagens.
983 Depois, foram diversos conflitos com a comunidade vizinha, com
984 cercamento, proibições de trânsito, proibições de acesso. Chegaram a
985 derrubar porteira, cortando os mourões com motosserra para adentrar em
986 propriedades privadas, propriedades de terceiros. Isso está amplamente
987 documentado ao longo do processo. Tivemos também, na época de
988 instalação do empreendimento, uma terceirizada que foi autuada por
989 manter os trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo.
990 Tivemos, no fim de 2012, o assoreamento do Pereira do Passa-Sete, que
991 foi provocado por uma falha na drenagem do platô 18, que abriu uma



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

992 boçoroca de centenas de metros dentro do empreendimento. Uma
993 boçoroca com mais de 200 metros. E impactou quilômetros de drenagem a
994 jusante, tanto do Pereira quanto do Passa-Sete. Nós tivemos uma
995 mortalidade de peixes no córrego do Passa-Sete, sendo que a empresa foi
996 autuada por isso. Presenciamos a violência cometida pela empresa contra
997 a dona Natalina, que tem um filho portador de necessidades especiais, e a
998 Anglo foi com um caminhão para despejar essa senhora. Precisou de uma
999 intervenção emergencial da Promotoria local para suspender aquele
1000 absurdo. A empresa ainda dinamitou uma cachoeira a jusante do
1001 barramento, fora do barramento, fora do licenciamento. E nós tivemos a
1002 paralisação judicial da construção do barramento por destruição de Sítio
1003 Arqueológico, já identificados. A empresa estava passando o trator por
1004 cima. E isso ensejou a paralisação judicial de parte do barramento. Nós
1005 tivemos a paralisação judicial também da linha de transmissão que
1006 pretendia burlar os processos administrativos para a supressão da Mata
1007 Atlântica. E esse caso é importante porque também foi votado aqui nesse
1008 conselho, o Ministério Público teve uma posição minoritária, e depois foi
1009 reconhecida como justa pelo Poder Judiciário e impôs à empresa essa
1010 paralisação. Então, tentou burlar o processo administrativo à época para a
1011 supressão da Mata Atlântica. Foi reconhecido pela Justiça. Então, hoje, a
1012 gente lida com a recusa da empresa em reconhecer como atingida as
1013 comunidades de Água Quente e Jaçém. Inclusive com o acionamento
1014 indevido da sirene de emergência. Essas comunidades estão na área de
1015 autossalvamento da barragem. Inclusive, essa necessidade foi
1016 reconhecida judicialmente pelo Poder Judiciário, que impôs uma liminar à
1017 empresa, a necessidade do assentamento coletivo dessas comunidades.
1018 Eu gostaria de aproveitar e perguntar para os representantes da empresa
1019 que vão ter voz, ou os representantes dos Conselheiros aqui que falam
1020 pela empresa, se ela vai reconhecer de fato o reassentamento, o direito ao
1021 reassentamento coletivo dessas comunidades, ou vai recorrer contra o
1022 interesse da comunidade e continuar postergando essa necessidade? Nós
1023 tivemos também o rompimento do mineroduto por duas vezes. Lidamos



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1024 hoje com o legado da empresa em relação à criminalidade do município.
1025 Quem tiver dúvidas, basta pegar as estatísticas de violência antes da
1026 instalação do empreendimento, e após. Lidamos hoje com as altas taxas
1027 da Covid no município de Conceição do Mato Dentro. Muito maior que as
1028 médias por população. Se hoje a empresa Anglo contribui com as ações
1029 anti-Covid, não é por benevolência, é por necessidade. Porque, como, em
1030 vários outros polos de mineração, isso ocorre... Presidente Clésio Cândido
1031 Amaral: “Henrique, nós estamos discutindo o parecer de vistas. Eu queria
1032 que você retomasse a discussão do seu parecer de vistas.” Conselheiro
1033 Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu vou chegar lá. É preciso antes fazer o
1034 histórico para dar compreensão.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Nós
1035 estamos discutindo um item, que é a supressão da cobertura vegetal.”
1036 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu vou chegar lá,
1037 Presidente. Posso continuar?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1038 “Retome, por favor, o parecer de vistas que você fez. Sobre o parecer de
1039 vistas, por favor.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu vou
1040 continuar a minha intervenção.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sobre
1041 o parecer de vistas, por favor, Henrique.” Conselheiro Henrique Moreira de
1042 Melo Silva: “É a minha intervenção, Presidente. Então hoje nós lidamos,
1043 agora, eu entro nesse caso agora com uma situação emergencial, mas
1044 que se repete desde 2016, como inclusive reconhece o subsecretário no
1045 ofício que nós tivemos acesso quando o processo foi aberto. Ou seja, nós
1046 estamos a tratar de emergências muito previsíveis. Com base nesses fatos
1047 todos que eu relatei, que refletem... Eu preciso até reconhecer o empenho
1048 da empresa em construir a péssima reputação que ela tem hoje. E é com
1049 base nesses fatos que eu sustento as afirmações sobre a gestão temerária
1050 que a empresa pratica em relação ao meio ambiente que eu fiz na última
1051 reunião. Eu preciso dizer isso só para reavivar a memória e levar ao
1052 conhecimento dos novos Conselheiros que porventura desconheçam o
1053 empreendimento e a conduta habitual da empresa Anglo American. Então,
1054 sobre esse processo específico, nós vamos começar reconhecendo de
1055 plano que a empresa pretende, na prática, incrementar a ADA em



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1056 aproximadamente 30 hectares em área contígua à licenciada. E por que é
1057 o incremento da ADA, e não em ação de supressão, como quer fazer,
1058 passar tanto a empresa quanto a SEMAD? Porque se trata de impactos
1059 diretos e efetivos decorrentes da operação da cava. Essa é a definição da
1060 ADA. Então nós temos impactos diretos e efetivos decorrentes da
1061 operação da cava. E isso deveria bastar para o endereçamento
1062 administrativo correto desse processo. Só essa questão deveria bastar
1063 para tratar dentro do processo de licenciamento da licença vigente. Mas,
1064 como se não bastasse, fica pior. Porque a empresa cita que parte dos
1065 impactos decorre de chuvas atípicas, e desde o evento do platô 18, a
1066 empresa manobra esse argumento. E quando eu vejo a tentativa que a
1067 empresa tem em colocar responsabilidade em São Pedro, ou nas chuvas,
1068 eu imediatamente lembro das comunidades que estão a jusante da
1069 barragem gigantesca que essa empresa está construindo. Então, com o
1070 alteamento à montante, o menos seguro, e que já foi proibido pelo estado,
1071 e a empresa continua desenvolvendo esse alteamento à montante. Então,
1072 quando ela começa a manobrar argumento de chuva, eu lembro
1073 diretamente da barragem e do risco que essas comunidades a jusantes
1074 estão correndo, principalmente as que estão na área de autossalvamento.
1075 A empresa alega que esses são impactos pontuais, mas como são
1076 impactos pontuais, se eles atingem todas as drenagens da face oeste
1077 associadas à operação da cava? Então não se trata disso. Existe, nesse
1078 caso que nós estamos tratando agora, uma confusão e uma mistura de
1079 coisas que a empresa quer fazer para poder contornar o devido processo,
1080 como, aliás, já foi feito pela empresa, como eu demonstrei aqui atrás. É
1081 uma conduta habitual essa. Depois, infelizmente, isso precisa ser revisto,
1082 tem outras consequências indesejadas. Mas isso tudo tem origem nesse
1083 mau encaminhamento de agora. Então não são impactos pontuais, são
1084 impactos sistêmicos e associados diretamente à operação do
1085 empreendimento. O que a legislação coloca como casos emergenciais?
1086 São aqueles que representam risco iminente. Então, nesse caso dessa
1087 vertente, esses carreamentos ocorrem desde 2016, isso está relatado pela



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1088 comunidade, tem documento, inclusive levados ao licenciamento. E agora
1089 virou emergencial. Então por que a empresa não atuou desde o início para
1090 não somente remediar o carreamento, mas para impedir que eles
1091 continuassem a ocorrer e a se agravar? Então era para ter interrompido,
1092 mudado a conduta de exploração da cava lá no começo, quando o
1093 monitoramento deve ter apontado o que estava acontecendo. Lá em 2016,
1094 2017, 2018, a empresa continuou operando, e permitindo que os
1095 sedimentos que ela estava produzindo lá em cima, atingissem e
1096 impactassem todas as drenagens na face oeste que estavam a jusante da
1097 cava. O outro ponto que eu destaco no parecer de vista, que os senhores
1098 tiveram acesso, e eu peço realmente atenção aos argumentos que nós
1099 levamos, é que não se trata apenas de pequenas intervenções para a
1100 contenção desses processos erosivos. A gente está falando de estruturas
1101 permanentes, estruturas de contenção de sedimentos com até 6m de
1102 altura. Verdadeiros depósitos de estérreo, que a empresa permitiu que, em
1103 sua forma de exploração da cava, atingissem a bacia do Rio Santo
1104 Antônio. Isso não é simplesmente controle de processos erosivos, como
1105 quer fazer acreditar, e quer fazer passar que isso não se trata de
1106 pequenos focos, eventos isolados, ou decorrentes de uma estrada, ou
1107 decorrentes de outro barramento, de um acesso, de uma pilha de estéril.
1108 Isso decorre diretamente da forma de exploração da cava. Por isso é que
1109 está equivocada a tentativa de tratar isso via DAIA. Isso tem que ser
1110 tratado como um impacto direto e efetivo da operação da cava, isso está
1111 no âmbito do licenciamento. Também, falando ainda sobre as questões
1112 emergenciais, eu queria destacar que não se trata apenas de intervenções
1113 emergenciais. Eu posso compartilhar depois aqui a tela, mas os senhores
1114 podem observar lá no nosso parecer, tem parte das estruturas, inclusive as
1115 maiores, que estão localizadas na porção sul, elas não estão associadas a
1116 esses processos da cava. E já é uma intenção futura de acompanhar e de
1117 tentar controlar eventos que já são previsíveis. Então não se encaixa, não
1118 pode ser tratado isso como ação emergencial. Não há hipótese para tratar
1119 uma microbacia, uma sub-bacia que ainda não está afetada, mas que será



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1120 se a empresa continuar operando da mesma forma como ela está
1121 operando agora. Então, se isso tudo ainda não for suficiente, todos nós
1122 pudemos acompanhar agora, recentemente, em setembro e em outubro, a
1123 interrupção na captação de água de Conceição do Mato Dentro. O núcleo
1124 urbano de Conceição ficou com a captação, a única captação de água...
1125 Um momento, por gentileza. Desculpem, meu filho entrou aqui na sala e
1126 interrompeu minha explanação. Vou retomar. Então, eu estava dizendo da
1127 Captação que foi interrompida em Conceição do Mato Dentro. Agora em
1128 setembro e outubro, coincidindo com o início da temporada de chuva. A
1129 sociedade concepcionense ficou dez dias sem água. A concessionária
1130 disse que foi em razão de mudanças de qualidade da água que
1131 dificultaram o tratamento. Eu pergunto: qual é esse fato que está
1132 acontecendo nas cabeceiras do Rio Santo Antônio que é capaz de afetar
1133 essa qualidade da água e dificultar o tratamento? O que nós temos de fato
1134 novo, acontecendo, para poder ensejar um... (ÁUDIO RUIM) tipo de
1135 medida por parte da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, ela
1136 protocolou o Ofício 95. Vocês estão me escutando? Ontem, a Prefeitura de
1137 Conceição do Mato Dentro protocolou, eu não vou conseguir mais, parece
1138 que meu vídeo aqui está com problema. Bom, fecharam minha conexão de
1139 vídeo. Eu não sei a que ponto que o meu áudio ficou comprometido.”
1140 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Seu áudio estava picando, Henrique.”
1141 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Desde que ponto?”
1142 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Você começou a falar da captação.”
1143 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Do protocolo do município, do
1144 ofício.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Ok. Então, o
1145 município protocolou o Ofício 95, de 2020, ontem, relatando alterações nos
1146 parâmetros de Arsênio na água do Rio Santo Antônio. E no dia 21 de
1147 outubro, os valores estavam em cinco vezes permitidos para cursos da
1148 água classes 1 e 2, e 60% maiores que os estabelecidos para os cursos
1149 d'água de classe 3. Em 1 amostra corrida pela Prefeitura a jusante do
1150 empreendimento. Nós vamos perguntar para a concessionária se ela
1151 também detectou esse tipo de alteração, e vamos investigar quais são as



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1152 possíveis causas dessas alterações.” Conselheira Denise Bernardes
1153 Couto: “Doutor Henrique, repete o número do ofício para mim, por favor?”
1154 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “95.” Conselheira Denise
1155 Bernardes Couto: “De 2020?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1156 “Sim. E isso só reforça a necessidade... Presidente Clésio Cândido
1157 Amaral: “O Leandro vai falar sobre esse ponto.” Conselheiro Henrique
1158 Moreira de Melo Silva: “Quem vai falar?” Presidente Clésio Cândido
1159 Amaral: “Nós vamos responder sobre esse ponto depois da manifestação
1160 dos pedidos de vistas, doutor Henrique.” Conselheiro Henrique Moreira de
1161 Melo Silva: “Perfeito. Então, isso só reforça a necessidade que as
1162 estruturas que a empresa pretende instalar, precisam ser melhor avaliadas
1163 quanto à adequação, eficiência, suficiência. A gente precisa conhecer
1164 melhor as características dos sedimentos que a empresa permitiu que
1165 atingissem os corpos d’água. Precisamos monitorar a qualidade dessas
1166 águas, dessas drenagens afetadas pela empresa. E isso só será possível
1167 com um direcionamento administrativo correto do processo de
1168 licenciamento. Tratando as intervenções propostas no âmbito da licença
1169 vigente. A população de Conceição do Mato Dentro precisa, inclusive, de
1170 transparência sobre as razões de falta d’água que afeta o município. Veja
1171 bem, isso precisa ser investigado, mas eu estou dizendo que a gente não
1172 pode simplesmente tratar não só a questão da recuperação, mas toda a
1173 problemática da face oeste via DAIA, porque não permite os controles
1174 necessários. Então, a empresa, Anglo América, que tem expressão
1175 internacional, e opera o maior mineroduto do mundo, a sociedade não
1176 pode aceitar menos do que os melhores controles ambientais existentes.
1177 Ela não pode aceitar menos do que as melhores práticas possíveis por
1178 parte da empresa. E isso a empresa tem demonstrado, ao longo dos anos
1179 de operação, que está muito aquém, muito aquém. E por isso que eu fiz
1180 questão de citar os fatos ocorridos anteriores, desde que a gente
1181 acompanha. Poderia citar outros, ainda.” Presidente Clésio Cândido
1182 Amaral: “Doutor Henrique, eu pediria o senhor para...” Conselheiro
1183 Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu vou concluir, Presidente. Eu quero



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1184 concluir me dirigindo aqui os Conselheiros. Nós temos colegas aqui que
1185 representam instituições, e tem a obrigação funcional de discordar do que
1186 eu apresentei, e encaminhar as decisões tomadas muitas vezes pela
1187 hierarquia que estão subordinados. E eu digo a esses Conselheiros que eu
1188 os respeito. Mas eu gostaria de me dirigir especialmente aos Conselheiros
1189 que tem a liberdade para votar de acordo com a própria consciência, para
1190 que considerem os argumentos apresentados, e indefiram essa DAIA de
1191 modo que esse processo seja endereçado corretamente no âmbito do
1192 licenciamento regular. E, para concluir, eu gostaria de me dirigir aos
1193 representantes da empresa, porque na última segunda-feira, essa semana,
1194 enquanto a equipe trabalhava no parecer de vista, uma equipe da Anglo
1195 América foi até a casa do senhor Natanael, Tatá. Uma pessoa que o Poder
1196 Judiciário determinou uma avaliação psiquiátrica, porque tem evidências
1197 de sofrimento mental. E ao que consta, ainda não foi realizado. Fizeram
1198 uma pressão muito forte em cima do senhor Natanael. Ele entrou no carro
1199 da Anglo, foi levado para Conceição do Mato Dentro, foi levado para
1200 Itacolomy e foi deixado lá. O senhor Natanael, naquela tarde de segunda-
1201 feira, à noite, que ele voltou aproximadamente 40 km a pé, para o seu
1202 lugar, o lugar que ele tinha de referência no mundo. A casa dele, o lugar
1203 que ele tinha. Encontrou a terra arada, a casa derrubada e o terreno
1204 cercado. Não pôde entrar. Os representantes da Anglo, eles fizeram...
1205 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Senhor Henrique, se atenha ao...”
1206 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “O que eles fizeram com o
1207 senhor Natanael... Eu já estou concluindo, Presidente.” Presidente Clésio
1208 Cândido Amaral: “É só para se ater ao parecer de vistas, Henrique.”
1209 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu estou concluindo,
1210 Presidente.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Por favor, se atenha ao
1211 parecer de vistas. Ao objeto que está em julgamento.” Conselheiro
1212 Henrique Moreira de Melo Silva: “Já estou concluindo, Presidente. Ao
1213 objeto. Os representantes da Anglo, o que eles fizeram com o senhor
1214 Natanael foi abjeto e repugnante, e eu gostaria de, mais uma vez, exortá-
1215 los a rever profundamente a cultura da empresa no que diz respeito à



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1216 gestão socioambiental, uma gestão, até agora, sofrível, lamentável, e
1217 muito aquém das capacidades da Anglo. Por isso eu inflo os Conselheiros
1218 que têm a liberdade de votar, que tome consciência, que considere o
1219 (ÁUDIO RUIM) e indefiram a DAIA.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1220 “Senhor Henrique, o senhor já ultrapassou o tempo de dez minutos do...”
1221 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Apesar de muitas
1222 interrupções por parte de vossa pessoa, eu consegui concluir a minha
1223 intervenção.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “A sua intervenção deve
1224 ser feita em relação ao parecer de vistas e ao objeto que está sendo
1225 discutido como ponto de pauta, senhor Henrique.” Conselheiro Henrique
1226 Moreira de Melo Silva: “Presidente, não dá para separar. A nossa posição
1227 é por um endereçamento correto, e eu procurei demonstrar na minha
1228 intervenção o porquê isso não deve ser tratado por via de DAIA. Espero ter
1229 conseguido.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sim. Como o senhor
1230 pediu um parecer de vista, e fez um parecer de vistas, o esclarecimento
1231 deve cumprir, e deve ser feito em relação ao parecer de vistas. Denise,
1232 vamos passar para a manifestação do cliente agora?” Conselheira Denise
1233 Bernardes Couto: “Obrigada, senhor Presidente. Eu não vou demorar
1234 muito não. Tem alguns pontos a serem aqui, tá? Mas, assim, quanto à
1235 manifestação da FIEMG, eu tenho a dizer que a FIEMG apresentou um
1236 relato de vista dentro do prazo regimental, como sempre a gente costuma
1237 fazer. Analisamos o processo, no caso, e vimos que, no que se refere, o
1238 objeto que está sendo julgado aqui, que é uma intervenção emergencial,
1239 nós realmente não temos nenhum óbice, uma vez que a análise do IEF, no
1240 caso, foi muito bem pontuada, mostrou que essa intervenção é necessária.
1241 E mostra, no caso, que a intervenção em questão é legítima, e atende aos
1242 preceitos da legislação ambiental que está sendo, que é, como se diz, da
1243 legislação vigente, hoje, no caso, principalmente, o Decreto 47.749, que
1244 ele diz que as intervenções ambientais, os empreendimentos, que não
1245 sejam previstas na licença ambiental, eles vão depender de autorização
1246 junto ao IEF quando estiverem desvinculados da LI, da Licença de
1247 Instalação, no caso para a ampliação. Uma vez que a gente vê que não se



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1248 trata de ampliação nesse caso. Então, a FIEMG se coloca favorável à
1249 intervenção solicitada pelo empreendedor nos termos do parecer do órgão
1250 ambiental. Agora, senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma
1251 consideração. Em que pese a manifestação do representante do Ministério
1252 Público, mas apenas, então eu posso fazer uma manifestação rápida,
1253 dizendo o seguinte: eu sempre estive nesse processo de licenciamento
1254 desde o seu início, só para falar da regularização da empresa, desde a
1255 licença prévia. E assim, só para dizer que nós não estamos tratando aqui
1256 do licenciamento ambiental, tá, deixar isso muito claro.” Conselheiro
1257 Henrique Moreira de Melo Silva: “Mas deveria.” Conselheira Denise
1258 Bernardes Couto: “Henrique, por favor. Eu te ouvi, eu não me manifestei
1259 no seu momento, e eu exijo respeito no meu momento de manifestar. Por
1260 favor. E não está vinculado ao processo de licenciamento, tá? E mais uma
1261 vez dizer que é obvio que esse processo, caso haja algum tipo de
1262 indeferimento, vai voltar até aqui, porque aqui vai ser a instância
1263 competente para julgar um processo desse, uma vez que não está
1264 vinculado ao licenciamento ambiental, e mais uma coisa que eu gostaria
1265 de dizer, é: eu acho, aproveitando a menção ao Código de Ética que o
1266 senhor fez, senhor Presidente, eu acho de extremo mau gosto um
1267 Conselheiro vir aqui e falar isso com outros Conselheiros, sejam novos ou
1268 não. De certa forma, eu me sinto coagida por um representante que vem
1269 aqui e falar isso com outro. Que votem pelo indeferimento. Cada um tem
1270 que ser do seu livre convencimento, mas não dessa forma, porque foi uma
1271 forma de extremo mau gosto. O representante do Ministério Público vir
1272 aqui e falar da forma que falou. E manifestar da forma que falou. E vou
1273 dizer mais. Os outros representantes do Ministério Público que estiveram
1274 aqui, os promotores, sejam doutor Francisco, doutor Marcelo, doutor
1275 Felipe, nenhum deles veio aqui e manifestou com falta de respeito com
1276 nenhum dos Conselheiros dessa Unidade Regional Colegiada. Nem aqui,
1277 e nem em nenhuma outra unidade do COPAM. Tá? Então, eu gostaria de
1278 deixar isso devidamente registrado, e que esteja registrado em ata.
1279 Encerro minha manifestação por aqui.” Presidente Clésio Cândido Amaral:



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1280 “Denise, vai ficar registrado, e vai ficar registrado em ata a sua
1281 manifestação. Eu gostaria de chamar agora o senhor Rodrigo Ribas para
1282 se manifestar.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Antes de mais nada, dar
1283 boas-vindas aos Conselheiros novos, aqueles que estão começando a
1284 trilhar o seu caminho por agora. Os senhores certamente verão, nessa
1285 URC, grandes debates, debates muito profícuos, muito produtivos em
1286 relação ao controle ambiental, em relação às técnicas que são adotadas, e
1287 aos procedimentos adotados pela SEMAD e pelo IEF em relação ao
1288 controle ambiental que, ao final das contas, é o nosso objetivo. Bom, eu
1289 vim aqui a pedido do Subsecretário de Regularização Ambiental para jogar
1290 um pouco de luz sobre os procedimentos do licenciamento ambiental e da
1291 autorização. Porque nos pareceu aqui... Desculpa, Clésio, o senhor José
1292 Nelson pediu para manifestar, tirar uma dúvida. Você quer que ele faça
1293 primeiro e eu continuo depois, ou continuo daqui?” Presidente Clésio
1294 Cândido Amaral: “Sim, Ribas. Eu pedi para ele, porque de repente você já
1295 até responde a dúvida que ele tem. Senhor José Nelson.” Conselheiro
1296 José Nelson Pereira dos Santos: “Desculpa aí talvez ter interrompido o
1297 Rodrigo, porque é só uma dúvida. Na última reunião, e é a segunda que eu
1298 participo, sou um novato, mas querendo aprender, com boa vontade e
1299 colaborar, dentro da minha capacidade, respeitando todos os trâmites
1300 regimentais. E na última reunião, eu fui, de certa forma, prejudicado, como
1301 você mesmo, no início da reunião, você viu os contratemplos sobre a
1302 questão da *internet*. E no finalzinho da reunião passada, eu não consegui
1303 mais acessar o final da reunião. Fui extremamente prejudicado. Mas a
1304 minha dúvida, que eu queria tirar com você, é o seguinte, é com relação a
1305 ponto de pauta. Porque foi solicitado vista por dois representantes, dois
1306 Conselheiros. E eu não estou me adentrando muito no Regimento. Fiz
1307 algumas leituras, mais de forma parcial. É possível solicitar uma nova vista
1308 em relação à essa pauta?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Não,
1309 senhor José Nelson. Não é possível solicitar uma nova vista. O senhor
1310 poderia ter solicitado vista conjunta com os Conselheiros na última
1311 reunião.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Ok, tranquilo. Eu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1312 me manifestarei depois da fala do Ribas. Obrigado.” Presidente Clésio
1313 Cândido Amaral: “Rodrigo, pode continuar.” Rodrigo Ribas,
1314 SUPPRI/SEMAD: “Retomando. Então, o Subsecretário de Regularização
1315 pediu que jogasse luzes sobre os procedimentos que foram adotados em
1316 relação a esse processo. Não é interesse do Subsecretário de
1317 Regularização defender este ou aquele ponto de vista, defender o
1318 empreendimento ou defender aqueles que lutam contra o
1319 empreendimento. Os senhores verão que há uma grande comoção
1320 pública, uma grande comoção social em relação a isso, de lado e lado. E
1321 nós aqui, com base no princípio da impessoalidade, viu, só esclarecer para
1322 os senhores: os Conselheiros mais antigos certamente já têm esse
1323 conhecimento e essa tranquilidade. Inclusive alguns já me conhecem. A
1324 Denise já conhece, o Roberto Leal também. Eu não estou vendo aqui
1325 quem mais já conheça. Então, o que acontece? Por que esse processo é
1326 de DAIA e não de licença ambiental? Quando o Conselheiro Henrique... O
1327 Henrique também, nós já nos conhecemos de outras histórias, de longos
1328 debates. Eu fui Diretor Técnico da SUPRAM de Jequitinhonha. Então, por
1329 que traz o processo de DAIA e não de licenciamento? O regime de
1330 licenciamento, ele é estabelecido no Decreto 47.383, e no Decreto 47.383,
1331 fala lá que a implantação, operação, ampliação, viabilidade dos
1332 empreendimentos que estão listados em uma deliberação normativa
1333 COPAM, deverá ser feita por meio de licenciamento. Então, uma
1334 ampliação de empreendimento deve ser feita mesmo por licenciamento
1335 ambiental. Nesse caso seria cabível. Para não haver dúvida, a SEMAD, na
1336 sua Instrução de Serviço nº 01, de 2018, já tem quase três anos que ela
1337 está em vigência essa Instrução de Serviço, ela fala lá o que é a
1338 ampliação. Que as atividades passíveis de ampliação são aquelas
1339 caracterizados conforme o porte da atividade, o potencial poluidor. Então,
1340 precisa de ter três características para a gente chamar de ampliação.
1341 Primeiro: ser uma atividade listada na Deliberação Normativa COPA Nº
1342 217. Ampliação de cava, aumentar a área da cava, não é uma atividade
1343 listada. Segundo: ter ali naquele empreendimento, parâmetro para



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1344 licenciamento. Então, eu vou lá, no aumento de produção, por exemplo.
1345 No caso da mineração, o parâmetro é produção. Então, se houver
1346 aumento de produção, é uma ampliação. Se eu simplesmente aumentar a
1347 cava, não é uma ampliação. Então, o aumento de cava, por exemplo, não
1348 seria sujeito a um licenciamento ambiental. Portanto, essa confusão que o
1349 Henrique diz aqui que está havendo, realmente está havendo por parte do
1350 Ministério Público. O aumento de cava, o aumento da ADA não é passível
1351 de licenciamento ambiental, ele é passível do regramento existente no
1352 Decreto 47.749. O Ministério Público, guardião da lei, é claro, guardião das
1353 normas, ele deveria vir aqui e estabelecer para os senhores, como
1354 primeiro princípio, o princípio da legalidade estrita. Quando os senhores,
1355 no princípio aqui ouviram palestra a respeito da ação dos senhores, foi
1356 falado, é claro, da atuação dos senhores, da legalidade. E o que está dito
1357 no princípio da legalidade é que os senhores só podem atuar como
1358 servidores públicos a serviço do público no COPAM, como Conselheiros,
1359 os senhores só podem atuar dentro do princípio da legalidade estrita,
1360 apenas o que está previsto na lei. Esse princípio é basilar, princípio
1361 constitucional. Nós não podemos fazer nada que não esteja previsto em
1362 lei. Pois bem. Então, lá na DN COPAM, não tem atividades que seja
1363 ampliação da ADA, ampliação da Área Diretamente Afetada, não há
1364 possibilidade de nós licenciarmos isso. O Decreto 47.383, no Artigo 36, se
1365 eu não me engano, diz lá que as atividades que não forem passíveis de
1366 licenciamento, que não resultem, mas que tenham um tremendo de um
1367 impacto ambiental, deverão ser comunicados ao órgão ambiental, que vai
1368 resolver qual será o caminho. E isso foi feito, isso foi cumprido, esse rito foi
1369 cumprido, foi apresentado a um ofício da Subsecretaria de Regularização
1370 Ambiental nesse sentido. O decreto 47.749, por sua vez, no artigo 5º, diz
1371 que quando as intervenções de empreendimentos já licenciados não forem
1372 previstas na licença ambiental, e são desvinculadas de licença de
1373 ampliação, elas serão feitas por DAIA. Então, o DAIA é o documento e o
1374 procedimento correto, no entender da Secretaria de Estado de Meio
1375 Ambiente, do SISEMA e do IEF, o DAIA é a forma correta de tratar a



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1376 atividade. Primeiro ponto. Segundo ponto. Em relação ao que foi
1377 apresentado, diz respeito às atividades não serem emergenciais. Eu fiquei
1378 preocupado com isso na hora em que eu li o parecer de vistas, porque, se
1379 as atividades não são emergenciais, e isso não está previsto, realmente
1380 existe um problema de legalidade. Há um vício de legalidade nesse caso.
1381 E aí eu fui lá no parecer técnico e jurídico apresentado pelo IEF, que
1382 remete à solicitação e à apresentação dos estudos que instruíram o
1383 pedido. Eu vi no item 2 do parecer técnico. O primeiro item é histórico, o
1384 segundo item é objetivo. Falei: 'Deixa eu ver aqui como é que está aqui'.
1385 Está muito claro aqui que foi pedido que a regularização ambiental de
1386 parte das intervenções de maneira emergencial, e outra parte das
1387 intervenções complementares avaliadas neste parecer. Então, há uma
1388 segregação clara entre aquilo que se está pedindo autorização em relação
1389 ao parecer. Não há vício de legalidade, nem no pedido e nem na avaliação
1390 apresentada pelo IEF. O IEF recebeu um pedido, dizendo que houve
1391 atividade de supressão vegetação de forma emergencial, isso está tratado
1392 aqui. Além disso, nós precisamos de outras atividades a serem exercidas,
1393 outras formas de supressão de intervenção ambiental, não só supressão,
1394 também tem intervenção em APP, está descrito no parecer dos senhores,
1395 nós precisamos de apresentar outras formas de intervenção, de maneira a
1396 garantir o controle ambiental de impactos que estão acontecendo e que
1397 acontecerão lá. Bom, como nós vimos aqui no primeiro item, controle
1398 ambiental não é passível de licenciamento. Não existe a atividade
1399 licenciável controle ambiental, seja ele qual for, de qualquer maneira.
1400 Então, não há que se falar em convocar ao licenciamento ambiental essa
1401 atividade. O DAIA é o instrumento correto. A previsão legal de autorização
1402 dessas intervenções também é adequada. Ela está adequadamente
1403 instruída dentro do processo, dentro do pedido, dentro do parecer técnico.
1404 Aliás, parecer técnico muito bom. Eu tive o cuidado de ler. Um parecer
1405 técnico extremamente detalhado. Ele mostra todas as intervenções,
1406 separadas, os itens, item a item aqui, o que foi emergencial, o que é
1407 complementar, separa direitinho. Não causa nenhuma dúvida aos



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1408 senhores Conselheiros a interpretação daquilo que está sendo solicitado, e
1409 que está discutido no parecer técnico do IEF. Realmente ele é muito bom.
1410 Completo, completo, tomou cuidado com absolutamente todos os itens de
1411 relocação de reserva legal, de intervenção em reserva legal, da
1412 necessidade de fazer isso. Então, eu não vejo qualquer vício de legalidade
1413 em relação ao processo aqui em voga. E mais ainda, é claro, os senhores
1414 têm todo o direito, e têm toda a liberdade de analisarem tudo o que vai ser
1415 discutido tecnicamente. Eu acho que é uma discussão técnica a ser feita.
1416 Não só uma discussão de posição. Uma discussão técnica. O
1417 representante do Ministério Público se colocou muito claramente em uma
1418 posição avessa ao empreendimento, é direito dele, nós não estamos aqui
1419 avaliando. Os representantes do empreendimento vão colocar sua
1420 posição, mas, mais do que isso, é importante que haja uma discussão
1421 técnica a respeito dos desdobramentos de uma autorização nesse sentido,
1422 ou da negativa dessa autorização. O que é importante aqui? E nós
1423 voltamos ao princípio da legalidade escrita. Na lei de introdução às normas
1424 do direito brasileiro, acho que é isso que chama, lei de introdução às
1425 normas do direito brasileiro, Decreto-Lei Nº 4657/42, foi alterado no ano
1426 passado, tem uma redação dada, uma redação recente, lá no Artigo 20,
1427 20, 21, 22, eu sugiro que os senhores leiam não para esse processo, eu
1428 sugiro que os senhores leiam para os senhores entenderem qual é o
1429 alcance das decisões que nós tomamos do ponto de vista da legalidade.
1430 Não precisa ser advogado. Eu não sou advogado. O Henrique também,
1431 que representa o Ministério Público, também não é advogado, não é,
1432 Henrique? Depois ele pode falar aqui. Mas eu acho que ele é engenheiro
1433 florestal, e bom. Eu lembro dos processos. Bom engenheiro florestal.
1434 Então, o que acontece? Lá no Artigo 20, 21, diz muito claramente que “nas
1435 esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base
1436 em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as
1437 consequências práticas da decisão”. Muito bem, o que isso quer dizer na
1438 nossa discussão aqui? Nós podemos, os senhores podem de alguma
1439 forma, pedir para reverter esse ato, esse DAIA, essa decisão, a uma



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1440 licença ambiental. É um fato. Quando os senhores decidirem por isso, os
1441 senhores têm que pensar que haverá estudo ambiental, esse estudo
1442 ambiental leva três, quatro, cinco, seis meses para ser elaborado. Depois
1443 ele vai passar, isso imaginando uma possibilidade de que o estado, em
1444 alguma maneira, em algum momento, que o estado convoque esse
1445 processo ao licenciamento. Ele vai passar por uma análise dos técnicos, e
1446 vai voltar, e aí não é para os senhores mais, é para a câmara de atividades
1447 minerárias do COPAM, porque aí a competência é outra, a competência
1448 deixa de ser da URC Jequitinhonha, passa para a câmara, ou vai sendo do
1449 superintendente regional. E aí, o que acontece? Nesse tempo que ficou
1450 em debate, as atividades necessárias para o controle ambiental não
1451 aconteceram. O desdobramento jurídico, o desdobramento técnico, o
1452 desdobramento prático de nós cercearmos a discussão em relação ao que
1453 está sendo pedido, é que não haverá controle ambiental implantado. As
1454 atividades que foram feitas emergencialmente, já estão lá. Elas já estão lá.
1455 Elas não vão sair magicamente. As atividades que não foram implantadas,
1456 e que precisam ser implantadas, não estarão nesse período todo. Se nós
1457 pensarmos em economia processual, que é um outro princípio da
1458 administração pública, não me parece fazer o menor sentido tirar uma
1459 discussão técnica. Tem um parecer, tem defesa a favor, tem defesa
1460 contra. Tirar uma discussão técnica a uma câmara, que me parece
1461 competente, do COPAM, e passar para outra câmara, também
1462 competente, do COPAM. Nós estamos deslocando competências dentro
1463 do mesmo conselho, que é o Conselho de Política Ambiental. Com a
1464 agravante de nós demorarmos seis meses, sete meses, oito meses ao
1465 fazer isso. Portanto, eu vou interromper aqui porque eu já falei demais. Eu
1466 falo muito, eu sou muito prolixo. Fui professor a vida inteira. Então dá
1467 nisso. Eu vou pedir licença aos senhores. Eu vou ficar na sala. Se tiver
1468 alguma dúvida em relação ao procedimento, os senhores fiquem à vontade
1469 para me perguntar, eu estou aqui por conta disso, representando o
1470 Subsecretário. O Superintendente de Apoio à Regularização Ambiental vai
1471 falar também quando o Clésio o chamar a respeito da contaminação ou



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1472 não contaminação, dos parâmetros de Arsênio, e nós estaremos à
1473 disposição dos senhores. Eu peço licença, então, e agradeço a paciência
1474 dos senhores por me ouvirem. Muito obrigado, senhor Presidente.”
1475 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Ribas. Eu vou chamar
1476 agora o senhor Fernando Baliani para ele esclarecer as questões
1477 levantadas pelo senhor Henrique quanto à questão do Arsênio.”
1478 Conselheira Carla Fernanda de Araújo: “Senhor Presidente. Eu manifestei
1479 no *chat*, mas acho que ninguém viu. Eu queria fazer uma pergunta para o
1480 Rodrigo. Posso fazer? Percorrendo o caminho do meio, eu li o que o
1481 Ministério Público manifestou, e aí, no Artigo 6º do Decreto 47.749, fala
1482 que a DAIA deverá conter as medidas compensatórias e mitigadoras.
1483 Então assim, como já houve a intervenção, e nós estamos no período
1484 chuvoso, e esse carreamento de solo vai continuar ocorrendo, eu gostaria
1485 de saber se nessa DAIA, porque na DAIA eu vi as medidas
1486 compensatórias. Se não poderia conter, então, as medidas mitigadoras
1487 emergenciais, o que eu acho que sanaria o problema da discussão.”
1488 Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Carla, desculpa, eu não tinha te visto aí
1489 não. Desculpa. É bom te ver. Não foram previstas, nesse parecer, medidas
1490 mitigadoras além daquelas que já estão discutidas no parecer. Esse
1491 conselho, essa unidade, tem toda a competência, o direito de estabelecer
1492 medidas mitigadoras, medidas de controle que julgarem necessárias e
1493 incorporar como condicionantes, tem previsão legal para estabelecimento
1494 de condicionantes ao processo. É importante, Carla, que a condicionante
1495 siga a designação do Decreto 47.383. Elas só servem para reduzir o
1496 impacto ambiental, mitigar o impacto ambiental, controlar o impacto
1497 ambiental ou compensar o impacto ambiental. Ou então garantir as
1498 compensações de lei. Então são os quatro itens que estão previstos lá na
1499 legislação. Mas se forem condicionantes que visem mitigar e controlar os
1500 impactos ambientais da atividade, não há impedimento que sejam
1501 propostos por esse conselho.” Conselheiro José Nelson Pereira dos
1502 Santos: “Presidente. Vou fazer uma intervenção nesse ponto aí. Posso?”
1503 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pode, senhor José.” Conselheiro José



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1504 Nelson Pereira dos Santos: “Porque assim, como a nobre colega
1505 Conselheira pontuou aí, e o representante do Ministério Público, o
1506 Henrique, sobre a questão da DAIA. Porque, veja só. Sabemos que na
1507 dinâmica da lei, conforme vejo a questão dos artigos, dos regimentos, nós
1508 vamos trabalhar dentro dessa consonância. Porém, tem coisas práticas,
1509 quando você pontua, Rodrigo, sobre essas mitigações, como é que você
1510 recalcula isso, como é que você precisa isso em termo de volume de
1511 recursos, em forma monetária. E como é que você incorpora isso na
1512 DAIA? Porque o que o Henrique pontuou mesmo, a comunidade sempre
1513 vem demandando, pelo pouco que eu pude adentrar sobre a situação, que
1514 a comunidade vem pontuando. Como é que a gente faz essas mitigações
1515 que vão além de algumas propriedades que já são demandadas pela
1516 empresa? Vou lá, por exemplo, na questão da saúde, das pessoas, a
1517 questão social, o sofrimento psicológico, respiratório, essas coisas todas
1518 que tem embasada dentro desse documento e do relatório. A questão da
1519 segurança. O Henrique pontuava muito essa questão dos conflitos aí, e
1520 geram muitas questões de intervenções que elas cabem medidas
1521 mitigatórias e que elas não estão no processo do DAIA. Então assim,
1522 como se faz isso, como se retoma isso?” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD:
1523 “Eu imaginei que isso ia acontecer, Conselheiro José Nelson, porque
1524 quando o Henrique veio cá, e trouxe esse conjunto de conflitos ambientais
1525 e conflitos sociais que ele julga terem acontecido, estarem acontecendo
1526 desde 2008, e aqui eu não estou entrando no mérito se tem ou se não tem,
1527 está certo?” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Rodrigo, me
1528 desculpa interromper. Mas eu não quero adentrar e trazer a palavra e a
1529 figura do Henrique. Eu também trago questões que eu, como Conselheiro,
1530 eu fiz algumas intervenções de comunicação forte, inclusive com a
1531 empresa. Eu solicitei à empresa informações pelo relato apresentado no
1532 parecer de ambas as instituições, não foi somente a questão do Henrique.”
1533 Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Então, continuando, é porque tem a ver
1534 com o relato de vista, o relato de vistas, a manifestação do Conselheiro
1535 Henrique aqui, nesse momento. Mas em relação a sua manifestação



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1536 também. É importante, José Nelson, que você saiba, uma coisa que não
1537 foi contada aqui, que há um acordo firmado entre a Secretaria de Estado
1538 de Meio Ambiente, o Ministério Público de Minas Gerais, e aí não só a
1539 promotoria local, tá certo? A promotoria local participa, mas esse acordo
1540 foi costurado pelo Procurador-Geral, ele veio do Doutor Tonet como
1541 grande agente a costurar isso aí, esse acordo, com a Anglo América, em
1542 que há a previsão de acompanhamento dessas comunidades e dos
1543 impactos que elas sofrem, e das necessidades que elas têm em relação às
1544 suas negociações, sejam elas negociações por impactos que causem a
1545 sua mobilização dentro do plano negociação fundiária, ou dentro do plano
1546 de negociação opcional, são dois planos, assim como impactos previstos,
1547 não previstos e ocorridos ao longo do tempo de importação e operação do
1548 empreendimento. Há um conjunto de condicionantes ambientais no
1549 processo de licenciamento ambiental que faz essa garantia, e um acordo
1550 que obriga a Anglo América a fazer esse levantamento, acompanhamento
1551 e inclusão dos atingidos nos planos de negociação conforme eles são
1552 entendidos como tais. Para o senhor ter ideia, quem acompanha essa... A
1553 Cáritas Arquidiocesana faz esse papel em outro lugar, não é aqui em
1554 Conceição do Mato Dentro, mas a Cáritas Arquidiocesana faz o papel de
1555 assessoria técnica independente, e aí, se eu não me engano, as dez
1556 comunidades consideradas atingidas pela Anglo América, tem o direito de
1557 acompanhamento de assessorias técnicas independentes que eles
1558 escolham. E quem faz a gerência dessas assessorias técnicas
1559 independentes de resultados, não é o estado, não é o Ministério Público, e
1560 não é a Anglo América. É uma controladora que foi contratada, paga pela
1561 Anglo América, mas que não presta serviço direto à Anglo América por
1562 exigência do próprio Ministério Público Estadual. Então há uma previsão
1563 no processo de licenciamento, e é por isso que eu estava tratando do que
1564 o Conselheiro Henrique trouxe aqui, porque, ao trazer para essa
1565 discussão, certamente há uma confusão entre a competência do
1566 licenciamento ambiental e a competência da intervenção ambiental. No
1567 Direito Administrativo, Conselheiro José Nelson, só são tratados em



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1568 processos administrativos, nos seus julgamentos, nas suas avaliações, as
1569 matérias que estão dentro do processo administrativo. Não há legalidade
1570 em trazer, para dentro de um processo de DAIA, a compensação,
1571 sobretudo compensação financeira. Compensação financeira é um termo
1572 que a SEMAD, nos seus processos de regularização, não trata. As
1573 compensações financeiras são tratadas em acordos entre
1574 empreendedores e atingidos, que são cumpridos e que se não for vão para
1575 decisão judicial. Então, o que acontece? Nós não tratamos um processo
1576 de licenciamento ambiental de reparação financeira a quem quer que seja.
1577 Em que pese elas existirem, em que pese essas reparações financeiras
1578 fazerem parte do plano de negociação fundiária entre empreendedor e
1579 atingido, ela não faz parte do licenciamento ambiental diretamente. Nós
1580 não interferimos nisso. Então nós não calculamos o valor do dano, está
1581 certo? São os acordos e os planos de negociação fundiária que calculam
1582 esses valores de dano. E esses planos de negociação fundiária não
1583 cabem em processo de DAIA. Eles cabem em processos de licenciamento
1584 ambiental. Inclusive, eu acabei de receber a notícia aqui, Conselheiro José
1585 Nelson, que a Cáritas Arquidiocesana foi escolhida como assessoria
1586 técnica de uma comunidade. Então eu entendo que ela seja parte nesse
1587 procedimento. Então o senhor deve certamente conhecer os problemas e
1588 conhecer também as soluções, como representante da Cáritas, que é a
1589 assessoria da Comunidade do Gondó. E a Comunidade do Gondó, se eu
1590 não me engano, ela é a comunidade que está exatamente na vertente
1591 Oeste da Serra do Sapo. Eu até acho estranho, mas enfim, eu espero ter
1592 respondido sua dúvida, Conselheiro.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1593 “Obrigado, Ribas. Outra coisa que eu gostaria de esclarecer, Carla, é que
1594 no próprio parecer lá de DAIA, já tem uma série de medidas mitigadoras
1595 de impactos, e já estabelecidas, independente das compensações, mas já
1596 estabelecidas, como a implantação de novas estruturas, ampliação das
1597 estruturas de contenção de bacias, elas já estão no parecer de DAIA, está
1598 certo?” Conselheira Carla Fernanda de Araújo: “Agora que eu vi aqui que
1599 as intervenções, na verdade, elas são imprescindíveis para mitigar os



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1600 impactos. Então, essas intervenções, na verdade, já são ações
1601 mitigadoras.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então já são ações
1602 mitigadoras. Está certo?” Conselheira Carla Fernanda de Araújo:
1603 “Obrigada, Presidente. Obrigada, Rodrigo.” Conselheira Janaína Mendes
1604 dos Santos: “Presidente, eu posso fazer uma pergunta para o Rodrigo
1605 Ribas?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pode. Depois dessa pergunta,
1606 eu vou chamar o Fernando para poder responder sobre a questão do
1607 Arsênio. Aí, seja um pouco mais sucinto, Rodrigo.” Conselheiro José
1608 Nelson Pereira dos Santos: “Clésio, eu também queria fazer uma
1609 colocação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Senhor José Nelson, só
1610 se for uma colocação muito rápida, para a gente fechar essa parte, porque
1611 os Conselheiros ainda vão ter o tempo de manifestação, tá?” Conselheira
1612 Janaína Mendes dos Santos: “Rodrigo, você citou aí agora a respeito da
1613 denominação da Cáritas como assistência da comunidade. Seria, eu não
1614 entendi muito bem, que você falou que acabou de ficar sabendo, seria
1615 dentro da assessoria técnica lá da comunidade de Gondó mesmo?”
1616 Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Desculpa, eu também não tinha te visto
1617 aí não. Com esse monte de figurinha aí também. Boa tarde. É isso mesmo.
1618 Eu sou sempre corrigindo aqui pelas equipes técnicas para não cometer
1619 nenhuma injustiça, e não desviar daquilo que é correto. Então, eu tinha
1620 dito que a Cáritas, que aí eu conheço a atuação da Cáritas em um
1621 processo como assessoria técnica independente no processo de
1622 recuperação da bacia do Rio Doce. Isso eu já conhecia. Já acompanhei, já
1623 fui lá, já tive várias reuniões com eles lá em Mariana. O que eu não sabia,
1624 e acabei de ser informado, é que a comunidade do Gondó escolheu a
1625 Cáritas como assessoria técnica independente. O processo de escolha de
1626 assessorias técnicas nas comunidades atingidas é um processo público.
1627 Cada comunidade escolhe a sua assessoria, ela é livre para escolher. Ela
1628 escolhe, a Anglo América contrata, faz um contrato nos termos que estão
1629 dentro de um termo de referência, e essa assessoria técnica presta contas
1630 para uma controladora, que é a fundação Israel Pinheiro hoje. A FIP é a
1631 controladora das assessorias técnicas, ela que faz o controle da atividade.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1632 Sim, eu fiquei sabendo agora, Janaína.” Conselheira Janaína Mendes dos
1633 Santos: “Ok, obrigada. É só para tirar essa dúvida, exatamente sobre a
1634 questão de ter um não impedimento quanto ao processo específico.”
1635 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Rodrigo. Obrigado, Janaína.
1636 Eu gostaria de chamar...” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos:
1637 “Sobre a minha colocação, porque tem que ser um pouco rápido
1638 também...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Senhor José Nelson, então
1639 faça a sua colocação, por favor.” Conselheiro José Nelson Pereira dos
1640 Santos: “É, sobre essa questão que, a Comunidade Gondó, como o
1641 Rodrigo pontuou, é Cáritas Brasileiras, Regional Minas Gerais. Que às
1642 vezes o pessoal fica pontuando “Cáritas”. Eu sou representante da Cáritas
1643 Diocesano de Araçuaí. E assim, tem essa condicional para essa questão
1644 da contratação da Cáritas Brasileira, inclusive numa morosidade muito
1645 grande. O que a gente percebe aí que com essa morosidade da empresa,
1646 ela só segrega os atingidos, fica dificultando os processos, inclusive essa
1647 dinâmica de se construir os planos, de se fazer o acompanhamento dos
1648 familiares. Só essas questões que eu queria pontuar.” Presidente Clésio
1649 Cândido Amaral: “Muito obrigado, senhor José Nelson. Eu gostaria, o
1650 Henrique, do Ministério Público, está com a mão levantada. Oi, Henrique.
1651 Ele não está na sala.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Posso
1652 falar? Estou aqui na sala.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Oi,
1653 Henrique. Você estava com a mão levantada.” Conselheiro Henrique
1654 Moreira de Melo Silva: “É porque eu gostaria de pontuar algumas
1655 questões.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, é possível, antes
1656 de você pontuar, eu pedir para responder à questão que você colocou
1657 sobre o Arsênio primeiro, e depois eu volto a palavra para você, para você
1658 pontuar as questões?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Pois
1659 não.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu gostaria de chamar, então, o
1660 senhor Fernando Baliani. Ele vai pontuar as questões que o senhor
1661 Henrique levantou sobre a questão do Arsênio.” Fernando Baliani,
1662 SUARA/SEMAD: “Boa tarde, senhor Presidente. Prezados Conselheiros,
1663 prezadas Conselheiras, demais colegas e participantes da URC e pelo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1664 *YouTube*. Eu também, assim como o senhor Rodrigo Ribas esteve aqui a
1665 pedido do Subsecretario de Regularização Ambiental, eu fui convidado a
1666 participar para poder prestar os devidos esclarecimentos, em especial
1667 sobre o questionamento de possível contaminação por Arsênio e o curso
1668 d'água superficial. Bom, primeiramente eu gostaria de esclarecer que tal
1669 afirmação, pelo menos até o que me chegou ao conhecimento aqui, se deu
1670 com base no laudo de análise de água coletada, em que constaram ali
1671 dois parâmetros analisados: ferro e Arsênio total. Pois bem, de posse
1672 dessa informação e desse laudo de análise, e do questionamento se de
1673 fato há uma contaminação no curso d'água, e se existe umnexo causal
1674 com o impedimento em tela, acho pertinente colocar aqui algumas
1675 ponderações. Primeiramente, o laudo, pelo menos até onde eu tive
1676 acesso, ele não tem as coordenadas geográficas do ponto de
1677 amostragem, ou alguma referência, de forma que não consegui identificar,
1678 ali, se estamos falando de uma área à montante, a jusante do
1679 empreendimento. Isso já trouxe, assim, de certa forma, um prejuízo numa
1680 possível manifestação. Segundo, não é razoável, e talvez responsável
1681 você simplesmente fazer umnexo causal de uma atividade que já obteve
1682 ali o licenciamento ambiental, conforme muito bem exposto aqui pelo
1683 Rodrigo Ribas, no momento em que ele apresentou os estudos ambientais
1684 e os impactos decorrentes, e foram ali estabelecidas as medidas
1685 mitigadoras de controle com base em uma amostragem de água, vou usar
1686 um termo aqui, aleatório, porque, conforme eu disse, não houve qualquer
1687 documento que trouxesse um planejamento de amostragem, coordenadas
1688 geográficas, ou uma localização. Haja vista, não estou dizendo que tal
1689 informação não tenha a sua relevância por ordem, mas estou dizendo que
1690 a maneira para se construir uma análise responsável, e se chegar a uma
1691 avaliação de fato conclusiva, ela demanda uma série de etapas. Quais
1692 sejam? Planejamento de amostragem, a definição de qual é o objetivo
1693 dessa campanha de amostragem. Também temos aí normas técnicas da
1694 ABNT que sinalizam e direcionam quais as práticas estudadas e a forma
1695 de tratar esses dados para você poder avaliar se de fato há um passivo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1696 ambiental, e se há, qual é a extensão dele. E havendo e delimitando a
1697 extensão, quais são as formas e maneiras de se propor a remediação
1698 deste passivo. E não obstante, existem também normas da ABNT, e aqui
1699 eu já entro em uma outra informação muito relevante, que permite que
1700 você, de posse de ferramentas estatísticas, já bem discutidas, bem
1701 apresentadas em literatura técnica, inclusive dedicados aí à matéria
1702 ambiental, de você estabelecer uma proposta de monitoramento, você
1703 estabelecer pontos à montante e a jusante de determinado, vou chamar
1704 aqui de “empreendimento”, mas poderia ser qualquer objeto ponto da
1705 investigação. E de posse de duas populações de amostras, ir praticando
1706 essa ferramenta estatística, que tem até um nome, (TRECHO
1707 INCOMPREENSÍVEL), você conseguir qualificar o resultado no sentido de
1708 se há onexo causal entre aquela atividade e aquele empreendimento para
1709 determinado contaminante, ou se aquele contaminante que apareceu em
1710 amostras de água superficial, estão relacionados com uma situação
1711 denominada de *background*, que é quando o próprio ambiente contém
1712 esses contaminantes, esses elementos químicos que estão presentes na
1713 natureza, em valores acima. E, como eu tenho a garantia de informar isso?
1714 Bom, a gente tem que rever como são estabelecidas as normas
1715 orientadoras que nós seguimos para poder comparar com os resultados
1716 analíticos? Por exemplo, a Deliberação Normativa COPAM CRH 01, de
1717 2008. Ou a Deliberação Normativa Conjunta COPAM CRH 02, para solo e
1718 água subterrânea. Você faz uma proposta de amostragem de todo o
1719 universo que você deseja qualificar e propor a norma, no caso o estado de
1720 Minas. Você faz uma proposta, uma malha de amostragem, você conhece
1721 aqueles valores. E, obviamente, você elimina desse conjunto de
1722 amostragem, as áreas de anomalias. Porque se você for amostrar, por
1723 exemplo, ferro em água em uma região que não tem contexto de
1724 mineração de ferro, e você mostrar em uma região que tem contexto de
1725 minério de ferro, nem mineração, o minério, a rocha, o solo rico em ferro,
1726 obviamente que esses valores vão ser discrepantes. Não significa que há
1727 uma contaminação, significa que aquele ambiente, em função da rocha



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1728 que gerou o material, no caso o intemperismo, que é o solo, era rico
1729 nesses elementos químicos, e obviamente isso refletiu em concentrações
1730 acima no solo e na água subterrânea e/ou superficial. Pois bem, dito isso,
1731 qual é a nossa percepção? Aqui, não há como afirmar que há um nexo
1732 causal entre os valores GSM que se mostraram neste laudo de análise
1733 acima do que se estabelece dele, Conjunta, CRH, COPAM 01, de 2008.
1734 Ou ainda, a portaria do Ministério da Saúde, que estabelece os valores
1735 padrões para consumo humano, para água potável, em função e
1736 unicamente neste laudo de análise que, primeiro, é um único laudo.
1737 Segundo, não tem informações essenciais para você poder ponderar se é
1738 um montante a jusante. E sugerimos aqui que se faça, de fato, uma
1739 proposta de monitoramento, de investigação, para poder obter de fato um
1740 laudo conclusivo e robusto, com fundamentação estatística e amostragens
1741 melhores planejadas para o contexto em objeto do questionamento, da
1742 discussão. Eu encerro aqui essa explanação, essas informações. Também
1743 fico à disposição para os prezados Conselheiros, ou alguém que queira
1744 fazer questionamento para poder manifestar.” Presidente Clésio Cândido
1745 Amaral: “Obrigado, Fernando. Eu vou passar agora para o Henrique, e
1746 depois eu vou chamar os inscritos para se manifestarem, antes dos
1747 Conselheiros. Henrique?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1748 “Bem, eu gostaria de começar pontuando, registrando, na verdade, senhor
1749 Presidente, que as interrupções que o senhor fez durante a minha fala me
1750 atrapalharam à exposição das ideias e o encadeamento dos argumentos
1751 que eu vinha desenvolvido. Acho que essa indelicadeza pode ser revista,
1752 eu gostaria de registrar esse incômodo em relação à postura do senhor,
1753 acho que não foi legal.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pois não,
1754 Henrique. Está registrado na ata. Eu só pedi que você se ativesse ao
1755 aparecer de vistas.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu já
1756 compreendi, Presidente. Eu posso continuar. Eu só gostaria de registrar o
1757 que aconteceu. Desculpa pela indelicadeza, mas é a forma como a gente
1758 está lidando nessa reunião, infelizmente. Eu gostaria de pedir desculpas à
1759 Denise. Eu não havia percebido que o meu microfone tinha ficado aberto,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1760 dado que a moderação de entrada e saída está sendo feita pelo controle
1761 aqui, pela SEMAD. Então não fui eu que abri o microfone na hora, e eu
1762 achei que quando a senhora estaria falando, o meu microfone já estaria
1763 fechado. Não intervi, eu jamais cometeria a indelicadeza de interromper
1764 sua fala. Falei aqui comigo mesmo, imaginando que o microfone estaria
1765 fechado. Não tive essa intenção de te interromper. Gostaria de registrar
1766 também, em relação... Fica, então, as minhas desculpas à Conselheira
1767 Denise. E aí, ainda em relação à fala da Conselheira Denise, eu preciso
1768 repor o que eu falei, de fato, que é: eu jamais impus aos Conselheiros que
1769 voltem A ou B. Simplesmente pedi aos Conselheiros que não têm
1770 obrigação funcional de votar como a instituição, àqueles Conselheiros que
1771 têm a liberdade de votar com a consciência, eu pedi a esses Conselheiros
1772 que considerem os nossos argumentos e, obviamente, se concordarem, o
1773 encaminhem para o indeferimento da DAIA. Foi isso o que eu disse. Não
1774 podemos interpretar de outra forma, como a Conselheira aqui sugeriu.
1775 Obviamente, com toda a polidez, eu só peço a consideração dos
1776 argumentos que nós levamos a esse conselho. Então, eu gostaria agora
1777 de perguntar para o Rodrigo Ribas, porque ele contou aqui para a gente
1778 que a Comunidade do Gondó escolheu a Cáritas como assessoria técnica
1779 independente. Se essa informação aqui chegou agora, Rodrigo, para você,
1780 essa informação já é pública há um ano, porque essa escolha já foi feita há
1781 um ano atrás. Então, eu gostaria de saber de saber se você tem o
1782 conhecimento se a empresa já contratou de fato, já pagou e já fez o
1783 encaminhamento para que essa assessoria, que já escolhida há um ano
1784 atrás, entrasse em operação. E da mesma forma, eu pergunto se há...
1785 Porque isso é condicionante, e se as comunidades que estão a jusantes
1786 do barramento também já contam com essa assessoria e operação. E eu
1787 gostaria de perguntar, ainda para o Rodrigo, eu gostaria aqui de
1788 compartilhar a minha tela, rapidamente. Os senhores estão vendo esse
1789 mapa?" Presidente Clésio Cândido Amaral: "Não, não. Agora está
1790 aparecendo." Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: "Vejam bem.
1791 Aqui é a área de supressão, essa área vermelha. E essa outra área aqui,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1792 tanto a amarela quanto a rosa, é a área diretamente afetada, licenciada.
1793 Então eu gostaria de perguntar para o Rodrigo Ribas se esse anexo
1794 vermelho aqui, a área contígua, que vai ter supressão, alteração direta, e
1795 vai ser efetivamente afetada pelo empreendimento, se isso pode ser
1796 caracterizado como aumento da área diretamente afetada. E ainda... Deixa
1797 eu verificar aqui. Tem mais uma pergunta para o Fernando sobre a
1798 questão que ele colocou.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique,
1799 está falhando seu áudio. Não estamos ouvindo. Henrique, repete
1800 novamente, porque seu áudio cortou.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD:
1801 “Henrique, pode parar a apresentação, que aí melhora.” Presidente Clésio
1802 Cândido Amaral: “Henrique, você está ouvindo?” Conselheiro Henrique
1803 Moreira de Melo Silva: “Eu estou ouvindo.” Presidente Clésio Cândido
1804 Amaral: “Você podia repetir de novo a do Fernando? Que a gente não
1805 ouviu a pergunta que você ia fazer ao Fernando.” Conselheiro Henrique
1806 Moreira de Melo Silva: “Se isso, para o Fernando, se esses eventos já
1807 estão... A pergunta para o Fernando?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1808 “Sim, a pergunta para o Fernando?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
1809 Silva: “Se esses indícios... (ÁUDIO RUIM).” Rodrigo Ribas,
1810 SUPPRI/SEMAD: “Clésio, não está dando para ouvir. Eu queria dar uma
1811 sugestão.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, manda escrito
1812 pelo *chat*.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “É, manda escrito no *chat*
1813 enquanto eu respondo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, a
1814 gente não está ouvindo o que você está falando. Manda a sua pergunta
1815 para o Fernando pelo *chat* enquanto o Rodrigo te responde. Manda a sua
1816 pergunta escrita para o Fernando pelo *chat* enquanto o Rodrigo vai te
1817 respondendo, que o seu áudio está muito ruim. Rodrigo, então você podia
1818 ir respondendo.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Posso responder, né?
1819 Estava pensando exatamente isso. Bom, a pergunta foi ampla, então
1820 vamos responder a todos os Conselheiros. Primeiro lugar, não. Eu não
1821 tinha conhecimento de que a Cáritas havia sido escolhida há mais um ano
1822 por dois motivos. O primeiro é porque essa escolha, e esse
1823 acompanhamento como condicionante se dá no âmbito do licenciamento



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1824 ambiental. No âmbito do licenciamento ambiental, isso é tratado na câmara
1825 de atividades minerárias pela equipe técnica da SUPRAM Jequitinhonha.
1826 Como tem quatro anos, vai fazer agora em janeiro quatro anos que eu
1827 estou em Belo Horizonte, e dois anos, quase três anos que eu não atuo
1828 junto ao processo de licenciamento ambiental, eu não tenho
1829 conhecimento, não acompanho a escolha e contratação. Então eu também
1830 não sei se foi contratada ou se não foi contratada a Cáritas Brasileira pela
1831 Anglo América. Eu acho que isso pode e deve ser questionado pela equipe
1832 técnica da SUPRAM Jequitinhonha junto ao processo de licenciamento
1833 ambiental, acompanhado pela câmara de atividades minerárias do
1834 COPAM. Quanto a isso, para mim é indiscutível. Mas, não. Eu não sabia,
1835 eu não acompanho. Eu vim aqui representar o Subsecretário para tratar da
1836 legalidade do processo de DAIA, exclusivamente. E aí, esse processo de
1837 DAIA não é da equipe da SUPRAM Jequitinhonha, esse processo de DAIA
1838 é da equipe de IEF, o URFBio Jequitinhonha. É outra coisa, outra unidade
1839 dentro do SISEMA. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta,
1840 apesar de eu ter falado muito, eu expliquei pouco, porque eu achei que eu
1841 tinha deixado bem claro que sim, é uma ampliação, é um aumento da área
1842 diretamente afetada pelo empreendedor, pela Anglo América. Não tenho
1843 dúvida disso. Houve impacto ambiental na borda Oeste da Serra do Sapo,
1844 que ensejou a necessidade de realização de ações emergenciais,
1845 conforme previsto no Decreto 47.749, na então Resolução que existia,
1846 Resolução Conjunta SEMAD IEF 1905. E que está prevista também na
1847 Resolução Conjunta SEMAD IEF 3023. Então ensejou obras emergenciais,
1848 que foram devidamente informadas, e depois a abertura de um processo
1849 de DAIA. Um processo de DAIA quase que corretivo para obras
1850 emergenciais. Isso está muito claro para mim, é isso mesmo. Há aumento
1851 da área que está sendo impactada. O que não está claro para o Ministério
1852 Público é que o aumento dessa área não estabelece obrigação de
1853 licenciamento ambiental. A legislação não prevê licença ambiental para
1854 aumentar a área de uma cava quando não há o aumento da produção. É
1855 uma questão absolutamente jurídica, legal, o Ministério Público devia ser o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1856 primeiro a defender essa hipótese. “Olha, se não está havendo aumento
1857 da produção, que é o parâmetro que se mede, aquilo que é retirado da
1858 cava, produção bruta, se não há aumento dessa produção, não há que se
1859 licenciar o aumento da área aumentada da cava”. Foi isso que foi
1860 explicado, só, e é por isso que a gente orienta que seja DAIA nos termos
1861 do Artigo 5º do Decreto 47.749. A previsão legal é absoluta nesse caso,
1862 está bom? É só isso em relação às perguntas que me foram feitas. Espero
1863 que o Henrique tenha ouvido as duas respostas.” Conselheiro Henrique
1864 Moreira de Melo Silva: “A minha *internet* caiu e eu perdi a resposta do
1865 Ribas. Mas pelo que eu entendi, ele reconheceu que há um aumento da
1866 área realmente afetada. Não estou falando de licenciamento, estou falando
1867 de área realmente afetada.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Isso está
1868 reconhecido desde o princípio pela própria empresa, foi intervindo naquela
1869 área. Aquela área, agora, foi impactada. Eu não estou entendendo qual é a
1870 dúvida?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Diretamente
1871 afetada? Não, eu já estou satisfeito com esse reconhecimento seu,
1872 Rodrigo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, está ouvindo?”
1873 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Agora sim. Eu tive um
1874 problema de instabilidade e não escutei a resposta integral do Rodrigo,
1875 mas se ele reconheceu que há um aumento da área diretamente afetada,
1876 eu já fico satisfeito.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu queria que
1877 você repetisse a pergunta para o Fernando, que a gente não conseguiu
1878 compreender.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Para o
1879 Fernando, eu queria perguntar se esses indícios que a Prefeitura trouxe ao
1880 conhecimento, de alteração nos parâmetros, ainda que não sejam
1881 conclusivos, ainda que demandem novos estudos e uma melhor
1882 investigação. Se isso pode ser previsto no âmbito da DAIA como
1883 condicionante, uma vez que há o carreamento, e impacta diretamente os
1884 cursos d’água, se esse monitoramento pode ser realizado no âmbito da
1885 DAIA, e se isso já é associado à interrupção da captação, se isso já seria
1886 necessário para se instalar esse processo de monitoramento, e se isso
1887 pode ser feito no âmbito da DAIA.” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD:



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1888 “Prezado Henrique. Primeiramente, vamos avaliar, conforme foi
1889 estabelecido pelo Decreto 47.323, as condicionantes e os controles, eles
1890 têm que ter uma relação direta com os impactos inerentes ao
1891 empreendimento. E aí a gente volta à condição inicial. Dentro de uma
1892 supressão, de uma intervenção de vegetação nativa, quais são os
1893 impactos previstos e inerentes que são passíveis de controle e
1894 compensação? Sobre a questão do Arsênio, de poder haver uma
1895 contaminação de Arsênio no curso d’água que é utilizado para
1896 abastecimento público, não vejo uma correlação direta com a supressão,
1897 com a intervenção objeto da DAIA. Portanto, eu não vejo como condicionar
1898 isso no bojo da DAIA, e volto a dizer: a prefeitura trouxe uma inferência,
1899 até onde eu sei, me desculpa se eu não estiver munido de todas as
1900 informações...” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Desculpe,
1901 Fernando. Eu só preciso corrigir uma coisa. É porque essa alteração não
1902 está associada à supressão, está associada ao carreamento. Obviamente,
1903 supressão de vegetação, não. É o carreamento.” Fernando Baliani,
1904 SUARA/SEMAD: “Mas essa é outra inferência, prezado Henrique, porque
1905 o carreamento, ele traz, como impacto, o aumento da quantidade de
1906 sedimentos de cursos d’água, dentre outros. Mas, a condição para que
1907 tenha um aumento do Arsênio e a contaminação, ela é inerente ao material
1908 disponível, no caso a concentração de Arsênio no solo, ou resultante de
1909 um lançamento de um processo produtivo de empreendimento. E até onde
1910 eu conheço, até onde eu detenho informações, isso não é inerente à
1911 atividade deles. E aí tem outro fator, que eu disse aqui na minha fala, e é
1912 extremamente importante, que são as condições naturais do entorno do
1913 empreendimento, desde onde o empreendimento está instalado, mas
1914 também à montante, onde o rio perpassa. Por quê? Eu vou dar um
1915 exemplo. Não está relacionado com o contexto, mas só para podermos
1916 usar como uma ilustração, que eu acredito que vai ajudar vocês. Você
1917 pega, por exemplo, o Planalto de Poços de Caldas, que tem uma
1918 mineração de Urânio. Eu estou dando esse exemplo porque eu tive a
1919 oportunidade de trabalhar lá, nascido no Planalto, então ele é muito



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1920 conhecido e didático para mim. Se você pegar uma amostra de água numa
1921 região próxima à essa área, o nível de radiação natural é extremamente
1922 elevado em comparação com outras águas aqui da região, Belo Horizonte,
1923 por exemplo, ou do Norte de Minas, quais sejam. No entanto, quando você
1924 faz essa análise, você não pode dizer assim: “a água aqui é passível de
1925 câncer, ela é radioativa”. Não. Dentro daquele contexto onde tem a
1926 formação natural da rocha, do solo, que é produto de intemperismo, a
1927 condição de radioatividade natural um pouco mais elevado do que os
1928 outros locais, é intrínseca da área. Então, a investigação tem que ser muito
1929 mais responsável, como eu falei. Você tem um conjunto, e não uma
1930 amostra, um conjunto de amostras. À montante do empreendimento, a
1931 jusante do empreendimento, uma análise estatística, e você comparar
1932 essas duas médias de duas populações distintas, uma população de
1933 amostras à montante do empreendimento, uma população de amostra a
1934 jusante do empreendimento, e você concluir, com base em fundamentação
1935 estatística, “o empreendimento está trazendo esse incremento com relação
1936 à concentração de Arsênio no curso d’água”. No entanto, a gente partir
1937 dessa inferência, dessa afirmação com base em um único laudo, ou na
1938 prerrogativa de que há carreamento de sedimento, eu entendo que seria
1939 irresponsável com os fatos que aqui eu expus.” Conselheiro Henrique
1940 Moreira de Melo Silva: “Ok, Fernando. Em tese, o carreamento de
1941 sedimentos, pode alterar os parâmetros, nessa proporção, foram
1942 carreamentos de grande porte, esses carreamentos, eles podem alterar
1943 parâmetros físico-químicos da água?” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD:
1944 “A resposta é: eles podem? Podem. Conselheiro Henrique Moreira de Melo
1945 Silva: “Não estou falando desse caso específico, estou falando de
1946 carreamentos. Podem alterar?” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD: “Sim.
1947 Isso é, tecnicamente...” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1948 “Merece investigação?” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD: “Prezado,
1949 como eu disse no início da minha fala. Se você...” Conselheiro Henrique
1950 Moreira de Melo Silva: “Merece uma investigação qualificada, como o
1951 senhor colocou.” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD: “Exatamente. Mas eu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1952 estou dizendo o seguinte. Dentro do licenciamento ambiental que já fora
1953 emitido, os impactos previstos nos estudos ambientais, eu presumo que
1954 não tenha trazido isso porque não existe uma correlação direta com a
1955 atividade produtiva do empreendimento.” Conselheiro Henrique Moreira de
1956 Melo Silva: “Exatamente. Esse é o nosso ponto. Porque isso, se for
1957 licenciado no âmbito do licenciamento regular, isso pode ser
1958 condicionante, e pode virar o monitoramento. É a necessidade. Por isso
1959 que isso deve ser tratado no âmbito do licenciamento, e não por DAIA,
1960 porque a DAIA não pode impor esse tipo de ação.” Presidente Clésio
1961 Cândido Amaral: “Henrique, já existe monitoramento no âmbito do
1962 licenciamento do estepe 2, do estepe 3 para todas essas bacias, já faz o
1963 monitoramento.” Fernando Baliani, SUARA/SEMAD: “Prezado Henrique,
1964 eu creio que o senhor tenha me interpretado mal. Quando eu disse para
1965 você que existe a possibilidade, eu disse que existe, mas eu não disse
1966 para quais parâmetros. E eu já disse aqui, que dentro do licenciamento
1967 ambiental, que já foi realizado, que teve estudo complexo, que foi proposto
1968 ali os monitoramentos que são inerentes às atividades de
1969 empreendimento, e aos estudos que foram feitos, presumo eu que deve ter
1970 tido um EIA. Então nós tivemos ali estudos de águas subterrâneas, estudo
1971 de solo, avaliação da geologia local. Obviamente, um estudo completo
1972 desses traz as informações necessárias e a proposta de monitoramento.
1973 Eu não gostaria que você pegasse a minha fala e utilizasse ela para dizer
1974 que tem que ser feito licenciamento, esse incremento de área porque
1975 existe a possibilidade de contaminação com Arsênio. Não foi isso o que eu
1976 disse. Não foi isso que eu quis dizer.” Conselheiro Henrique Moreira de
1977 Melo Silva: “Não, desculpa. Eu não quis colocar palavras na sua boca. Eu
1978 só falei isso, desculpe se o senhor entendeu isso. O que eu quis fazer
1979 referência é no sentido do 47.383, Artigo 36, parágrafo único. “Que na
1980 hipótese do *caput*, não havendo necessidade no processo de
1981 regularização ambiental, eventuais medidas mitigadoras ou
1982 compensatórias que forem identificadas pelo órgão competente como
1983 necessárias, deverão ser descritas na forma de adendo ao parecer único



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

1984 da licença concedida”. Então é nesse sentido que eu venho argumento
1985 que na DAIA nós não podemos colocar esse tipo de monitoramento. Nós
1986 estamos tratando do carreamento, nós estamos tratando do sedimento que
1987 está sendo jogado no rio, mas não podemos monitorar o rio no âmbito
1988 dessa DAIA.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, o rio já é
1989 monitorado no âmbito do licenciamento, do estepe 2, estepe 3, que já
1990 obteve licença.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Todas
1991 essas bacias?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sim, já existe
1992 monitoramento lá.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “E esses
1993 monitoramentos (ÁUDIO RUIM) parâmetros disponíveis?” Presidente
1994 Clésio Cândido Amaral: “Como condicionante. Solicite a cópia desses
1995 monitoramentos que estão no processo, que são condicionantes, inclusive,
1996 das licenças ambientais.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
1997 “Perfeitamente. Será feito.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou
1998 chamar agora os inscritos para poder falar. O primeiro, senhor Thiago
1999 Alves, representante do empreendimento.” Thiago Alves, Representante
2000 do Empreendedor: “Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos os
2001 Conselheiros. Eu sou o Thiago Alves, gerente de meio ambiente da Anglo
2002 América. Falarei um pouco a respeito das questões que colocam aqui, que
2003 estão sendo discutidas.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Thiago, só
2004 um minutinho. Você vai ter cinco minutos para se manifestar. Deixa só a
2005 gente... O relógio está pronto? O senhor tem cinco minutos para fazer a
2006 manifestação. Nós vamos acionar o relógio.” Thiago Alves, Representante
2007 do Empreendedor: “Obrigado, senhor Presidente. Não gastarei o tempo
2008 todo. Então, novamente, agradecendo ao senhor Presidente e aos
2009 senhores Conselheiros. É uma oportunidade para a Anglo América estar
2010 esclarecendo todas as dúvidas desse processo da DAIA que está sendo
2011 colocado para discussão aqui hoje. Eu queria inicialmente, Presidente,
2012 fazer uma remissão, é necessária uma remissão neste momento. Eu
2013 queria reforçar que a Anglo América é uma instituição centenária, que está
2014 há dez anos aqui, há mais de dez anos aqui. Eu queria manifestar o mais
2015 profundo respeito às instituições que estão aqui representadas, incluindo o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2016 Ministério Público, com o qual reconhecemos os extremos esforços
2017 colaborativos que fazemos, e que especialmente o Ministério Público faz
2018 para a nação e pelo povo brasileiro. E dizer também aos Conselheiros que
2019 eu agradeço, eu reconheço também, e agradeço à fala do senhor
2020 Henrique, mas queria colocar um ponto importante. A gente reconhece o
2021 Ministério Público, um trabalho de desenvolvimento e ganho que foram
2022 trazidos a esse processo. Por exemplo, quando, através de um acordo
2023 com Anglo América, num processo de licenciamento, onde essas questões
2024 devem ser discutidas, foi colocada a questão do IPT, o Instituto de
2025 Pesquisas Tecnológicas da USP, participando e avaliando o nosso
2026 processo. E nesse ponto, o IPT atesta, por exemplo, que infelizmente o
2027 que o senhor Henrique disse sobre a nossa barragem ser a montante,
2028 semelhante as que romperam, não é verdade. A nossa barragem é uma
2029 barragem de aterro e solo compactado, com método de aterramento a
2030 jusante, do método mais moderno e seguro. Então eu queria pedir, por
2031 favor, que isso constasse em ata. Esse ponto, realmente, não pode, que
2032 isso traz à luz o problema da discussão. Então, seguindo, eu queria
2033 colocar, novamente a respeito das DAIAs, a gente está pedindo DAIAs
2034 para pequenas intervenções, para a construção dessas estruturas de
2035 contenção, que são estruturas que permitirão a reabilitação ambiental
2036 completa da paisagem da face Oeste. Por tudo que já foi explicado aqui,
2037 por todos os motivos pelos quais o correto modo de instrução desse
2038 processo é uma DAIA. Eu queria salientar também que essa DAIA está
2039 embasada em estudos, estudos técnicos aprofundados, que avaliaram o
2040 componente flora da forma correta. Isso pode ser visto no laudo, no
2041 parecer que é emitido pela IEF, que é um parecer bastante claro, e
2042 realmente corrobora que as instituições terceiras que elaboraram esses
2043 estudos, elaboraram estudos seguros, né? Eu queria dizer também, e é
2044 um ponto importante, que a ADA realmente transpassa a cumeeira da
2045 Serra. Então isso é um ponto que às vezes tem muita dúvida, onde está a
2046 ADA? De fato, a ADA não restringe à cumeeira da Serra, isso é algo que
2047 vem desde o processo do estepe 2. E também, naturalmente, ao lado de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2048 uma ADA, a gente tem uma área de influência direta, que eu acho que é o
2049 cerne do argumento aí, que acaba justificando a questão da DAIA. Outro
2050 ponto importante, senhor Presidente, senhores Conselheiros, é lembrar
2051 que esse processo de reabilitação ambiental em nada tem a ver com
2052 mineração. Não vamos minerar a face Oeste, não vamos entrar com
2053 processo de mineração. Estamos tão somente construindo os processos,
2054 as estruturas que permitirão a recuperação da Serra, inclusive com suas
2055 características naturais. As questões geológicas, morfológicas e
2056 pedológicas que ali residem, e que todo mundo que conhece a bacia do
2057 Santo Antônio sabe que há fortes carreamentos ali, naturais também
2058 nesse processo, e isso vai ser resolvido. Caminhando, então, nesse ponto,
2059 a gente pensando aí que a gente tem uma cristalização de um risco,
2060 quanto antes a gente puder resolver, será melhor. E tenho ciência que
2061 estamos absolutamente na legalidade, também respondendo uma
2062 discussão que foi feita aqui, temos monitoramentos ambientais no nosso
2063 processo de licenciamento, uma rede robusta. A única instituição que tem
2064 uma rede robusta naquele trecho do rio. Esses documentos, esses
2065 estudos, estão todos disponíveis, a todos os Conselheiros. Mas, ressaltar
2066 que, claro, não estamos aqui discutindo necessariamente para que todos
2067 os procedimentos que foram aqui discutidos, a Anglo América nunca se
2068 furtou a discutir o licenciamento. Basta consultar tudo o que foi discutido
2069 na Câmara de Mineração, e também aqui no passado, nesta honrosa
2070 câmara da qual participamos. É importante também, eu queria chamar a
2071 atenção ao ponto de que quanto mais rápido pudermos recuperar, mais
2072 efetivo será esse trabalho. E principalmente, o privilégio que temos, de ter
2073 uma decisão aqui no território, na câmara do Jequitinhonha, como está
2074 acontecendo aqui. De modo geral, acho que minhas pontuações iniciais
2075 que eu faço são essas. Senhor Presidente, nossa equipe está disponível
2076 aqui, são vários especialistas que estão prontos para responder qualquer
2077 questionamento. Estamos à disposição dos senhores e dos Conselheiros.
2078 Queremos deixar tudo absolutamente claro. É claro, a gente entende que a
2079 gente está vinculado aqui à questão da DAIA, e aos limites da DAIA, mas



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2080 estamos à disposição, o time técnico todo pronto. E antes de encerrar,
2081 faltam 20 segundos, para mostrar a transparência da Anglo América,
2082 considerando que este é um conselho novo, externalizo o convite a todos
2083 os Conselheiros para visitar a nossa mina, e pudermos demonstrar, em
2084 campo, o trabalho de gestão ambiental de excelência que fazemos. Muito
2085 obrigado a todos. Encerro aqui, respeitando o tempo.” Presidente Clésio
2086 Cândido Amaral: “Obrigado, Thiago. Se houver alguma pergunta de algum
2087 Conselheiro ou de alguma outra pessoa, a gente reporta posteriormente.
2088 Agora, eu queria chamar o senhor Ricardo Carneiro, representante do
2089 empreendedor.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor:
2090 “Presidente, senhoras e senhores Conselheiros. Espero que minha voz
2091 esteja...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Está ótima. Só um minuto
2092 para gente colocar o relógio, tá? Ok.” Ricardo Carneiro, Representante do
2093 Empreendedor: “Perfeito, Presidente. Muito bem. Então, novamente,
2094 senhor Presidente, senhoras e senhores Conselheiros, muito feliz em vê-
2095 los bem protegidos, saudáveis, e assim que nós todos nos mantemos.
2096 Presidente, eu estou completando, esse ano, com muito orgulho e
2097 felicidade, 26 anos de acompanhamento das reuniões, dos trabalhos do
2098 COPAM. Comecei em 1993, antes de me graduar em Direito. A partir de
2099 1995, até o ano 2000, tive a oportunidade única de servir ao Sistema
2100 Estadual de Meio Ambiente por meio da Fundação Estadual do Meio
2101 Ambiente, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
2102 Sustentável. Aliás, foi criada quando eu lá estava na assessoria. E é
2103 inequívoco que a nota mais característica, aquilo que mais destaca esse
2104 colegiado, é o caráter participativo, é a possibilidade que todas as
2105 decisões de formulação e implementação de política pública em Minas
2106 Gerais sejam discutidas com a sociedade, e assim tem sido desde o ano
2107 de 1977, quando esse conselho foi criado. Em Minas Gerais, apesar de
2108 entidades, setores, determinadas pessoas ou grupos muitas vezes
2109 discordarem, e a discordância, o contraponto, é a essência da democracia,
2110 não há, em matéria ambiental, ao menos, decisões e pareceres de
2111 gabinete. Gostemos ou não, os processos são submetidos ao escrutínio da



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2112 sociedade, ao crivo da sociedade. A sociedade faz, participa e faz suas
2113 decisões por meio das representações que têm no colegiado. Órgãos,
2114 entidades, instituições, pessoas. E os Conselheiros que representam
2115 essas instituições têm liberdade e autonomia ampla, mais ampla e
2116 absoluta de divergirem, discordarem, criticarem, não aceitarem, e até
2117 mesmo, por que não, se admitir dessa forma, votarem contra os pareceres
2118 e posicionamentos técnicos ofertados pela Secretaria. Nessa amplitude de
2119 atribuição dos Conselheiros, há algo, no entanto, que é, por assim dizer,
2120 inegociável, que é a definição legal das competências dos órgãos
2121 fracionários colegiados do COPAM. Desde 2015, com a Lei 15.972, houve
2122 uma alteração fundamental no arranjo das competências entre as
2123 unidades regionais colegiadas e as câmaras setoriais especializadas com
2124 atribuição licenciatória. Então aqui, senhor Presidente, é onde o
2125 centralismo da indicação e orientação da Secretaria de Estado como órgão
2126 central do sistema estadual, acaba tendo que prevalecer. Alguém tem que
2127 ser guardião das competências e atribuições entre os diversos órgãos
2128 fracionários do COPAM como órgão colegiado. Portanto, os senhores
2129 Conselheiros poderão tudo, neste assunto em pauta, nessa sessão,
2130 menos transferirem à outra fração do COPAM algo que é de sua
2131 competência exclusiva. Acho que esse assunto já ficou absolutamente
2132 esclarecido, a pauta e agenda de licenciamento, e aqui não há nenhuma
2133 redução do papel fundamental dessa URC, onde eu atuei durante vários
2134 anos, que teve a construção de todos os licenciamentos da Anglo América.
2135 Mas apenas uma opção do legislador e da regulamentação da Lei na
2136 definição dessas competências todas. A mim, me parece que a explicação
2137 do Thiago Alves, nosso gerente de meio ambiente, foi inequívoca. Não há
2138 ampliação de ADA como parece sugerir o representante, assessor do
2139 Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A ADA, conceitualmente,
2140 me valho aqui de especialistas no tema, como o professor Luís Henrique
2141 Sanchez, um nome nacional, professor da USP. É a área que...”
2142 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ricardo, seu tempo está acabando.”
2143 Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor: “Eu sei, Presidente.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2144 Eu posso estendê-lo mais um minuto?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2145 “Sim, Ricardo. Mais um minuto.” Ricardo Carneiro, Representante do
2146 Empreendedor: “A ADA assenta as estruturas do empreendimento, ou são
2147 aquelas áreas alocadas funcionalmente ao projeto. As áreas de
2148 assentamento, ou reassentamento de populações. Pensemos num
2149 empreendimento hidrelétrico. Não áreas de estruturas operacionais, mas
2150 são áreas...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ricardo, só um minuto.
2151 Pronto, pode ir.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor: “Está
2152 me dando um minuto, Presidente? Mas são áreas que envolvem a área
2153 diretamente afetada. Efetivamente, na meia encosta, no fundo de vale,
2154 onde essas intervenções são realizadas, não há atividade operacional, não
2155 há atividade extrativa, não há atividade do ciclo inerente à lavra. A cava,
2156 muito bem explicado pelo Thiago, com a delimitação imposta na ADA a
2157 partir da otimização do estepe 2 abrange uma parcela da vertente oposta
2158 da Serra, não há mudança do uso do solo, não há conversão do uso do
2159 solo nessa área, portanto, não há a instauração de disposições outras da
2160 Lei da Mata Atlântica, 11.428. É uma área, é um uso, melhor dizendo, as
2161 intervenções...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ricardo, seu tempo
2162 acabou.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor: “Presidente,
2163 só para completar. Eu teria mais cinco minutos? O senhor poderia
2164 submeter ao crivo dos Conselheiros?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2165 “Não. Cinco minutos só se o Conselho assim o permitir, Ricardo.” Ricardo
2166 Carneiro, Representante do Empreendedor: “O senhor me permitiria 30
2167 segundos?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu tenho que colocar em
2168 votação.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor: “Bota em
2169 votação. Não vai ser necessário nem um minuto, Presidente.” Presidente
2170 Clésio Cândido Amaral: “Eu vou colocar se o Conselho permite mais um
2171 minuto de tempo, ou dois minutos de tempo para o representante, senhor
2172 Ricardo Carneiro. Ok?” Não se identificaram: “Ok, favorável.” Presidente
2173 Clésio Cândido Amaral: “Só um minutinho, Ricardo. Ricardo, você tem
2174 mais um minuto para concluir.” Ricardo Carneiro, Representante do
2175 Empreendedor: “Perfeito, Presidente. Conselheiros, muito obrigado pela



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2176 gentileza, e já concluo dizendo mesmo que, reforçando que não há
2177 alteração da ADA, não há alteração do uso solo, portanto, também, não se
2178 aplica, como muito bem esclarecido pelo doutor Rodrigo Ribas, a regra do
2179 Artigo 36 do Decreto 47.383, porque não há modificação da atividade em
2180 relação ao qual se verifica essa consequência com intrusão na paisagem
2181 na vertente oposta na face Oeste. Nós aqui teríamos que discutir a estreita
2182 diferença entre risco e impacto, como é que o licenciamento lida com um
2183 ou com outro. O fato é que aqui há nitidamente um risco, que acabou se
2184 materializando num efeito não esperado. Isso não muda a delimitação da
2185 área diretamente...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ricardo, o seu
2186 tempo acabou.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor: “É
2187 isso, Presidente. É difícil acertar os tempos do COPAM, mas eu acho que
2188 é mais do que suficiente, seis minutos, sete minutos para esclarecer e para
2189 tentar contribuir com o colegiado. Muito obrigado, e me desculpe por
2190 exceder o tempo.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Presidente, só
2191 uma questão de ordem. Eu não falo isso não é nem pelo Ricardo, é por
2192 qualquer pessoa que queira se manifestar. O próprio Rodrigo colocou aqui
2193 no *chat* que o tempo regimental a ser dado, ser deliberado, é de até cinco
2194 minutos, a mais, dos seis minutos anteriores, mesmo que a pessoa não
2195 precise usar esse tempo. Então vamos, se for para deliberar, vamos
2196 deliberar pelos cinco minutos, e aí, a pessoa decide se usa ou não. Ok?”
2197 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Então tá. Então eu vou deliberar
2198 mais quatro minutos, tá, Denise? Que é o restante que ele teria, a gente
2199 deliberou.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Claro. Eu acho que é
2200 respeito a todo mundo que queira se manifestar.” Presidente Clésio
2201 Cândido Amaral: “Ok. Cecília, coloca os quatro minutos. Ricardo, você tem
2202 mais quatro minutos.” Ricardo Carneiro, Representante do Empreendedor:
2203 “Presidente e Conselheiros, mais uma vez, muito grato pela gentileza. Não
2204 quero incomodá-los. Sei que o tempo já está tarde, são praticamente
2205 17h30. Eu realmente só insistia nessa ideia de que o licenciamento, por
2206 princípio, se relaciona com a delimitação dos impactos, positivos e
2207 negativos de uma determinada atividade. É ainda polêmico, e



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2208 metodologicamente duvidosa a relação do licenciamento com os riscos. Eu
2209 só queria concluir que o risco não pode ser modelador, e (ÁUDIO RUIM)
2210 da ADA. Se assim fosse, o empreendimento da Samarco Mineração, em
2211 Mariana, teria a sua ADA estendida até o Oceano Atlântico, passando por
2212 dois estados, por conta dos riscos inerentes que acabaram se
2213 materializando em dano ambiental daquilo que aconteceu com o colapso
2214 da barragem. Portanto, aqui, havia o risco de uma ADA delimitada de
2215 acordo com o licenciamento, que acabou se materializando em efeitos não
2216 esperados, que a empresa precisa, quer, necessita, é uma demanda da
2217 sociedade promover a sua estabilização e devidamente a recuperação.
2218 Esse é o propósito da empresa. Também, nesse aspecto, o Rodrigo Ribas
2219 foi bastante feliz ao anunciar a ideia de que, eventualmente, ao não ser
2220 deferida a DAIA que corrige a comunicação emergencial, porque a
2221 emergência havia, naquela época, contemporânea à comunicação, e se
2222 projeta ao longo do tempo na medida em que esses efeitos têm
2223 intercalação com intemperes, com período chuvoso. Se nós não tivermos o
2224 deferimento dessa DAIA remetendo o processo a uma outra câmara, algo
2225 que inclusive a SEMAD não concorda por força mesmo da definição
2226 adotada pela Subsecretaria de Regularização, teremos aí pelo menos mais
2227 seis, sete, talvez um ano, pelas questões decorrentes da Lei da Mata
2228 Atlântica, para que essa recuperação seja exercida. Então é esse apelo
2229 que faço aos senhores Conselheiros, nos permita executar aquilo que a
2230 sociedade de nós espera neste momento, que é a estabilização desses
2231 escorregamentos, desse material que vem descendo, e a efetiva
2232 recuperação da área que sofreu os impactos. Não precisei do tempo todo,
2233 te agradeço mais uma vez, Presidente, pedindo desculpa pelo excesso, e
2234 por ter falado mais do que deveria. Muito obrigado.” Presidente Clésio
2235 Cândido Amaral: “Muito obrigado, Ricardo. Bem, vamos chamar agora
2236 Luciana Corrêa da Mata.” Luciana Corrêa da Mata, Representante do
2237 Empreendedor: “Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos.”
2238 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só um minuto, Luciana. Deixa a gente
2239 colocar o cronômetro.” Luciana Corrêa da Mata, Representante do



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2240 Empreendedor: “Acredito não ser necessário, senhor Presidente. Eu só me
2241 inscrevi para dirimir qualquer dúvida, vou me colocar à disposição para
2242 qualquer informação relacionada à operação, controle operacional de meio
2243 ambiente. Me abstenho da fala.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2244 “Obrigado, Luciana. Gabriel Vargas Mendonça.” Gabriel Vargas
2245 Mendonça, Representante do Empreendedor: “Boa tarde, senhor
2246 Presidente. Boa tarde a todos os demais aí que ocupam. Da mesma forma
2247 como a Luciana, todos os esclarecimentos técnicos e específicos das
2248 minhas disciplinas já foram sanados durante essa discussão. Está bom?
2249 Então eu fico à disposição caso seja necessário e agradeço mais uma
2250 vez.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado, Gabriel. Elizabeth
2251 Neire da Silva.” Elizabeth Neire da Silva, Representante do Empreendedor:
2252 “Isso. Boa tarde.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só um minuto,
2253 Elizabeth. Só a gente colocar o cronômetro.” Thiago Alves, Representante
2254 do Empreendedor: “Senhor Presidente, perdão a intervenção. Como
2255 representante da Anglo América, eu queria falar que, como eu disse na
2256 minha fala, todos estão para responder as perguntas que os senhores
2257 tiverem. Toda a equipe técnica está aqui. Para respeitar o tempo de todos,
2258 eu acho que tem nove inscritos que estão exatamente nessa situação. Aí
2259 fica ao critério do senhor se o senhor quer passar por cada um e chamar
2260 se for necessário.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Vamos fazer,
2261 então, uma questão, Thiago? Você pode me falar o nome desses
2262 representantes que fizeram a inscrição e eles, na realidade, estariam à
2263 disposição dos Conselheiros para dirimir qualquer dúvida, por favor?”
2264 Thiago Alves, Representante do Empreendedor: “Posso sim, senhor
2265 Presidente. Posso falar agora? Elizabeth Neire; Luciana da Mata, que já
2266 acabou de falar, também se colocou à disposição; o Gabriel Vargas; a
2267 Fabiana Vita; a Ana Cheib; Christiano Lemos; Luiz Dias; Talles Ulhoa;
2268 Lígia Girnius; Aline Trindade e Isadora Camargos. E Luciana Lloyd.
2269 Perdão. Felipe Rezende e Felipe Cançado.” Presidente Clésio Cândido
2270 Amaral: “O Josimar Daniel Gomes?” Thiago Alves, Representante do
2271 Empreendedor: “Também. Perdão. Josimar Daniel Gomes também faz



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2272 parte do time.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Renato Almeida?”
2273 Thiago Alves, Representante do Empreendedor: “Renato Almeida,
2274 também. Perdão.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Bem, então todos
2275 esses que estavam inscritos, e que foram colocados agora, são
2276 representantes do empreendimento que estão à disposição dos
2277 Conselheiros para quaisquer esclarecimentos. Agora eu vou abrir a
2278 palavra aos Conselheiros que queiram se manifestar. Primeiramente,
2279 aqueles que não se manifestaram até o momento, e que queiram fazer
2280 alguma pergunta, seja para o Rodrigo Ribas, seja para a SEMAD, seja
2281 para o Fernando, ou seja para algum representante da empresa.”
2282 Conselheiro Sérgio Leandro Sousa Neves: “Gostaria de participar. Durante
2283 as falas dos representantes da empresa, ficou uma informação dúbia por
2284 parte do Ribas e do Thiago, que dizem...” Presidente Clésio Cândido
2285 Amaral: “O Ribas é da SEMAD, tá? Ele não é da empresa.” Conselheiro
2286 Sérgio Leandro Sousa Neves: “Sim, mas ele apontou que há um aumento
2287 da área do empreendimento. Desculpe, ele falou que não há um aumento,
2288 e o Thiago coloca que há um aumento da área do empreendimento. Essa
2289 informação ficou dúbia para mim, e eu gostaria que isso fosse
2290 esclarecido.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Rodrigo?” Rodrigo Ribas,
2291 SUPPRI/SEMAD: “Isso mesmo. Sérgio, obrigado pela pergunta. Depois eu
2292 senti que ficou isso mesmo. Ficou um para lá, um para cá. O que
2293 acontece? No processo de licenciamento prévio... Clésio, eu vou contar a
2294 história em três minutos, está bem? Vou tentar. No processo de
2295 licenciamento prévio, a borda Oeste da Serra do Sapo não estava
2296 contemplada nos estudos. Ela não foi apresentada, não havia previsão de
2297 impacto ambiental nos estudos da borda Oeste. Está certo? Quando
2298 começou a operação, lá no estepe 1, e logo depois no estepe 2, em que
2299 houve o primeiro impacto, nós pedimos a alteração dos estudos
2300 ambientais para incorporar a área da borda Oeste nos estudos, programas
2301 e controles ambientais necessários em relação àquela área. Um conceito
2302 que... Bom, foi o Thiago, mas o conceito veio, na verdade, o Thiago falou,
2303 mas o conceito veio do doutor Ricardo Carneiro. O conceito do doutor



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2304 Ricardo Carneiro é um conceito (ÁUDIO RUIM) no licenciamento. Área
2305 diretamente afetada é aquela área utilizada para as atividades produtivas,
2306 inclusive as de apoio. Isso é sedimentado. Existem áreas que podem ser
2307 diretamente atingidas por impactos ambientais negativos que não se
2308 compõem como ADA. Não quer dizer que elas não sejam diretamente
2309 atingidas por impactos, elas são áreas de influência direta dos impactos
2310 ambientais. É onde pode haver impactos diretos da atividade que não se
2311 misturam com a operação. Esse conceito do Ricardo está certinho. Então,
2312 o que acontece? O Gilmar está na sala, e o Gilmar, melhor do que
2313 ninguém, Gilmar é o diretor técnico da SUPRAM de Jequitinhonha,
2314 acompanha esse processo desde o princípio... Desde o princípio, não. Há
2315 mais tempo do que eu. Desde o princípio de 2008, não, porque não era
2316 ele, era a Fernanda que fazia. Mas o Gilmar, acompanha há muito tempo,
2317 ele pode demonstrar que tanto no EIA, no estepe 3, se eu não me engano,
2318 quanto no parecer do estepe 3, a área da borda Oeste foi considerada
2319 como área de influência direta, e que poderiam haver impactos ambientais
2320 negativos. O que houve ali foi uma ampliação desses impactos que
2321 merece controle mental. Como ela não é área operacional, o procedimento
2322 correto, e aí já está estabelecido no parecer do IEF, que eu volto a elogiar,
2323 o procedimento correto é: faz o controle. Feito o controle do impacto
2324 negativo, faz a recuperação da área. O Programa de Recuperação de Área
2325 Degradada, PTRF, que é o Plano Técnico de Recuperação da Flora, e isso
2326 é retomado como área em recuperação. Daqui a cinco, seis, dez anos, ela
2327 vai ser área recuperada, e não área operada. Diferente da cava, que é
2328 uma área de operação. Do ponto de vista técnico, essas são as definições
2329 corretas. Essa área foi diretamente atingida por impactos ambientais, está
2330 em recuperação, mas ela não é área de operação do empreendimento. Eu
2331 espero ter respondido, Sérgio.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2332 “Obrigado, Ribas. Sérgio?” Conselheiro Sérgio Leandro Sousa Neves:
2333 “Obrigado pela resposta. Apesar que eu acabei entendendo aqui, então,
2334 que esses impactos, se eles são diretos nessa borda, a DAIA vai ser um
2335 instrumento que vai poder minimizar e mitigar esses impactos? Ela tem a



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2336 competência para isso?” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Sérgio, a DAIA
2337 autoriza fazer a supressão de vegetação, e implantar as estruturas
2338 necessárias à recuperação desse impacto. Tem inclusive no parecer da
2339 DAIA, várias condicionantes, várias ações que o empreendedor precisar,
2340 que ele vai precisar fazer para mitigar esses impactos. Mas para ele poder
2341 fazer essas estruturas, ele precisa fazer essa supressão de vegetação.”
2342 Conselheiro Sérgio Leandro Sousa Neves: “Ok, obrigado.” Presidente
2343 Clésio Cândido Amaral: “Entendeu, Sérgio? Mais algum Conselheiro quer
2344 fazer alguma intervenção, alguma pergunta? Nós ainda temos o Gilmar, o
2345 diretor técnico.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Veja só.
2346 Que o processo está sendo feito para futuras intervenções a Oeste
2347 também, não é? E não foi possível fazer a localização do material do
2348 processo? Se alguém viu aí, poderia me relatar, por favor. Quantas
2349 nascentes brotam à Oeste? Por que não tem um mapeamento de todas as
2350 nascentes, assim como tem o dos acessos e contenções? Número de
2351 propriedades e famílias impactadas no percurso das intervenções feitas.
2352 Da extensão, para onde pega a autorização?” Presidente Clésio Cândido
2353 Amaral: “Só um minutinho, senhor José Nelson. Gilmar? Gilmar está na
2354 sala? Só um minuto, José Nelson. Eu vou pedir para o diretor de
2355 regularização da SUPRAM Jequitinhonha. Só um minutinho, senhor José
2356 Nelson. Nós estamos... Ele está entrando, o Gilmar entrou. Senhor José
2357 Nelson, você pode repetir a sua pergunta, por favor?” Conselheiro José
2358 Nelson Pereira dos Santos: “Pois não. É que o processo que nós estamos
2359 analisando aí, ele tem esse fundamento para futuras intervenções a Oeste
2360 também, não é? E não foi possível localizar, no material do processo,
2361 quantas nascentes brotam à Oeste. Por que não tem o mapeamento de
2362 todas as nascentes, assim como tem dos acessos e contenções? O
2363 número de propriedades, famílias impactadas no percurso das
2364 intervenções já feitas, e no restante da extensão para onde pede
2365 autorização?” Gilmar, SUPRAM JEQ: “Boa tarde a todos os Conselheiros,
2366 Presidente. No âmbito do processo de licenciamento ambiental, nós temos
2367 a caracterização de todos os usuários que se utilizam de nascentes dessa



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2368 região da face Oeste. Ou seja, isso tudo já foi mapeado sim, e pode ser
2369 comprovado através dos próprios mapas apresentados nos processos,
2370 onde são áreas de nascentes, onde são áreas de preservação
2371 permanente, e no âmbito do licenciamento ambiental existe, inclusive, o
2372 monitoramento dos usuários, das pessoas que fazem uso dessas
2373 nascentes na face Oeste também.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD:
2374 “Posso complementar, Clésio?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pode
2375 sim, Rodrigo.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “É porque o Conselheiro
2376 José Nelson disse que não viu acesso a essas informações. Primeiro que
2377 as interações que estão previstas, elas têm um mapeamento completo.
2378 Nós não estamos falando aqui de intervenção em terreno de terceiro não.
2379 No item 3 do parecer, o parecer é bem sucinto, bem fácil de ler e bem
2380 orientado. No item 3 do parecer, é a caracterização do imóvel. Na primeira
2381 linha do item 3.1, do imóvel rural: “as intervenções aqui pretendidas
2382 abrangem diversos imóveis rurais, todos eles propriedade da Anglo
2383 América”. Então, não há outros atingidos pelas obras que serão feitas para
2384 a implantação das medidas de controle ambiental, que volto a reforçar, que
2385 seja em terreno de terceiro que vai causar impacto na propriedade de um
2386 terceiro. Está certo? Então, nós estamos falando aqui, é importante dizer
2387 isso, Clésio, porque o que está sendo discutido se além ao pedido claro de
2388 intervenção ambiental emergencial e intervenção ambiental complementar
2389 num terreno, num conjunto de imóveis que faz uma propriedade rural que
2390 pertence a Anglo América, portanto não tem novos atingidos (ÁUDIO
2391 RUIM) falar isso, para a implantação de medidas de controle ambiental. É
2392 esse, então, o objeto da decisão. Nós não estamos falando aqui de um
2393 processo de licenciamento e de ampliação para Oeste não, tá?” Presidente
2394 Clésio Cândido Amaral: “Sim, sim. E inclusive, a supressão de vegetação é
2395 para que se possibilite implantar essas medidas de controle. Entendeu,
2396 senhor José Nelson?” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Sim,
2397 eu entendi. Mas assim, mesmo sendo a área da Anglo, específico dela, as
2398 questões ambientais já entrarão, como eu pontuei aí, ela vai para o lado
2399 Oeste. Então assim, decorrente disso, porque elas não pontuam esses



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2400 fatores.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Não entendi o que você falou,
2401 senhor José Nelson.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Eu entendi. Na
2402 verdade, José Nelson, o senhor está achando que a Anglo América vai
2403 chegar lá e vai causar impactos ambientais. Ela vai fazer alterações no
2404 ambiente para implantar medidas de controle ambiental. No nosso
2405 entendimento, no entendimento do parecer que está aqui, no entendimento
2406 da equipe técnica do SISEMA que fez o parecer, as medidas de controle
2407 ambiental servem para salvaguardar os proprietários da bacia. A pior
2408 situação que a gente pode ter, e isso eu falei quando estava apresentando,
2409 a pior situação que a gente pode ter hoje é nenhuma medida de controle
2410 de impacto lá. O impacto está lá, o próprio Ministério Público apresentou
2411 uma série de imagens que mostram o impacto ambiental na borda Oeste,
2412 já falou do carreamento, já falou desses impactos todos. Se não tiver
2413 controle ambiental, é o pior dos cenários, porque nós pretendemos, ao
2414 analisar o processo, ao analisar o pedido da empresa, o que nós
2415 pretendemos é que os impactos ambientais sejam controlados e, no futuro,
2416 através da prática do PTRF, que eles sejam recuperados. É manter a
2417 condição ambiental original da área. Tratar para além disso, não cabe,
2418 porque é licenciamento ambiental. Seria se fosse ampliar a atividade para
2419 Oeste. Não vai para Oeste, e não tem minério de ferro. Portanto, não vai
2420 ter cava para Oeste. Está certo?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2421 “Entendeu, senhor José Nelson?” Conselheiro José Nelson Pereira dos
2422 Santos: “Eu compreendi a explicação, mas não contemplou toda a minha
2423 dinâmica de pergunta e perturbação. Porque sim, concordo em partes,
2424 mas você analisa que a movimentação e a questão do meio ambiente
2425 interligado. Eu não sei. Eu não separaria igual você separa. Eu pego uma
2426 peça aqui e coloco ali. Então assim, eu entendi dentro da dimensão
2427 técnica que ele pontua ali. Mas a minha pergunta é muito mais além do
2428 que essa resposta.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “A pergunta do
2429 senhor, ela então se refere ao processo de licenciamento ambiental. Aí o
2430 senhor pode, inclusive, solicitar, verificar todo o conteúdo, a licença, as
2431 condicionantes que estão no processo de licenciamento ambiental. No



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2432 estepe 1, no estepe 2, no estepe 3, tem os pareceres únicos,
2433 disponibilizados no SIAM, no *site* da SEMAD, à disposição até para o
2434 senhor entender essa dinâmica toda de como se deu todo o processo de
2435 licenciamento da Anglo América na região. Algum outro Conselheiro quer
2436 fazer alguma pergunta?” Conselheiro Pedro Antônio de Andrade Júnior:
2437 “Eu gostaria de fazer uma pergunta, Presidente.” Presidente Clésio
2438 Cândido Amaral: “Sim, Pedro. Pode fazer.” Conselheiro Pedro Antônio de
2439 Andrade Júnior: “Para me situar aqui, se eu estiver equivocado, para o
2440 Rodrigo e para o Henrique. É no sentido que, pelo que o Henrique
2441 dissertou aí, para ele, o licenciamento dessa nova área, que seria mais
2442 benéfico. Seria o meio mais benéfico. E o Rodrigo já falou que, de acordo
2443 com o ordenamento jurídico vigente, a DAIA é que seria o meio correto de
2444 a gente estar realizando os procedimentos. E a minha dúvida é o seguinte.
2445 Em termos práticos, o que muda se for licenciamento ou se for DAIA para
2446 liberação dessa área aí para esses estudos, para benefício da
2447 comunidade, do meio ambiente. Em termos práticos: o que seria mais
2448 benéfico? E por quê?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou deixar
2449 eles responderem, Pedro, mas só para entender, nós não estamos
2450 fazendo licenciamento de operação. O que está sendo discutido é
2451 supressão de vegetação para implantar medidas de controle e de
2452 contenção dos impactos ambientais gerados. Então, nós não estamos...”
2453 Conselheiro Pedro Antônio de Andrade Júnior: “É na fala do doutor
2454 Henrique, ele falou que a DAIA não é o procedimento correto.” Presidente
2455 Clésio Cândido Amaral: “Não é o instrumento adequado para fazer. É
2456 isso?” Conselheiro Pedro Antônio de Andrade Júnior: “Isso. E isso o
2457 Rodrigo explicou pelo ordenamento jurídico.” Presidente Clésio Cândido
2458 Amaral: “Henrique, eu vou deixar você responder, depois eu passo para o
2459 Ribas, está bom?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Nesse
2460 processo, tem várias intervenções misturadas. Nós temos um acesso, que
2461 é limite à cava, e que vai ser suprimido por causa da alteração do solo, vai
2462 ser uma área diretamente afetada, contígua à área de operação. Isso que
2463 eu estava falando, que é o aumento da ADA, lá em cima. As estruturas



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2464 que estão no pé, são diferentes, e de fato elas estão em propriedades da
2465 Anglo. O que ocorre são os impactos a jusantes desses barramentos, que
2466 atingem a Comunidade do Gondó, como já é relatado, como já foi levado,
2467 inclusive, ao conhecimento da secretaria. Então, assim, a ADA não permite
2468 sequer verificar se esses dispositivos são suficientes (ÁUDIO RUIM) a
2469 DAIA. As necessidades de intervenção e das medidas emergências
2470 independem desse processo. A Anglo precisa tomar independente disso.
2471 O que pretendemos quando a gente fala que isso tem que ser um adendo
2472 à licença, é justamente porque esses impactos não foram dimensionados
2473 na época do licenciamento. E hoje a gente percebe que eles são muito
2474 maiores do que a empresa está contando. Então, assim, a extensão dos
2475 impactos desses carreamentos sobre o Gondó são muito maiores do
2476 que...” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique, seu áudio está muito
2477 ruim. Henrique, seu áudio está muito ruim. Eu vou passar para o Rodrigo
2478 Ribas para ele poder responder. Mas respondendo, todas as medidas
2479 mitigadoras estão no âmbito do licenciamento ambiental, Pedro. Existem
2480 medidas mitigadoras... Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
2481 “Existem medidas genéricas, não são medidas específicas em relação a
2482 esse carreamento, não há dimensionamento da suficiência desses
2483 carreamentos, das estruturas de contenção. Ou se há, o senhor pode me
2484 mostrar, por gentileza. Pronto? O senhor me ouviu?” Presidente Clésio
2485 Cândido Amaral: “Ouvi, Henrique. Ouvi sim.” Conselheiro Henrique Moreira
2486 de Melo Silva: “Então o fato é esse: não há. Há medidas genéricas do
2487 ponto de vista de controle de processos erosivos.” Presidente Clésio
2488 Cândido Amaral: “Existem PRADs aprovados, existem procedimentos,
2489 existem... Tudo isso no processo de licenciamento ambiental...”
2490 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Presidente, então eu
2491 pergunto diretamente para o senhor: essas medidas que a empresa está
2492 propondo são suficientes para conter esses processos erosivos? Uma
2493 pergunta objetiva.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Henrique elas são
2494 medidas de controle de processos erosivos sim.” Conselheiro Henrique
2495 Moreira de Melo Silva: “A SEMAD garante a suficiência delas?” Rodrigo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2496 Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Clésio, deixa eu fazer a resposta ao Pedro. Eu
2497 acho que ele merece uma resposta mais objetiva. Porque eu não quero
2498 intrometer não, mas eu acho que essa é uma tarefa inglória. Infelizmente,
2499 o Ministério Público está querendo fazer na URC Jequitinhonha o controle
2500 da legalidade de um licenciamento que corre na Câmara de Atividades
2501 Minerárias do COPAM. E aí, eu sinto muito, mas a SEMAD não pode
2502 pactuar com esse tipo de controle da legalidade. O Ministério Público tem,
2503 a serviço dele, a atuação de órgão ministerial que lhe é própria. E isso
2504 acontece em outro âmbito que não o âmbito administrativo. O conselho de
2505 política ambiental, é um órgão de decisão administrativa, e segue o
2506 princípio da legalidade estrita. Como Conselheiro, não cabe o controle da
2507 legalidade neste processo de licenciamento. Como órgão ministerial, a via
2508 jurídica é sempre a via da solução quando a administrativa não resolve.
2509 Nesse sentido, eu acho que a gente não deve entrar nesse mérito, se a
2510 licença tem ou não tem o condão de proteger ou não proteger. De novo: eu
2511 reforço aqui que o que está sendo autorizado, discutido para a autorização
2512 se assim o Conselho achar que deve, são as intervenções ambientais
2513 necessárias para as atividades de controle ambiental, que não são
2514 passíveis de licenciamento ambiental. Não é a insatisfação do órgão
2515 ministerial que vai fazer com que a lei mude. Para fazer a lei mudar, é
2516 preciso ir lá e mudar a lei. Muda na Assembleia Legislativa a Lei 21.972;
2517 muda junto ao senhor Governador os decretos 47.383 e 47.749; muda a
2518 Lei de Processo Administrativo, 14.184. Muda a Lei de Introdução às
2519 Normas de Direito Brasileiro. Então assim, é preciso, em primeiro lugar,
2520 que como órgão ministerial, o Ministério Público atente ao seu limite de
2521 atuação dentro da legalidade estrita. Não dá para fazer controle da
2522 legalidade da atuação da SEMAD em outra câmara que não essa.
2523 Primeiro, vamos deixar claro. Em relação à resposta do Conselheiro
2524 Pedro, Conselheiro, eu peço desculpas pelo arrobo, eu sou muito
2525 sanguíneo, muito apaixonado. Mas eu gosto das pessoas. Eu gosto do
2526 Henrique. Ele sabe. A gente já encontrou para tomar cerveja, e ele sabe.
2527 Mas em relação à sua pergunta, é muito fácil de decidir. Nós temos um



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2528 processo de DAIA para intervenção ambiental necessária para implantar
2529 medidas de controle. Então, essas medidas de controle ambiental não é
2530 operação. Nós não estamos falando aqui que Anglo América vai entrar lá e
2531 vai tirar minério, não é isso. Essas medidas de controle ambiental, e de
2532 recuperação ambiental, podem ser feitas agora, depois da decisão do
2533 DAIA. E, aliás, é o DAIA, o Documento Autorizativo. Podem ser feitas logo
2534 após a decisão do DAIA, ou podem, e aí não é uma opção da URC, ou
2535 poderiam ser licenciadas levando mais seis meses. Então serão seis
2536 meses de impacto ambiental sem controle naquela área. Do ponto de vista
2537 do controle ambiental, quanto mais rápido, melhor. Do ponto de vista da
2538 legalidade, do sentido estrito da legalidade, absolutamente correto o
2539 procedimento. A insatisfação do órgão ministerial não pode macular a
2540 correção jurídica, legal, administrativa desse processo. Deixar bastante
2541 claro isso, a separação desses meios. É importante também que se diga
2542 que na Constituição Federal foram estabelecidas as separações dos
2543 poderes. Não cabe ao órgão ministerial estabelecer procedimento para o
2544 órgão executivo. Ele pode judicializar o procedimento, mas falar qual é o
2545 caminho melhor, não cabe. O órgão ministerial não tem um condão de
2546 romper com a separação dos poderes, e falar como é que a SEMAD vai
2547 atuar. Está certo? Isso já foi estabelecido em lei e no decreto. Está certo?
2548 Espero ter terminado com essa discussão já, Clésio. Obrigado.” Presidente
2549 Clésio Cândido Amaral: “Eu vou pedir apenas a manifestação da Paloma,
2550 que é o jurídico do IEF, é o pessoal que fez o parecer do DAIA. Eu vou
2551 pedir a Paloma para se manifestar, e tem também...” Conselheiro Henrique
2552 Moreira de Melo Silva: “Antes da Paloma, Presidente. Minha fala falhou
2553 aqui, comunicação. O que eu queria dizer é que, na prática, o
2554 licenciamento permite um controle maior da quantidade e da qualidade das
2555 intervenções. O que a gente está falando que a empresa pode fazer
2556 alguma coisa, a gente não sabe se isso será suficiente. Então é só
2557 restringir a isso, eu também gosto muito do Rodrigo. Inclusive me
2558 solidarizo com ele. Não é a primeira vez que te confundem em seus
2559 papéis, não é, Rodrigo? Infelizmente, muitas vezes, não só Conselheiros,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2560 mas outras pessoas da sociedade civil, não é a primeira vez que ocorre.
2561 Então eu me solidarizo contigo também, é um papel difícil. Não é verdade
2562 que isso vai demorar mais seis meses. A empresa precisa fazer as
2563 intervenções agora, isso é uma coisa. A outra coisa é o que ela quer
2564 empurrar nisso, que é o aumento da ADA, que é a falta de controle dos
2565 carreamentos. E aí, o que esse conselho pode fazer é dizer que isso não
2566 deve ser licenciado, isso não cabe com DAIA. Isso é adendo de licença,
2567 isso é em outro local, que nós vamos cuidar de todos os impactos
2568 inerentes a isso. Para concluir, e eu já vou encerrando as minhas
2569 intervenções, eu só gostaria de retificar uma fala, que não ficou clara,
2570 depois o representante da empresa falou. Realmente a dificuldade,
2571 Presidente, dessas interrupções, às vezes podem confundir algumas
2572 coisas. A barragem não tem loteamento à montante, o que tem são
2573 comunidades a jusante. Nós temos uma barragem à montante de
2574 comunidades quando a (TRECHO INCOMPREENSÍVEL). Então, eu
2575 gostaria só de fazer essa reparação de uma fala minha, anterior. Não se
2576 trata do método construtivo da barragem, se trata de uma barragem à
2577 montante de comunidades, e é isso que a lei veda. Enfim, acho que era só
2578 isso, acho também que já está claro. A inaplicabilidade de licenciar esse
2579 tipo de intervenção por meio de DAIA, eu vou encerrando a minha
2580 participação. Obrigado.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Rodrigo?”
2581 Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Só para encerrar. Henrique, obrigado,
2582 viu? A gente se pega porque o debate é republicano e democrático. Mas,
2583 fora isso, eu acho que não macula a qualidade do seu trabalho, da sua
2584 manifestação não. Está bom? A gente só discorda. Eu tenho uma
2585 sugestão, Clésio. Eu acho que é mais fácil fazer, que eu acho que atende.
2586 Primeira coisa: para nós, o DAIA é o correto e ponto. Se ele vai ser
2587 aprovado ou não, é decisão dos Conselheiros, é outra história. Agora, não
2588 é impedimento que essa Unidade Regional Colegiada peça, por meio de
2589 uma Moção, alguma coisa assim, que pode ser apresentada
2590 posteriormente, que peça ações, junto ao licenciamento ambiental, que
2591 garantam o controle ambiental daquela área. E aí sim, no processo de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2592 licenciamento ambiental, pela equipe correta da SUPRAM, junto com o
2593 empreendedor, avalia o que é que ainda não tem, e amplia, se for o caso.
2594 Ou apresenta controles que já existem, demonstrando (ÁUDIO RUIM). Eu
2595 acho que isso esclarece. Eu acho que, em relação a essa possibilidade
2596 futura, não há impedimento de que isso seja discutido. O Thiago colocou
2597 muito bem aqui quando ele falou, a Anglo América esteve sempre disposta
2598 a se abrir e demonstrar transparência, discutir com as comunidades,
2599 discutir com os órgãos, no sentido de trazer mais tranquilidade às
2600 comunidades e aos órgãos de controle, tanto ambiental quanto industrial.
2601 Acho que não há impedimento na forma..." Presidente Clésio Cândido
2602 Amaral: "Eu entendo o que você está colocando, Ribas, mas a gente tem
2603 que entender também que, a qualquer momento, qualquer pessoa,
2604 qualquer entidade, pode solicitar, ou pode encaminhar ao órgão ambiental,
2605 no caso aqui a SUPRAM Jequitinhonha, qualquer manifestação para poder
2606 fazer um controle maior em relação à medidas mitigadoras; ou se eles
2607 verificam que há algum outro impacto, para que o órgão ambiental reavalie
2608 esse impacto no âmbito do processo de licenciamento, isso é possível o
2609 tempo inteiro, nesse sentido. Eu queria saber se o pessoal do IEF quer se
2610 manifestar, porque o processo foi analisado por eles." Paloma Heloísa da
2611 Rocha, IEF: "Senhor Presidente, boa tarde. Conselheiros, boa tarde. Eu
2612 queria fazer uma breve manifestação. Primeiramente, agradecer aos
2613 nossos colegas, que contribuíram também com o nosso processo, com as
2614 colocações. Às vezes têm algumas colocações que fogem à nossa
2615 competência de análise, que está mais ligado ao processo de
2616 licenciamento que a gente, de fato, não se ateu para quando da análise
2617 desse processo. Eu não tenho muito mais a acrescentar além do que já foi
2618 colocado, muito assertivamente pelo Rodrigo, principalmente em relação à
2619 competência de análise desse processo. Nós temos, no Decreto 47.749,
2620 claramente separada essa questão da competência. E a análise dos
2621 processos, elas são feitas, a princípio, a primeira coisa que a gente faz,
2622 quando a gente recebe esses processos de clara intervenção, é realizar
2623 novamente a conferência da competência, porque se a gente analisa um



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2624 processo que foge à nossa competência, esse ato autorizativo que ao final
2625 poderá ser deferido ou indeferido, enfim, tudo o que acontece no processo,
2626 ele acaba estando eivado de vícios. Então a gente se preocupa com essa
2627 parte. A princípio, a primeira coisa que a gente olha é a questão da
2628 competência. E nesse processo, como já foi dito, a competência é do IEF,
2629 não há o que se falar em alteração de porte, de classe do
2630 empreendimento, não são atividades minerárias em si que serão
2631 desenvolvidas nessa área. Todos os documentos, todos os projetos que
2632 deveriam ser apresentados no âmbito do processo de intervenção
2633 ambiental, eles foram apresentados, as análises técnicas foram feitas.
2634 Então, do ponto de vista legal, e eu repito, a questão da competência, não
2635 tem nenhum tipo de vício. O processo foi realizado da forma correta e está
2636 sendo analisado pelo órgão competente. Mais uma informação que eu
2637 gostaria de reforçar, é o seguinte: a competência também é instituída pela
2638 caracterização do empreendimento. Essa caracterização, obviamente, das
2639 atividades que pretendem ser desenvolvidas, ela é feita com base na DN
2640 217. Das intervenções, das atividades que se pretendem desenvolver, e
2641 das que já foram desenvolvidas nessa área da Anglo, nenhuma delas está
2642 constante na DN 217. Então não tem como uma atividade que não consta
2643 listada, ela ser classificada, ou ela ser passível de um licenciamento
2644 ambiental. Então, eu queria só reforçar esses pontos que já foram falados,
2645 me atendo aqui aos critérios estritamente legais. O IEF, enquanto órgão da
2646 administração pública indireta, a gente está restrito ali à questão da
2647 legalidade, o princípio da legalidade tem que ser sempre levado em
2648 consideração nos princípios basilares, e ele foi observado na sua íntegra.
2649 Obrigado.” Conselheiro Jairo Rodrigues da Silva: “Senhor Presidente. Eu
2650 estou inscrito e queria falar. É possível?” Presidente Clésio Cândido
2651 Amaral: “Espera aí só um minutinho, Jairo. Deixa só a Paloma concluir, e
2652 aí eu te passo a palavra, pode ser?” Paloma Heloísa da Rocha, IEF:
2653 “Presidente, eu concluí. Eu queria só reforçar mesmo essas pessoas que
2654 até já foram discutidas aqui, talvez para deixar um pouco mais de
2655 segurança para os Conselheiros, e caso tenham mais alguma dúvida, que



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2656 a gente está à disposição.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado,
2657 Paloma.” Conselheiro Jairo Rodrigues da Silva: “Serei breve, senhor
2658 Presidente. Primeiro eu queria contribuir, colocar duas coisas. Que nós
2659 atentemos às regras da reunião virtual, porque senão fica uma briga de
2660 egos aqui e somente dois, três atores discutindo coisas que é de interesse
2661 mútuo, de todos aqui. Então eu acho que vale a pena reforçar essa fala,
2662 junto com todos os Conselheiros, para que todos tenham o direito de se
2663 expressar. Eu senti muito a falta, nessa reunião de hoje, porque alguns
2664 interpelaram o tempo de outros. Então, por favor, só reforçar essa fala. A
2665 segunda coisa é o seguinte. Eu li com muita atenção, nós fizemos a
2666 reunião aqui no Conselho de Biologia, com muita atenção em todo o
2667 projeto. E o projeto atende à Lei do DAIA. É fato, ponto. Mas eu senti falta
2668 de algumas coisas. O projeto está muito bem desenhado com relação à
2669 flora, mas está muito pouco desenhado as ações com relação à fauna. A
2670 interação do meio ambiente flora-fauna, e também as ações que estão
2671 previstas com relação à fauna. Existe uma listagem grande de espécies,
2672 de famílias, mas não existe uma ação específica para isso. Eu queria ouvir
2673 um pouquinho do pessoal da Anglo América, se eles têm alguma coisa
2674 para detalhar a respeito disso. Estou sendo breve para não render mais a
2675 reunião.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Não, sem problema algum. A
2676 gente ainda está na manifestação dos Conselheiros, os Conselheiros
2677 ainda têm a possibilidade de falar. Eu vou pedir tanto a alguém da Anglo
2678 América para se manifestar sobre esse quesito que foi levantado pelo
2679 Conselheiro Jairo, e também alguém do IEF, para se manifestar.” Thiago
2680 Alves, Representante do Empreendedor: “Senhor Presidente, o senhor
2681 quer quem fala primeiro?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pode ser
2682 vocês.” Thiago Alves, Representante do Empreendedor: “Então eu vou
2683 pedir ao Gabriel, que estava inscrito naquela lista, ele não falou ainda. O
2684 Gabriel está apto a falar. Obrigado.” Gabriel Vargas, Representante do
2685 Empreendedor: “Boa tarde novamente, pessoal. Eu só quero destacar que
2686 existe toda uma malha de monitoramento, e inclusive faz parte de
2687 programas robustos dentro do processo de licenciamento. Esse



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2688 monitoramento de fauna ocorre aqui na região já há alguns anos. Outro
2689 ponto que vale destaque também, e que inclusive foi ressaltado no parecer
2690 técnico do IEF, é que as áreas de compensação propostas conforme
2691 legislações vigentes, incluindo a Lei da Mata Atlântica, a resolução
2692 CONAMA 369, enfim, espécies ameaçadas. Ela é proposta em áreas que
2693 visam a conectividade e a formação de corredores ecológicos. Então, no
2694 sentido de favorecer a criação de mosaico de áreas protegidas. Como
2695 exemplo, a compensação por intervenção em Mata Atlântica está
2696 destinada na Fazenda Diamante, que é uma fazenda que já recebe outras
2697 compensações, além de ser receptora também de reservas legais, e
2698 forma, junto com a unidade de conservação, como a APA renascença e
2699 outras unidades, um corredor ecológico que favorece justamente essa
2700 conectividade, e o mais importante: o fluxo gênico. Não somente de fauna,
2701 como também de flora. Bom, acredito até que a minha contribuição nesse
2702 sentido era essa. Se resta mais alguma dúvida, eu estou à disposição para
2703 esclarecimento.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou pedir agora o
2704 pessoal do IEF para poder esclarecer ao Conselheiro Jairo. Quem do IEF
2705 poderia esclarecer?” Marcos Felipe Ferreira da Silva, IEF: “Eu sou o
2706 responsável técnico pela análise do processo. Quanto à questão da fauna,
2707 nós do IEF temos um foco maior voltado à questão da cobertura vegetal,
2708 realmente. Mas quanto à questão da fauna, como está sendo muito bem
2709 discutido aqui, a área de intervenção é bem vizinha à área de
2710 licenciamento, onde já é contemplado todo um monitoramento da fauna.
2711 Durante a vistoria mesmo, a gente pode observar algumas armadilhas que
2712 são feitas para monitorar e tudo mais. E outra coisa também é que durante
2713 a vistoria não foi observada a questão de nenhuma espécie animal de
2714 relevância, não foi observado nada disso. E também por causa do barulho
2715 e movimentação que ocorre na lavra, então ali não é um local de
2716 ocorrência, hoje, assim, quanto à fauna. Então, o impacto é mínimo quanto
2717 a isso. E como citado aí agora pelo Gabriel, acabamos tendo um ganho
2718 ambiental devido às compensações, formando fragmentos mais
2719 consistentes em áreas mais afastadas da lavra, onde a gente permite um



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2720 melhor desenvolvimento da fauna.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2721 “Jairo, restou alguma dúvida?” Conselheiro Jairo Rodrigues da Silva: “Me
2722 responderam, mas continua um pouco evasivo, mas eu estou satisfeito no
2723 momento com as respostas.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “É, o que
2724 eles responderam é que já existe todo um programa de monitoramento de
2725 fauna, contemplada no processo de licenciamento ambiental. A gente sabe
2726 que para fazer supressão de vegetação, eles precisam implementar
2727 aqueles métodos de coleta de fauna, de afugentamento, antes de fazer
2728 toda e qualquer supressão de vegetação. Isso já é inerente dentro do
2729 processo. E pelo que eu entendi também, próximo às áreas de
2730 compensações, eles criaram áreas mais robustas de corredores
2731 ecológicos, permitindo um acesso melhor na fauna.” Conselheiro Jairo
2732 Rodrigues da Silva: “É justamente isso que eu não percebi no projeto. Não
2733 percebi essa área robusta, e a técnica utilizada para levantamento de
2734 fauna também eu achei pouco relevante. Uma visita, uma listagem grande
2735 de animais, mas sem nenhuma ação específicas. O que vai acontecer com
2736 eles, onde eles melhor se adaptam. Foi isso. Mas é claro que está dentro
2737 do que preconiza as normas.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “E de
2738 qualquer forma, a gente tem que entender, Jairo, que todo esse processo
2739 relacionado à fauna, como isso está dentro do bojo do processo de
2740 licenciamento ambiental, todas aquelas condições relativas à fauna, ele
2741 tem que cumprir. Em toda a área de atividade ou de preservação que a
2742 empresa, que seja de responsabilidade da empresa, entendeu? Então, lá
2743 no plano de fauna, de monitoramento, tem os planos de resgate e ele tem
2744 que ser aplicado em toda a área da empresa, sobre qualquer intervenção
2745 que ela vai fazer.” Conselheiro Jairo Rodrigues da Silva: “Correto,
2746 Presidente. Obrigado pelo esclarecimento.” Presidente Clésio Cândido
2747 Amaral: “Algum outro Conselheiro quer pontuar mais alguma coisa? Tirar
2748 alguma outra dúvida?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Uma
2749 questão bem objetiva, é que o parecer foi retificado. Eu queria que ficasse
2750 demonstrado quais são os pontos de retificação que o parecer foi
2751 retificado, da 113ª para a 114ª. Tem uma nota? Eu queria que essa



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2752 retificação fosse pontuada, por gentileza.” Presidente Clésio Cândido
2753 Amaral: “Eu vou pedir para o pessoal do IEF para responder isso,
2754 Henrique.” Paloma Heloísa da Rocha, IEF: “Da parte do parecer jurídico, a
2755 retificação, Henrique, ela se deu em razão do último parágrafo do parecer,
2756 falar que a competência de análise é da supervisora. Então, a alteração foi
2757 para falar que a análise de competência é da URC Jequitinhonha.”
2758 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Teve alguma outra
2759 alteração?” Paloma Heloísa da Rocha, IEF: “No parecer jurídico, não.
2760 Apenas essa.” Marcos Felipe Ferreira da Silva, IEF: “No parecer técnico
2761 teve, se eu não me engano, eu estou procurando aqui, mas não estou
2762 encontrando, três pequenas retificações quanto ao quantitativo de área.
2763 Houve uma confusão ali, só no quantitativo de área a ser intervinda, mas
2764 foi relatado na última reunião.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2765 “Henrique, eles estão informando aqui que essas retificações estão
2766 registradas em ata, e que foi discutido na reunião passada, e o parecer
2767 está disponível no *site* para essas retificações.” Conselheiro Henrique
2768 Moreira de Melo Silva: “Tudo bem. Era só para registro mesmo.”
2769 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Está bom. Obrigado. Algum outro
2770 Conselheiro, alguma outra manifestação? Os Conselheiros, se não tiver
2771 mais nenhuma manifestação, eu vou tratar agora de a gente fazer a
2772 votação. Antes de fazer a votação, eu preciso perguntar ao senhor José,
2773 que faz parte da Arquidiocesana, se ele se encontra impedido ou suspeito
2774 em função da Arquidiocesana ser a entidade contratada para prestar
2775 serviços lá na comunidade.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos:
2776 “Boa tarde, Conselheiros. Veja só. Há um equívoco nessa informação. Eu
2777 sou representante da Cáritas Diocesano de Araçuaí. A entidade que foi
2778 escolhida pela referida comunidade é Cáritas Brasileira, Regional Minas
2779 Gerais. Nós não somos representante dessa instituição.” Presidente Clésio
2780 Cândido Amaral: “Vocês não têm vínculo com a instituição? Ok. Então
2781 vocês não têm vínculos, você não se encontra suspeito, nem impedido. É
2782 isso?” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Sim.” Presidente
2783 Clésio Cândido Amaral: “Tá. Ok. Então, dirimida todas as dúvidas, eu vou



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2784 passar para a votação. Então, nós estamos votando o deferimento da
2785 DAIA, supressão de vegetação. E compensação ambiental pela
2786 intervenção. Então nós estamos votando isso. O parecer do IEF é pelo
2787 deferimento. Então, SEAPA? Wagner, repete, por favor, porque nós não te
2788 ouvimos. Ou então vote pelo *chat*.” Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues
2789 Almeida: “Estão ouvindo, senhor Presidente? Como eu sou parte
2790 interessada, porque nós temos um convênio com a Anglo América,
2791 SEAPA, através da EMATER, eu abstenho de votar.” Presidente Clésio
2792 Cândido Amaral: “Tá. O senhor abstém ou está impedido?” Conselheiro
2793 Wagner Vicente Rodrigues Almeida: “Na verdade, por força do contrato, eu
2794 entendo que a gente está até impedido de votar.” Presidente Clésio
2795 Cândido Amaral: “Por força de contrato, sim. SEDE.” Conselheira Janaína
2796 Mendes dos Santos: “Então, senhor Presidente. Por todas as... O que foi
2797 analisado aqui sobre as questões de previsão legal, competências e
2798 atribuições ao objeto que a COPAM está analisando deste processo,
2799 apesar de tudo que foi levantado pelas partes que pediram vistas, e o que
2800 foi relatado em especial pelo Henrique, do Ministério Público, eu me
2801 atendo à análise técnica do que foi passado até o momento, e eu vejo que
2802 não tem como a gente fazer, além da nossa análise, vi que foi discutido
2803 muita coisa aqui que não está legal, mas eu acho que não é o fórum
2804 adequado. O entendimento técnico que eu tenho, até o momento, pelo que
2805 foi apresentado os pareceres técnicos competentes do IEF, o parecer
2806 jurídico, e pelo que foi apresentado até o momento quanto aos técnicos
2807 que falaram nesta reunião, dentro do que é previsto, legal, e que está
2808 posto pelo legislador, a gente não tem como mudar isso aqui, agora. Eu
2809 acredito que a gente tem que avaliar, neste momento, simplesmente a
2810 DAIA em caráter emergencial. Então, eu voto pelo deferimento da DAIA
2811 nesse momento.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. SEE.”
2812 Conselheiro Rodrigo da Silva Góes: “Senhor Presidente, depois de tudo
2813 que eu escutei aqui, referente ao parecer jurídico, parece técnico, então eu
2814 sou favorável à aprovação da DAIA.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2815 “Obrigado, Rodrigo. Seinfra. Ela votou pelo *chat*, favorável. Obrigado,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2816 Ellen. EPAMIG.” Conselheiro Thiago Costa Ferreira: “Mediante ao exposto,
2817 e às análises das discussões, eu voto favorável.” Presidente Clésio
2818 Cândido Amaral: “Favorável. IMA.” Conselheiro Dalmo Gonçalves Costa:
2819 “Mais uma vez, boa tarde a todos. Parabenizar a todos que participaram
2820 do debate, um debate bastante esclarecedor. Parabenizar o Henrique
2821 pelas colocações, muito importantes. Uma discussão tão importante. Nós
2822 votamos favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. Polícia
2823 Militar de Minas Gerais.” Conselheiro 2º Sgt. PM Antônio Nogueira Lopes:
2824 “A Polícia Militar vota favorável ao parecer.” Presidente Clésio Cândido
2825 Amaral: “Obrigado, Sargento. CRBIO04.” Conselheiro Jairo Rodrigues da
2826 Silva: “Vou me abster de votar por entender que o projeto possui pontos de
2827 melhorias que são relevantes.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tá.
2828 Obrigado, Jairo. Ministério Público de Minas Gerais.” Conselheiro Henrique
2829 Moreira de Melo Silva: “Voto contrário por entender que a DAIA não dá
2830 conta da totalidade dos impactos causados pelo deslizamento. Isso tem
2831 que ser tratado, no nosso entendimento, o processo foi instituído de uma
2832 forma equivocada. Deveria ser tratado como adendo de licença.”
2833 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado, Henrique. Prefeitura de
2834 Diamantina.” Conselheira Carla Fernanda de Araújo: “Senhor Presidente,
2835 eu voto favorável de acordo com os artigos 5º e 6º do Decreto 47.749.”
2836 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Carla. FIEMG?”
2837 Conselheira Denise Bernardes Couto “Denise, FIEMG. Favorável.”
2838 Presidente Clésio Cândido Amaral: “FAEMG?” Conselheiro Roberto de
2839 Castro Teixeira: “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
2840 “FEDERAMINAS?”. Conselheiro Ricardo Hirofumi Yoshimatsu:
2841 “Favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Ricardo.
2842 Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina?” Conselheiro Roberto Vial
2843 Costa: “Boa tarde, senhor Presidente. Gostaria de agradecer a todas as
2844 elucidações que foram feitas, e realmente a gente procurou entender um
2845 pouco do processo que está sendo votado, e por considerar, até por
2846 questão de segurança, não me abstendo das questões que envolvem o
2847 monitoramento ambiental, e por conhecer a capacidade que a SEMAD tem



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2848 de contornar todos os problemas dos empreendimentos, o nosso voto é
2849 favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado, Roberto. Cáritas
2850 Diocesano.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Presidente,
2851 primeiro eu queria levar o meu apoio a todos aqueles Conselheiros, que na
2852 luz da sua missão e papel aí, vem fazendo bom jus da sua missão. Agora
2853 sim, também, gostaria deixar de registrar, ver e sentir essa disparidade
2854 que parece que existe dentro desse conselho. Não vou pontuando isso
2855 pela fala do Henrique não. Estou pontuando pela fala das discussões. E aí,
2856 eu vou levar o meu voto de forma consciente, onde a gente tem que fazer
2857 o papel institucional e de cidadão. Veja só, que apesar da DAIA ser
2858 emergencial, a gente está levando em exercício para análise e aprovação,
2859 não se pode negar e fazer, vedar os olhos, de que existe ainda, no
2860 processo, áreas a serem estabelecidas, ou serem estabilizadas. E aí eu
2861 voto contrário. Porque, veja só. Nós não poderíamos fazer uma aprovação
2862 se ainda tem um prejuízo, porque a gente volta lá, analisar o Artigo 255 da
2863 Constituição. Nós estamos infringindo esse artigo. Então vamos fazer jus,
2864 e fazer análise, por isso eu fui bem claro. A questão da paridade de
2865 analisar as questões técnicas, social e econômica. E tendo esse vestígio aí
2866 de áreas que não foram estabelecidos, estabilizada, como é que você dá
2867 um outro parecer favorável? É muito negativo isso.” Presidente Clésio
2868 Cândido Amaral: “Ok. Obrigado, José. Instituto Espinhaço.” Conselheiro
2869 Felipe Xavier: “Senhor Presidente, boa tarde mais uma vez. O Instituto
2870 Espinhaço, instituição a qual eu dirijo, desenvolve ações de
2871 desenvolvimento florestal, engajamento social e segurança hídrica no
2872 território, em parceria com a empresa. Em função disso, eu me considero
2873 impedido do voto.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado,
2874 Felipe. ARPA, de Curvelo.” Conselheiro João Otávio Mariz Barbosa:
2875 “Acompanho o voto do José e do Henrique, voto contrário.” Presidente
2876 Clésio Cândido Amaral: “Obrigado. IFNMG.” Conselheiro Sérgio Leandro
2877 Sousa Neves: “Boa tarde a todos. O meu voto, ele não se restringe apenas
2878 a uma análise somente técnica. Eu acho que uma análise qualitativa
2879 também, ela deve ser necessária, devido também aos apontamentos e ao



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2880 que está exposto no processo como um todo. Não se trata, do meu ponto
2881 de vista, somente de uma mitigação de impactos pontuais. Eu entendo o
2882 que foi pedido, do deferimento da DAIA, que norteia e predispõe uma
2883 antecipação espacial para a ampliação do processo de mineração na face
2884 Norte. Fica dúvida, inclusive, durante algumas argumentações, que depois,
2885 posteriormente, foram esclarecidas em partes. As interferências nos
2886 flancos da Serra são perceptíveis por imagem de satélite. Elas deveriam
2887 ter sido contempladas anteriormente pelo licenciamento regular, mas não
2888 foram, o que ocasionou nesses impactos. E a DAIA não seria, no meu
2889 ponto de vista, o instrumento para poder solucionar isso. E aí, eu voto
2890 justamente seguindo aí uma minoria, até então, que é pelo indeferimento,
2891 que deve ser recomendado aí, na verdade, um licenciamento regular.”
2892 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado. PUC-MINAS.”
2893 Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago: “Senhor Presidente. Tendo
2894 acompanhado toda a discussão, e tendo estudado os pareceres
2895 anteriormente enviados, e com a devida antecedência, me sinto na
2896 condição de votar contrariamente, aderindo ao parecer do Ministério
2897 Público, especialmente porque não fui convencido em relação à segurança
2898 da decisão, em relação ao curso d'água identificado e que seria atingido
2899 pelo procedimento.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Ok. Obrigado,
2900 Ronaldo. OAB-MG.” Conselheiro Pedro Antônio de Andrade Júnior: “Pelas
2901 discussões levantadas aí, pela questão da legalidade, meu voto é
2902 favorável, Presidente.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Obrigado.
2903 Então, deixa só eu colocar aqui na tela, só para a gente contabilizar. Então
2904 nós temos 12 votos deferidos, 5 votos contrários, um voto de abstenção e
2905 dois impedimentos. Então, deferido o pedido de DAIA, supressão de
2906 vegetação e compensação ambiental.” **11. ENCERRAMENTO.** Presidente
2907 Clésio Cândido Amaral: “Pois bem, senhores Conselheiros. Eu queria
2908 agradecer mais uma vez a disponibilidade dos senhores, até por um
2909 método que é muito diferente, de trabalho, hoje. Todas as que foram
2910 colocadas, todas elas são válidas. Eu queria deixar claro aos Conselheiros
2911 que, a qualquer momento, o conselho pode fazer qualquer solicitação à



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2912 SUPRAM Jequitinhonha, ou mandar qualquer manifestação para que seja
2913 analisada dentro do bojo do licenciamento ambiental de qualquer
2914 empreendimento, não só da Anglo América, mas de qualquer
2915 empreendimento. Eu deixo aqui os meus agradecimentos a todos. Um feliz
2916 Natal para vocês, um feliz Ano Novo. A gente se encontra no ano que vem.
2917 Não sei se serei eu que virei presidir a reunião, mas, se não for, vocês
2918 estarão em boas mãos. Mais uma vez, muito obrigado.” Conselheiro Felipe
2919 Xavier: “Senhor Presidente, eu queria fazer uma colocação antes do
2920 encerramento da reunião. Nós estamos passando por um momento
2921 delicado, mundial, que é a pandemia. Durante os meses que nós estamos
2922 sofrendo essa questão de pandemia, nós estamos identificando vários
2923 segmentos e subsegmentos que estão se ressignificando e estão se
2924 adequando a essa situação. Se reinventando, exatamente. E diante disso,
2925 eu queria fazer uma proposição e uma sugestão a essa presidência, a todo
2926 o conselho, que, possivelmente, nós poderíamos pensar em escalonar, ou
2927 colocar como definitivo mesmo, reuniões distanciais, reuniões nesse
2928 formato que está acontecendo agora, em função de várias questões, não
2929 só a pandemia, mas em questão de logística, questões de custo, questões
2930 de operações. Penso que é uma boa alternativa. Talvez não integral, mas
2931 de situação de reconfiguração de reuniões. Muitos segmentos já estão
2932 desenvolvendo esse tipo de metodologia hoje por causa da pandemia, eles
2933 estão planejando esses tipos de ações. Eu queria colocar para o conselho
2934 esse tipo de sugestão para que a gente pense numa situação dessa.”
2935 Presidente Clésio Cândido Amaral: “É. As reuniões do Conselho
2936 permanecerão de forma virtual, todas as URCs, as câmaras técnicas, elas
2937 se mantêm virtual. Mesmo depois da pandemia, pode ter essa
2938 prerrogativa, inclusive, de se manter as reuniões virtuais, mesmo que
2939 acabe a pandemia, e se Deus quiser, ela vai acabar depois da vacinação,
2940 para o bem de todos. É realmente um modelo que possibilita uma grande
2941 participação, porque as pessoas estão em locais às vezes distantes. Aí
2942 são aquelas encrencas da tecnologia, não é, Henrique? Como a gente
2943 teve no início, o Henrique teve, e cai e volta, mas a gente vai se



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 114ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2020

2944 adequando. A SEMAD tem uma série de reuniões hoje, virtuais, com
2945 empreendedores, com inúmeras discussões entre superintendentes, entre
2946 as áreas afins, que hoje são muito mais tranquilas nesse sentido, e numa
2947 frequência muito maior, porque não precisa se deslocar, não precisa disso,
2948 com um custo muito menor. Então, isso também tem sido pensado pela
2949 SEMAD. A gente está falando que não só iniciativa privada, mas o estado
2950 também trabalha com reduzir custos, de melhorar a eficiência, essas
2951 questões todas. Está certo? Então, bom final de semana a todos. Tenham
2952 um bom Natal, um feliz Ano Novo, e mais uma vez, obrigado pela
2953 participação de todos. Dou por encerrada a 114ª Reunião Extraordinária.

**** * * * * *

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental
e Presidente da URC Jequitinhonha